

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Augusto Cesar Mauricio Borges

**A Sátira Política em O Pirralho: Juó Bananére e o Hermismo – 1911 a
1915**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2009**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Augusto Cesar Mauricio Borges

A Sátira Política em O Pirralho: Juó Bananére e o Hermismo – 1911 a 1915

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em **História Social**, sob a orientação do Prof^a., Doutora **Heloísa de Faria Cruz**

**SÃO PAULO
2009**

Banca Examinadora

*Para todas as crianças, especialmente para Amanda, Arthur e Laurinha:
todos obesos em beleza.*

AGRADECIMENTOS

Nos momentos de comemoração nossa racionalidade fica turva e a memória muitas vezes falha. Por isso, desde já, peço desculpas caso minha lembrança for incapaz de lembrar alguém muito importante na trajetória percorrida até o presente momento.

Primeiramente, agradeço minha orientadora professora Drª. Heloísa de Faria Cruz que com muita dedicação, respeito, carinho, paciência e confiança me orientou sempre com palavras, sugestões e apontamentos sábios e precisos. Obrigado.

Agradeço à banca que compôs a mesa julgadora de minha dissertação de Mestrado. Grato pela atenção dedicada, grato pelas correções e contribuições ao meu modesto trabalho. Meus agradecimentos.

Ao CAPES e, posteriormente, ao CNPQ pela confiança depositada e pela ajuda material. O apoio institucional, financeiro e acadêmico foi de fundamental importância para a concretização deste trabalho. Obrigado.

Agradeço demais aos meus amigos e irmãos de caminhada Adilson N. Freire, Antônio de Carvalho, Bianca Zucchi, Eder Martins, Jociene S. Peixoto, Marcelo Tomassini, Rafaela B. de Souza, Shisleni de Oliveira Macedo, Tiago C. Guerra e Xenia Salvetti por todos os bons momentos de descontração, força, paciência, compreensão e fraterno companheirismo.

Agradeço à Amanda, a minha Mandoca, que por tantas vezes, mesmo sem saber e querer, com sua inocência e doçura de criança me fez caminhar. Foi, é e será sempre o amor “mais obeso” que tive em toda minha vida. Eu te amo.

Aos meus familiares Ângela R. C. Borges, Renata M. Debian Borges, minhas amadas cunhadas, e aos meus grandes irmãos de sangue e coração Zenildo M. Borges Júnior e Marcio M. Borges que por tantas vezes me deram força e incentivo para que eu chegasse até aqui. Obrigado.

Por fim, agradeço às duas pessoas mais importantes de toda a minha vida: meus pais. Criaram-me com dificuldade, força, sabedoria, carinho e amor. Admoestaram-me nos momentos necessários e me educaram dentro dos limites éticos. Os dois fizeram o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui sempre tirando recursos de onde não podiam para que eu me formasse desde o Bacharelado até o Mestrado. Zenildo Mauricio Borges e Marlene Carneiro Borges, esse estudo sobre a sátira política dentro da Primeira República não seria possível sem o amor de vocês. Muito obrigado por tudo.

RESUMO

Esta pesquisa estuda o fenômeno da sátira política na cidade de São Paulo da Belle Èpoque, mais especificamente a crônica irreverente do personagem cômico Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre R. M. Machado, sobre o então Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca e a burocracia que compunha seu corpo político de sustentação. Nossa estudo indicou que parte da chamada pequena imprensa desempenhou um papel significativo no desenvolvimento e na divulgação do conteúdo humorístico da crítica política na Primeira República. Como parte integrante desse processo, a sátira política de Juó Bananére cumpriu não só seu papel de entretenimento social como também adquiriu uma função crítica carregada de posicionamento e intervenção política. Em virtude da conjuntura histórica específica, a problemática central de nosso trabalho dialogou com materiais publicados no periódico observando a consonância dessas sátiras com a agenda político-programática do semanário *O Pirralho* e das oligarquias de São Paulo no contexto da derrota paulista nas eleições de 1910. Analisando a sátira política entre os anos de 1911 a 1915, período em que vige a administração de Hermes da Fonseca, este trabalho levantou as discussões pertinentes sobre a relação História, Cidade, Política e Humor discutindo a obra de Alexandre R. M. Machado no semanário *O Pirralho*.

Palavras-Chave: História de São Paulo. História da Imprensa. Imprensa Humorística. Linguagem Humorística. Cultura Urbana. Hermes da Fonseca. Juó Bananére.

ABSTRACT

This research studies the phenomenon of political satire in the city of São Paulo's Belle Époque, specifically the chronic character of the irreverent comedy Juó Bananére, pseudonym of Alexander R. M. Machado, on the then President of the Republic Marshal Hermes da Fonseca and bureaucracy that tied the body of political support.

Our study indicated that part of the so-called small press played a significant role in the development and dissemination of the contents of humorous political critique in the First Republic. As part of this process, the political satire of Juó Bananére not only fulfilled its role of social entertainment, but also has a critical function of load positioning and policy intervention.

Due the particular historical juncture, the main issue of our work talked to materials published by the periodic watching the harmony of all these satires with the political-matters agenda of the seminary *O Pirralho* and the oligarchies of São Paulo in the São Paulo defeat in the elections of 1910. Looking at the political satire from the years 1911 to 1915, under the administration of Hermes da Fonseca, this work drag the relevant debating about history, city, politics and humor discussing the work of Alexander R. M. Machado at the seminary *O Pirralho*.

Key words: São Paulo History. Press History. Humour Press. Humour Language. Urban Culture. Hermes da Fonseca. Juó Bananére.

SUMÁRIO

Apresentação	09
Introdução	12
Capítulo I – U Piralhu: Linguagem e Política.....	23
Capítulo II – Os Pau D’água, o Exército e a Roubalheira	57
2.1 Ladrão de Galinha e os pau d’água: A Sátira Pessoal	60
2.2 O Exército e a Questão do Militarismo	70
2.3 A Bolidiga e a Arubagliêra: o Sistema Político em Jogo	83
Capítulo III – O Projeto Político para o Regime Republicano	99
3.1 São Paulo e a sua Plataforma Discursiva	99
3.2 Os limites Sociais da Crítica Bananeriana	116
Considerações Finais	128
Bibliografia	130
Referências Documentais	140
Apêndice	141

Apresentação

Obviamente, definir a experiência do rir não é algo muito fácil. Paradoxalmente, definir o riso em palavras pode ser algo muito sério, já que o riso é um experimento quase que indescritível por si só. Porém, apesar dessas dificuldades conceituais, o termo cômico, do grego *kômikós* e do latim *comicu*, significa a conciliação de ideias ou situações aparentemente irreconciliáveis. Em outras palavras, é cômico aquilo que a priori não tem ou não faz sentido em determinado contexto social. Nesta acepção, a conexão proposital de fenômenos incongruentes nos causa muitas vezes, além de estranheza, o riso. Para Henri Bergson (1859 -1941), por exemplo, o riso advém do “mecânico aplicado ao vivo”. Essa definição, aliás, nada engraçada, serve para dizer que o riso é o fruto de algo mecânico, robótico e frio na sua relação ilógica com o contingente, flexível e plástico. Por que ao chegar ao final de uma anedota damos risada?

Segundo Bergson, rimos porque ficamos na expectativa de um determinado fim racional e preestabelecido, mas que no final da piada se concretiza de um modo absolutamente contrário daquele do que nossas mentes haviam imaginado. O clímax do chiste consiste, portanto, na não realização de algo teoricamente pré-anunciado: todo enredo anedótico nos leva a desenvolver e a construir um fim *logicamente* “correto”, mas que não se efetua, visto que o fenômeno da comicidade também opera no âmbito do *absurdo*. Assim, quanto maior a surpresa, melhor a piada, mais fácil o riso.

Considerado por muitos como um momento de descontração e liberdade, o riso é sem sombra de dúvida um dos grandes momentos de nossa existência. Barulhento, discreto, contido, irreverente, escrachado, inocente ou levemente alegre, não importa, o rir representa um pico de permanente ou efêmera felicidade. Em certa medida, o riso não deixa de ser uma espécie de tomada de consciência de nós mesmos: rimos sempre de nossa condição - ridícula ou graciosa - ou rimos de algo que, somente em nossa

significação, adquire sentido. Seja por qual motivo for, o riso parece ser sempre o resultado (consciente ou inconsciente) de uma concatenação antropológica que damos ao mundo.

Partindo do pressuposto de que a atividade do riso é uma expressão de significação que damos às coisas mundanas, podemos pensar nesse fenômeno como mais uma via de acesso às ideias, concepções e representações que - social e culturalmente - construímos dentro do espaço em que vivemos, por isso mesmo que o material cômico pode ser pensado em termos de documento histórico, pois há nele uma série de impressões e expressões sociais oriundas dos sujeitos que vivenciaram aquele dado momento.

De certa forma, temos isso também no começo do século XX na cidade de São Paulo. Aprofundando-se cada vez mais no seu processo de crescimento, a cidade de São Paulo assiste não só ao desenvolvimento da imprensa como também o desenrolar do próprio universo da sátira, inclusive da sátira política. Atendo-se exclusivamente ao período do governo Hermes da Fonseca, nosso trabalho discute esse mesmo universo dentro do plano da sátira política dirigida a este chefe do Executivo que governou o Brasil entre os anos de 1910 a 1914. Através do semanário *O Pirralho*, observamos um número significativo deste tipo de produção humorística que era em grande parte encabeçada pelo jovem Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, eternizado pelo pseudônimo Juó Bananére.

Como é este humor? Despretensioso, objetivo, tributário ou iconoclasta? Certamente não pretendemos responder essas questões, no entanto, podemos adiantar que, se pelo menos não chegarmos a nenhuma conclusão sobre isso, no mínimo boas risadas daremos. Estudar o riso nos termos da sátira política pode não ser nada engraçado também. O riso é maleável, traiçoeiro, algo que em essência não pode ser levado a “sério”, pois se rimos de fato das coisas cômicas (das coisas inconciliáveis e impossíveis de acontecer na *realidade*), rimos na medida em que devotamos um culto à fantasia, ao lúdico ou, em certa acepção, rimos da impossibilidade da Verdade.

Se como já dissemos o “riso” pode ser fonte histórica ele também pode nos pregar uma peça. Nesse sentido, a História não passa de uma grande piada. Em outras palavras, a História e a existência é só um grande teatro cômico no qual nascemos, crescemos, rimos e morremos.

Introdução

Burjonas passava sempre atento e sensível às novas mudanças da cidade em que morava. Visivelmente deslumbrado com o recente avanço tecnológico e pronto a admirar os feitos dos grandes homens de seu tempo, este pacato cidadão de feição aparentemente séria, apresentando uma enorme pança, conversava tranquilamente com seu amigo que, ao contrário dele, parecia não muito afeito às novidades e sensações provocadas pelo maravilhoso mundo da engenharia moderna. Era assim Wenceslau; um sujeito desconfiado, ressabiado e, talvez, quem sabe, meio fora de seu tempo. Apesar disso, quiçá mesmo por um ato voluntarioso de amizade, Burjonas certa vez passando pela Rua Brigadeiro Tobias na cidade de São Paulo insiste ao seu amigo Wenceslau:

_Que tal achas a construção do novo Viaducto?

_Não me parece muito sólida; respondeu o Wenceslau.

_Ora, não sejas *vurro*, não *bês* que o madeiramento é todo de ferro!...¹

A anedota acima parece dar um pouco da dimensão da São Paulo do começo do século XX. As grandes transformações urbanas efetuadas na cidade eram a ponta de lança dos imperativos que moviam o clima do novo sistema político do Brasil, a saber, o sistema republicano.

A euforia agroexportadora e a prosperidade trazida pelo café patrocinavam em grande medida as mudanças urbanísticas da cidade. (CAMPOS, 2002) As formas arquitetônicas apresentadas neste espaço deveriam agora entrar em consonância com

¹ *O Pirralho*, 16/03/1912.

a pretensa opulência republicana. A demolição e a desapropriação de alguns quarteirões no entorno da antiga Sé visavam à construção de uma estética urbana que decretasse o fim das modestas moradias privadas em nome da edificação de palácios e edifícios públicos. Assim, a cidade aparecia como uma grande vitrine do sucesso cafeeiro. Dentre outras formas, as benesses do café ecoavam sob as figuras de novas praças, ajardinamentos, obras de saneamento, edifícios públicos e, como vimos na anedota acima, nos novos viadutos. (SAES, 1988) A cidade de São Paulo construía-se sob a lógica de uma maior racionalidade organizacional, negando veementemente as ruelas e vielas típicas da antiga formação espacial da cidade (FREHSE, 2005).

Como também pudemos observar, na anedota publicada num dos semanários mais conhecidos do período, *O Pirralho*, essas transformações urbanas não passaram ao largo da sensibilidade e da percepção dos humoristas da época. Sugerimos aqui que a figura do *madeiramento de ferro* evocada na sátira parece expressar uma antítese bastante curiosa da cidade no bojo das transformações ocorridas na época. Neste sentido, o paradoxo *madeiramento de ferro* indica-nos outra via de interpretação que nega um tipo de discurso oficial empreendido largamente pelas autoridades republicanas do período.

Do ponto de vista dessas singulares perspectivas humorísticas ocorridas no Brasil do começo do século XX, podemos ter a chance de nos debruçar sob visões que de certa forma fogem às convenções comuns ou das versões interpretativas das autoridades políticas oficiais de um modo geral; daí nosso interesse de pesquisar as crônicas satíricas de Juó Bananére e sua relação com a gestão do presidente o Marechal Hermes da Fonseca e seus aliados políticos.

A junção proposital que alia estranhamente ferro com madeira na anedota indica-nos também uma espécie de progresso republicano contestável, gelatinoso e, portanto, não muito sólido. Pelo menos na anedota de Burjonas e seu amigo, o humor significa o estabelecimento de uma gramática interpretativa sobre o “progresso republicano” e

uma via singular de análise e fonte de conhecimento sobre determinado tempo histórico.

Trata-se, portanto, de uma nítida crítica através do riso e do escárnio. A despeito do conjunto dos discursos existentes em grande parte nas autoridades políticas do país que aludiam ao progresso e ao avanço tecnológico e, sobretudo, da forte tentativa de vinculação entre república e desenvolvimento, a sátira de Burjonas mostra outras sensibilidades frente às transformações materiais do novo século. Deste modo, o discurso oficial ufano e austero também disputa lugar com a sátira e o riso. Seria importante salientar que os humoristas de São Paulo não satirizavam apenas coisas. Nesse aspecto, as personalidades desse tempo também faziam parte das anedotas.

Além das sátiras dirigidas às construções e ao sistema de transporte da época, como, por exemplo, o trem – suposto representante do avanço técnico e material visto no começo do século XX – figuras notáveis do cenário nacional, especialmente do quadro político brasileiro, também eram frequentemente satirizadas, dentre os quais, o Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca. É a sátira política como parte integrante da agenda histórica.

Neste momento específico, cabe a nós alargarmos o conceito de política aqui implícito. Com *Os bestializados da República* e *Formação das Almas*, José Murilo de Carvalho com vistas ao final da ditadura militar no Brasil e, especialmente, com o processo de redemocratização do país no começo da década de 80, procurou problematizar algumas das questões históricas da agenda republicana brasileira, como, por exemplo, a construção do processo de cidadania no contexto de uma república. Com o redimensionamento do lugar da *coisa política* na história vivida advindo, principalmente, com a crítica da chamada História Social das décadas de 60, 70 e 80, interessava analisar a relação histórica que o poder republicano estabeleceu com a sociedade brasileira desde o período de sua fundação: 1889. Tratava-se, segundo José Murilo de Carvalho, de estudar o malogro do projeto republicano em substituir um

regime político cujo poder estava nas mãos da Família Real para as mãos da sociedade civil de um modo geral.

Desse modo, e é exatamente esta perspectiva que nos importa aqui, as análises deslocaram-se do *Estado* para o *social* dentro do prisma de estudos historiográficos que privilegiavam novas fontes, novos objetos e novas abordagens. Trata-se, nesse caso, de estudar algumas ferramentas e mecanismos de resistência e ação política dentro de um contexto republicano articulado e pensado muitas vezes fora de um pano de fundo em que a participação de seus cidadãos estivesse institucional ou formalmente presente. Do âmbito dos estratagemas de resistência e participação política desenvolvida pela sociedade, a História Social tem pensado num plano político em que o próprio político não é necessariamente uma institucionalidade formal, jurídica, ou burocrática, antes, o lugar do político também se dá a partir dos espaços microssociais de atuação dos atores sociais, ou seja, da vida vivida no campo da experiência dos sujeitos presentes, concretos e históricos. Ao fim e ao cabo, isso significa que sob este olhar, o fenômeno do humor, em especial o da sátira política, contém alguns requentes de intervenção e ação política. Atentos à busca por novas fontes, abordagens, objetos e, principalmente, como parte integrante dessas transformações teóricas, nosso trabalho propõe mais um olhar para a relação humor e política.

Criada e idealizada pelo poeta Oswald de Andrade, *O Pirralho*, semanário que existiu de 1911 a 1917, satirizava constantemente a figura do Marechal Hermes da Fonseca e de seus aliados políticos. Nossa estudo, que se propõe a analisar as crônicas satíricas do personagem Juó Bananére em *O Pirralho* de 1911 a 1915, tem nos indicado que parte da chamada pequena imprensa desempenhou um papel significativo no desenvolvimento e na divulgação do conteúdo humorístico na Primeira República, por isso, recortamos aqui a sátira política com relação ao então presidente Hermes e seus homens. *O Pirralho*, “um órgão que se ufana de ser paulista e que preza os brios e o passado da nossa terra”, propunha-se como uma revista de

variedades, literatura, notícias e humor, sendo esta última fortemente encabeçada por Alexandre R. M. Machado, mais conhecido por seu pseudônimo Juó Bananére².

Com um papel ativo nas discussões políticas de sua contemporaneidade, *O Pirralho* expressou alguns de seus posicionamentos ideológicos nas suas colunas humorísticas, principalmente nas crônicas humorísticas de Alexandre R. M. Machado “As Cartas d’Abax’o Pigues”, “O Rigalegio” e “As Cartas d’Abax’o Piques”, todas protagonizadas pelo personagem de Juó Bananére. De 1911 a 1917, período que Alexandre R. M. Machado permaneceu no semanário, o personagem Juó Bananére percorreu satiricamente temas recorrentes do cotidiano brasileiro da época.

Apesar da existência de outros trabalhos realizados em torno desse personagem, decidimos aqui explorar o fenômeno da sátira política procurando analisar esta produção humorística em consonância com uma suposta ligação político-programática com o semanário *O Pirralho* e parte das oligarquias paulistas do período. Dentre outros estudos sobre Juó Bananére, destacamos aqui o de Cristina Fonseca intitulado *Juó Bananére, o abuso em blague* e de Elias Tomé Saliba, *O macarronismo ítalo-paulista de Juó Bananére*, parte integrante de seu livro *Raízes do Riso - a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. Inicialmente escrito como dissertação de Mestrado, o trabalho de Cristina Fonseca prima por uma perspectiva das áreas da Comunicação e Semiótica grifando o

² Alexandre R. M. Machado nasceu na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, em 11 de abril de 1892. Era filho de médico e de dona de casa, José Francisco Marcondes Machado e Mariana Marcondes Ribeiro Machado, respectivamente. Ainda na infância e depois de ter ficado órfão de pai, mudou-se para Campinas, Estado de São Paulo, cidade em que cursou seus primeiros anos escolares. Já na juventude, mudou-se para a capital paulista onde cursou tanto o atual ensino médio como também seus anos de faculdade no tradicional curso de Engenharia na Escola Politécnica de São Paulo de 1913 a 1917. Ao que sua história de vida aponta, desde muito jovem Alexandre R. M. Machado já travava contato com a vida e o cotidiano da cidade de São Paulo, principalmente com a dinâmica de vida do bairro do Bom Retiro, bairro conhecido por possuir uma colônia italiana bastante numerosa na época. Além de freqüentar, em 1910, o ex-Liceu de Artes e Ofício, Alexandre R. M. Machado também freqüentou o curso de Engenharia na Rua Três Rios, também Bom Retiro (antiga POLI). Apesar do fenômeno da chamada linguagem macarrônica não ser novo e, tampouco, criação de Alexandre, tudo aponta que o mesmo se relacionou profundamente com o linguajar italiano nesta época de juventude, o que se deve em função do grande número de imigrantes naquele espaço. Deste modo, Alexandre incorpora em sua personagem o linguajar, os códigos de linguagem, o dialeto e o modo de se expressar italiano. O humorista, além de escrever no *O Pirralho*, também escreveu em *O Gavroche*, *A Vespa* e *O Queixoso*. (AMARAL, 1980: 142)

caráter um tanto quanto singular da linguagem na produção de Alexandre R. M. Machado.

Operando com um corpus documental publicado em duas obras de Alexandre R. M. Machado, (*La divina incrença*, 1915, e *Galabáro*, de 1917) Cristina Fonseca sugere um olhar no qual a resistência e as “posições iconoclastas” do autor frente ao poder no período são postas em relevo. Já Elias Tomé Saliba - diferentemente de muitos trabalhos sobre o personagem Juó Bananére nos quais foram endossados o lado da fala italiana - lança algumas interpretações sobre a linguagem em Alexandre R. M. Machado (largamente influenciada também pela fala caipira) e relaciona sua produção cômico-temática com todo processo de mudanças advindos com a Belle Èpoque brasileira na perspectiva da forte resistência cultural vivenciada pelo personagem no contexto das grandes transformações sociais, econômicas e, sobretudo, culturais do século XX. Ainda que bastante atentos aos aspectos mais progressistas da obra de Alexandre R. M. Machado (Cristina Fonseca) e para as questões linguístico-culturais (por Elias Tomé Saliba), nosso estudo procurou analisar seu conteúdo não só como parte do programa ideológico defendido por *O Pirralho* como também como integrante do discurso adotado por uma parcela significativa da oligarquia paulista do período, principalmente no período após a derrota de São Paulo nas eleições federais de 1910; isto é, as eleições que puseram Hermes da Fonseca na presidência. Mais conhecido por Juó Bananére, Alexandre R. M. Machado percorreu humoristicamente diversos temas em voga no Brasil de seu tempo como, por exemplo, literatura, sociedade, crônicas policiais, religião, festas e, principalmente, política.

Todo material por nós analisado está produzido em grande parte sob a forma de crônicas e algumas paródias. As crônicas, entendidas aqui nesse caso como uma narração ou descrição de fatos reais ou ficcionais por um narrador em primeira pessoa, é a forma pela qual o autor mais se utiliza para sua expressão.

Ainda que em número menor, as paródias satirizando poemas, escolas literárias ou crônicas policiais da época (sobretudo no ano de 1913) também aparecem nas

produções do humorista. Com uma linguagem parodial, Alexandre R. M. Machado pinta os fatos que se passam em seu universo social sempre de um ponto de uma narrativa cômica em que a quebra de sentidos, a anacronia proposital, a astuta e estratégica “ingenuidade” do personagem, a descrição hiperbólica da realidade e a transformação da linguagem oficial numa linguagem fonética e “distorcida” dão todo um efeito cômico para sua obra.

Podemos dizer que os escritos espalhados ao longo de *O Pirralho*, ainda que tenham sido escritos semanalmente e ao longo de tantos anos, formam um tipo de cadeia coesa ou uma espécie de unidade ficcional. Juó Bananére tem quatro filhos: Beppino, Gurmeligna, Ferri e Viaduttimo Nuovo (referência satírica ao Viaduto do Chá) e uma esposa chamada Juóquina. Todos vivem num espaço geográfico denominado Abax’o o Pigues, atual Praça da Bandeira localizada no centro na cidade de São Paulo. As crônicas têm um narrador, personagens, uma temporalidade – propositadamente às vezes anacrônica e não linear – e uma espacialidade real ou fictícia que transformam as crônicas numa espécie de história de começo, meio e fim. Todas as crônicas são escritas a partir da perspectiva de um narrador em primeira pessoa que participa ativamente dos fatos narrados. O personagem (Juó Bananére) sempre onipresente na ação conduz o relato bem-humorado mesclando atores sociais históricos com ficcionais. Apesar de tematizar muitos aspectos do início do século XX, acreditamos que as crônicas de cunho político são o grande mote da produção de Alexandre R. M. Machado em *O Pirralho*.

Enquanto personagem fictício, mas nem por isso a-histórico, Juó Bananére sai lá da Itália para viver no Brasil. Como persona, Bananére aparece em inúmeras facetas diferentes e atua como vários tipos sociais: partícipe da “Banda Musical d’Abax’o Pigues”, “capitó-tenento da ‘Briosa’” (em ironia à Guarda Nacional), “barbeiro do navio Sgulhambaterra”, “inlustro literato”[ilustre literário], “bunito scrittore”, “candidato a

prisidento da Republiga”, membro da “Gademia Baolista das Letera”[Academia Paulista de Letras] e “pulitico fruente”[político influente]³.

Travestido desses atores que Juó pinta importantes juízos sobre a vida política da ainda recém-inaugurada República de 1889. De 1911 a 1914, período em que está em voga a administração hermista, o nosso barbeiro fica no encalço do presidente e de seus comandados.

Das crônicas humorísticas de Juó Bananére retiramos alguns importantes temas da política brasileira do momento, sobretudo no período em que vige o Marechal Hermes da Fonseca, período esse recortado por nós. Hermes da Fonseca e seus aliados políticos, especialmente Pinheiro Machado, marcaram presença constante no semanário: no contexto da gestão de um marechal, isto é, de um militar; o exército, a Guarda Nacional, a “roubagliera nas inlençó” [roubalheira nas eleições], as trocas de favores políticos intra-oligarquia e as relações político-sociais dos atores do poder são frequentemente transformados em temas cômicos e representam os temas mais discutidos nas crônicas satíricas de Juó Bananére. A partir de uma linguagem sonórica das ruas da cidade de São Paulo (junção e imitação da fala caipira com a fala abrasileirada do italiano) e sob um tom acentuadamente humorístico, o cronista cômico expõe e critica a gestão não só de Hermes da Fonseca como também de boa parte do corpo político e burocrático do então presidente.

Para nós, as colunas escritas com a atuação do personagem de Juó Bananére, “figlio maise veglio do celebre inventore do fosfero di duas gabeza”, podem ser vistas sob a égide da dura oposição paulista ao Governo Federal do período. Assim posto, o epicentro analítico de nosso trabalho gira em torno da questão de como o personagem

³ Sem nenhuma exceção, todas as crônicas humorísticas a partir do número 10 de *O Pirralho* são escritas por Alexandre R. M. Machado e assinadas por seu personagem Juó Bananére. As crônicas, sempre na forma de cartas, por isso “As cartas d’abax’o Pigues”, são endereçadas ao “signore Redattore du Piralho” ou apenas “Lustrissimo Redattore” [senhor redator e ilustríssimo redator, respectivamente]. Somente no primeiro número escrito por Alexandre R. M. Machado ele se dirige ao destinatário como “Scipione, cumpá”, pois a partir do segundo número assinado como *Bananére* todas as correspondências têm como caminho apenas o “ilustrímo Redatore” ou “signore Redattore du Piralho”.

Juó Bananére relaciona-se com o poder da época e como ele atua frente aos fatos da gestão hermista (1910 – 1914) no Brasil da Belle Èpoque.

Interessa-nos analisar qual (ais) o(s) limite(s), o sentido social e político do conteúdo satírico em Bananére no estabelecimento de uma relação fundamentalmente crítica com relação aos rumos trilhados por Hermes da Fonseca e o seu programa daquele momento. As fontes indicam que desde 1911 até 1915, isto é, um ano após o encerramento do mandato de Hermes da Fonseca, Alexandre R. M. Machado compõe em suas sátiras a figura do presidente e dos “pau d’acqua”. Os capítulos que seguem nesta dissertação de mestrado pressupõem, portanto, uma tênue relação entre os conteúdos satíricos das crônicas de Alexandre R. M. Machado, a revista *O Pirralho* e a dura oposição que o Estado de São Paulo realizava naquele momento contra as forças políticas da situação; oposição que teve uma agudez significativa a partir da derrota de São Paulo na campanha presidencial de 1910 em que o Estado paulista apoiara Rui Barbosa em detrimento de Hermes da Fonseca. Tal campanha presidencial entra para a história com o nome de Campanha Civilista.

Para isto, dividimos o trabalho em três capítulos: o primeiro é intitulado de *U Pirralhu: linguagem e política*, o segundo *Os pau d’água, o Exército e a roubalheira* e, por ultimo, *O Projeto político para o Regime Republicano*.

Na primeira parte, procuramos explanar de um modo geral o papel de parte da pequena imprensa, no caso aqui, discutir o semanário *O Pirralho*, na difusão do conteúdo irreverente no âmbito social da Primeira República, especialmente os conteúdos relacionados com a sátira política mais propriamente dita. Ainda nesse sentido, buscaremos analisar a função social desse semanário no contexto da oposição política feita por São Paulo com relação às forças políticas da capital carioca, já que *O Pirralho* parece ter tido um papel relevante num momento pós-derrota paulista na Campanha Civilista compondo mais uma importante peça na luta e contraposição política do período contra Hermes da Fonseca.

A crise imposta após a derrota do candidato apoiado por São Paulo na campanha presidencial de 1910, o desempenho de *O Pirralho* nas campanhas políticas para presidentes do Estado de São Paulo em 1912, a sua luta contra o suposto militarismo hermista e seu apoio de um modo geral aos paulistas na oposição ao governo nacional farão parte dessa primeira parte do trabalho. Sem perder de vista nossa personagem principal que Juó Bananére, operaremos na órbita dos problemas que envolvem a relação entre imprensa e poder sempre discutindo o papel de *O Pirralho* dentro do jogo ideológico colocado entre São Paulo e Hermes. Seu processo histórico, sua linguagem singular, seu conjunto de ideias políticas, seu caráter irreverente e muitas vezes coloquial serão parte constituinte deste capítulo inicial.

Já no segundo capítulo mostraremos os temas mais recorrentes nas peripécias do nosso imigrante italiano Juó Bananére pelo Brasil da Primeira República. Em *Os pau d'água, o Exército e a roubalheira*, vamos decompor os temas políticos mais citados nas sátiras de Juó. Estudando as crônicas satíricas de nosso humorista, observamos alguns assuntos que permearam toda sua produção quando esteve dentro de *O Pirralho*: neste modo, o tema da sátira pessoal contra Hermes da Fonseca, a construção de uma imagem militarizada do presidente e as questões do sistema político-eleitoral parecem tomar uma parte significativa do corpo produtivo da obra de Alexandre R. M. Machado no semanário paulista. A comicidade a favor da crítica, os procedimentos cômicos o exame e as perspectivas sociais e políticas de Juó Bananére farão parte deste capítulo que tem por função básica expor os principais conteúdos de nosso material cômico.

Por último, no terceiro capítulo faremos um estudo das relações entre as sátiras da personagem Juó Bananére e suas conexões políticas com o contexto da oposição feita por São Paulo entre os anos de 1910 e começo de 1915, ano em que o Presidente gaúcho sai do comando. Interessa-nos identificar os grupos sociais envolvidos no racha de 1910, além de analisar suas vozes e suas posições políticas naquele momento: para nós, o conteúdo satírico de Alexandre R. M. Machado ajuda a costurar a oposição do Estado paulista ao Governo Federal. Cabe a nós não só identificarmos as plataformas políticas de cada um desses grupos como também estabelecer os limites sociais da

crítica empreendida através da personagem Juó Bananére em *O Pirralho*: a “Campanha Civilista”, o processo de oposição paulista a Hermes da Fonseca e as bases de constituição ideológica da sátira em favor do Estado de São Paulo são, por assim dizer, os principais temas levantados neste capítulo derradeiro.

Um último e importante ponto a salientar é o trato que daremos com relação à linguagem que aparece nas crônicas de Juó Bananére, a propósito, todas as suas sátiras estão “traduzidas” para o nosso português oficial no Apêndice desta dissertação⁴. Para leitores não muito acostumados ou familiarizados com a fala de Alexandre R. M. Machado, decidimos introduzir também o uso de colchetes logo após aqueles termos que julgarmos mais complexos de serem entendidos em sua linguagem, para esses leitores, segue o conselho do próprio Bananére, para quem a “artugrafia muderna é una maniera de scrivê, chi a genti escribe uguali come dice”.

⁴ Tal “tradução” privilegiou a fluidez, a objetividade e a inteligibilidade das sátiras de Juó Bananére: portanto, algumas pontuações e expressões, por exemplo, foram modificadas. Recomendamos aos leitores que tentam, na medida do possível, lê-las como se estivesse falando, já que sua linguagem não deixa de ser também uma espécie de grafia e registro da linguagem oral ou falada.

Capítulo I - U Piralhu: linguagem e política

Além de discorrer um pouco sobre o fenômeno da imprensa periódica no universo social da Primeira República, este capítulo analisa o semanário *O Pirralho* e sua inserção no contexto da época, assim como a sua relação programática com o conteúdo das crônicas de Juó Bananére no plano do governo Marechal Hermes da Fonseca. Tendo em vista que a análise do semanário em si não constitui o nosso objeto nesta dissertação, vale lembrar que esta suposta digressão temática justifica-se pela necessidade de apontar que o conteúdo de *O Pirralho* detinha uma considerável ligação temática, ideológica e programática com relação às crônicas de Juó Bananére, já que muitas das críticas que se pode observar ao longo das partes que compunham o semanário também fizeram parte dos conteúdos das colunas escritas por Alexandre R. M. Machado.

Nesta altura do trabalho, parte do corpo da revista, seus posicionamentos e perspectivas políticas serão vistas. Além disso, consideramos o depoimento pessoal de Oswald de Andrade publicado em sua autobiografia sobre a história de sua vida e, por consequência, a história do próprio *O Pirralho*. Esta última consideração explica-se na medida em que Oswald de Andrade foi o idealizador da revista *O Pirralho* e detém importantes informações sobre a linha da revista.

O fenômeno da chamada pequena imprensa no país tem sido bastante estudado por alguns intelectuais ao longo dos séculos XX e XXI, especialmente a imprensa de características humorísticas. Esta imprensa que vem despertando o interesse de alguns estudiosos será aqui, pelo menos por ora, objeto desse capítulo⁵. A explosão e o número significativo dessa produção editorial ao longo do século XX parecem ser bem nítidos. São alguns deles: *O Buraco*, 1901, *A Aljava*, 1902, *A Bola Bola*, 1902, *O Azeite*,

⁵ Dentre outros importantes estudos, podemos destacar os autores Elias Tomé Saliba, Paula Ester Janovitch, Brás Ciro Gallotta e Heloísa de Faria Cruz, respectivamente: *Raízes do Riso - a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*; *Preso por trocadilho – a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*; *São Paulo Aprender a rir - a imprensa humorística entre 1839 – 1876* e, por fim, *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890 – 1915*.

1903, *O Clarim*, 1906, *O Camaleão* 1906, *Argus*, 1908, *Gargalhada*, 1909, *O Pirralho*, 1911, *Zé Povo*, 1911, *O Parafuso*, 1915, *O Alfinete*, 1915, *Maroto*, 1916, *O Queixoso*, 1916, *A vespa*, 1916 e *A Rolha*, 1918 são algumas delas⁶.arasileiro, sua renovaç o e tamblaçtudo preliminar da revista. Dentre outros fatores, os estudos realizados sobre essas produções têm apontado que o processo de introdução numa economia de mercado, a presença da inovação técnica e o aumento gradativo dos círculos letrados possibilitaram o aparecimento cada vez mais regular desses pequenos periódicos.

As revistas de variedades, artes, notícias e entretenimento aparecem paulatinamente na cidade de São Paulo, palco importante das mudanças históricas ocorridas no romper do novo século. Elas muitas vezes - talvez ao contrário da grande imprensa - mostram e noticiam fatos mais corriqueiros do cotidiano e, como diria o próprio *O Pirralho*, “da vida mundana”. O prosaísmo da vida moderna é destacado e registrado por esses periódicos de modo que os eventos, as festas, as notas esportivas, as notas policiais, os reclames, os eventos “chics”, anedotas, críticas literárias e teatrais, moda, política, costumes e cultura de um modo geral são cada vez mais explorados.

Como parte integrante deste crescimento, é possível pensar no aumento dos periódicos e das revistas semanais. Aqui no Brasil, em especial nas grandes cidades, podemos dizer que a aparição de novos conteúdos, a reinvenção da linguagem, a articulação da imprensa e da propaganda, o avanço técnico e a abertura de novos caminhos de difusão são importantes vetores elucidativos que nos ajudam a compreender o recrudescimento do número de periódicos e, de imediato, o aumento dos canais de divulgação da própria sátira. (CRUZ, 2000)

Esta imprensa dá cada vez mais lugar para novos personagens históricos e os jogam dentro daquele mesmo espaço público também frequentado pelas elites. Enfocando as relações entre cultura letrada, cidade e vida urbana em São Paulo, a

⁶ GALLOTTA, Brás Ciro. *São Paulo Aprender a rir - a imprensa humorística entre 1839 – 1876*. Tese de Doutorado, PUC-SP: São Paulo, 2006.

historiadora Heloísa de Faria Cruz chama-nos a atenção para o aspecto do aumento do público leitor e a função social de alguns periódicos.

Segundo a historiadora:

(...) as folhas e revistas domingueiras não são os únicos veículos inovadores da imprensa periódica na época. Ampliando o espectro social da cultura letrada, a pequena imprensa passa também a dar voz a personagens e espaços que até então eram raros ou mesmo exteriores aos círculos das elites e da cultura letrada na cidade. Através da e na imprensa de imigrantes, nas pequenas folhas e jornais de bairro e, principalmente, na rica imprensa operária do período, categorias de publicações que freqüentemente se mesclava, a hegemonia das elites letradas foi surpreendida e desafiada por interesses, projetos e concepções de novos sujeitos sociais. Nessas outras folhas, os conflitos e tensões engendrados pelas novas condições da luta social na cidade ganham maior definição e nitidez. (CRUZ, 2000: 101)

Surgem assim, sobretudo com o aumento da produção de pequenos e médios periódicos no início do século XX, representações de sujeitos sociais que são incorporados no grande número de periódicos impressos na época, possibilitando um tipo de perspectiva histórica associada à experiência e à visão de mundo de certos grupos que, até então, não encontravam eco e/ou espaço nas linhas de força dos espaços tradicionais de difusão. Em muitos casos, nos conteúdos apresentados por essa imprensa estão colocadas performances de grupos sociais que surgem na cidade, sobretudo quando levamos em consideração as várias transformações urbanas e sociais observadas em São Paulo com a imigração estrangeira e com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Ainda sob o olhar de Heloísa de Faria Cruz:

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdo das publicações; o processo social que transforma a cidade

passa também a configurar as publicações. Na construção da modernidade urbana, das novas formas de sociabilidade e sensibilidade, as publicações culturais e de variedades, incorporando novas temáticas, personagens e linguagens, ligando-se ao entretenimento, colocaram-se como espaços privilegiados. (CRUZ, 1997: 22)

Deste modo, a imprensa de cunho operário, os jornais feitos e dirigidos a comunidades estrangeiras no país e até mesmo parte da imprensa que não fazia parte desses novos círculos trazem à tona um universo social bastante eclético e socialmente diversificado. No meio a esta pluralidade gráfico-editorial, as revistas ou semanários humorísticos têm um espaço e uma ressonância social bastante significativa.

Do prisma da relação entre política e semanários, em especial na geografia da capital carioca e na cidade de São Paulo, outros importantes órgãos de imprensa de cunho humorístico obtiveram um papel importante não só no sentido da divulgação de conteúdo irreverente, mas, sobretudo, de conteúdo crítico. Apesar das dificuldades em identificar um número aproximado de publicações de imprensa humorística, o contexto de efervescência social desse período acima exposto pode ser um bom ponto de referência para pensarmos num montante razoável desse tipo de conteúdo nos primeiros anos de nossa República. Para se ter uma leve ideia dessa produção periódica em São Paulo, Elias Tomé Saliba afirma que “de um total de 523 revistas publicadas no período 1870-1930, 62 delas (12%) se auto-intitulavam ‘humorísticas’, 78 (15%), de ‘variedades’, e 179 (34%) delas se diziam literárias.”⁷ (SALIBA, 2002: 39)

⁷ Ainda sobre a questão dos periódicos no Brasil da Primeira República, Elias Tomé Saliba aponta que “em São Paulo concentrou-se a maior produção periódica do país. Dados de 1912 indicam que São Paulo possuía 341 periódicos, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 124, e pelo Rio de Janeiro (Distrito Federal), com 118 periódicos.” (*idem*) Comentando sobre essa estatística realizada em 1912 (Estatística da Imprensa no Brasil), Ester Janovich ressalta que o número de periódicos humorísticos pode ser ainda maior. Segundo ela: “esta porcentagem de semanários de narrativa humorística tende, porém, a aumentar, se considerarmos aqueles de variedades, atualidades ou literários que muitas vezes não se auto-intitulavam apenas humorísticos, mas continham, em seus programas de apresentação, assim como no cotejo de seus exemplares elementos que os identificam com aspectos da narrativa caricata e irreverente, a qual, a partir do século XX, estaria cada vez mais associada às linguagens e temáticas advindas do mundo do entretenimento, das diversões, que penetravam a vida urbana paulistana no início desse século. (JANOVICHT, 2006:26)

A despeito da eclosão de alguns trabalhos sobre o humor no Brasil, parece que há ainda um vasto campo de investigação intelectual a ser produzido pela(s) área(s) da(s) Ciências Sociais de um modo geral, já que vários periódicos ainda estão alocados nos arquivos históricos espalhados pela cidade de São Paulo à espera de estudos. Dentre os pequenos periódicos de conteúdo humorístico que já foram estudados, destacamos então *O Cabrião*, objeto de Flávio da Silva; *O Pirralho*, do letrado Benedito Antunes; *O Parafuso*, de Brás Ciro Gallotta e, por último, o estudo feito em cima de Zé Povo, do autor Flávio da Silva⁸.

Como indica a autora Ester Janovicht em *Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*, muitas dessas revistas, apesar de conter caracteres de comicidade, não se intitulavam como publicações humorísticas. Soma-se a isso uma característica irreverente desses periódicos que era a de justamente fazer, troça, burlar, burilar e satirizar seus próprios programas de apresentação ao leitor. Esse “jogo de cena” concretizava-se na medida em que alguns periódicos, ao ironizar seu programa, deixavam em aberto (talvez também em nome do efeito cômico), a sua própria identidade. Sobre esta perspectiva um tanto quanto errática de alguns periódicos humorísticos, Janovicht aponta que a indistinção ou a

dúvida se estabelecia na narrativa irreverente da imprensa do inicio do século XX ao denunciar o esgotamento das tradicionais certezas pelas quais se pautavam o conhecimento e a própria linguagem. Sua linguagem tornava-se, com a própria velocidade da modernização, dos novos tempos, fragmentária, cheia de mutações e liberdade com as palavras que, de fato, distanciavam-na de uma abordagem realista das estruturas econômicas e sociais do momento. A fuga, como expressão dessa dúvida

⁸ Respectivamente: SILVA, Flávio da. *Humor e sátira: o Cabrião no quotidiano da cidade de São Paulo - 1866/1867*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 2004.; WATAGHIN (org.). Brasil e Itália: Vanguardas. São Paulo: Ateliê Editorial - EDUC, 2001, p. 239 – 252.; GALLOTTA, Brás Ciro. *O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulista, 1915 – 1921*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 1997.; SILVA, Marcos A. Caricata República – Zé Povo e o Brasil. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

em relação aos fatos reais, ao modo como eles se apresentavam, gerava um número infinito de jogos de palavras, associações e indistinções que oscilavam entre a valorização de grandes descobertas científicas ao longo do século XIX e os limites claros dessas ‘certezas’ na forma de se apreender o mundo. (JANOVICHT, 2006:115)

Apesar da existência de seu aspecto fluido ao qual uma pretensa desterritorialização onto-social parece ser o grande mote das apresentações destes semanários humorísticos (como lembrou Ester Janovicht logo acima), é possível observar neles uma posição bem definida do ponto de vista político- ideológico: isto é, se por um lado o terreno linguístico parece ser movediço, por outro, tem determinações bem identificáveis.

Talvez, como peça emblemática deste universo sociolinguístico podemos aqui suscitar o exemplo de *O Parafuso* (1915 – 1921). Com duras críticas sociais, sobretudo críticas dirigidas à oligarquia e às más condições de vida dos segmentos sociais menos favorecidos, *O Parafuso* – com uma escrita bastante interessante - também densifica a articulação linguagem e política. Brás Ciro Gallotta afirma que *O Parafuso* apresentou “elementos e características que foram fundamentais na formação das pequenas folhas, assumindo inovações de linguagem, distanciando-se do academicismo, amenizando o tom sisudo e os conteúdos mais áridos típicos dos grandes diários, e articulando-se um pouco mais a vida urbana”. Ainda pensando na inter-relação entre linguagem e crítica social, Brás Ciro Gallotta ressalta que “desde o século XIX, a revista *O Diabo Coxo*, 1864, *O Cabrião*, 1866, já criticavam a abolição, os privilégios da imprensa e as condições de vida das classes sociais populares com uma linguagem crítica e mordaz”.

Insurgindo-se contra os “politiqueiros”, os “cavadores”, os políticos corruptos e seus esquemas e redes de influência, os favoritismos, o clientelismo, o apadrinhamento político, o descaso com o dinheiro público e toda sorte de marginalização social, o semanário *O Parafuso* também se utilizou largamente de um tom cômico e ao mesmo

tempo combativo. Ao contrário de *O Pirralho*, tributária de certos segmentos paulistas como veremos logo a seguir, *O Parafuso* parecia ter laços, matrizes e filiações sociais bem diferentes. Aliás, esta “autonomia” causou grandes desconfortos às camadas dirigentes que, na época, acusavam a revista e seu diretor (Baby de Andrade) de fazer parte de uma imprensa alarmista, sensacionalista e mentirosa. (GALLOTTA, 1997: 24 - 27)

Do ponto de vista da utilização de uma linguagem coloquial e cômica a favor da crítica social, *O Pirralho* parece ter grandes semelhanças com relação a alguns outros periódicos de seu tempo. Guardando algumas semelhanças e também algumas diferenças com *O Parafuso*, *O Pirralho*, apesar de ser publicado por certa elite econômica e intelectual da cidade, *reapresenta* ao seu modo alguns sujeitos das camadas populares, sobretudo o imigrante italiano. Vale dizer que esta *representação* social do imigrante foi largamente utilizada pelo *O Pirralho* também como estratégia de crítica social: em outras palavras, a representação do “italiano” também serve como tática crítica na medida em que o humorista paulista fala através do sujeito italiano culturalmente representado em suas sátiras.

As colunas humorísticas produzidas por Alexandre R. M. Machado parecem ser um caso emblemático dessa representação não só da perspectiva temática como também cultural e linguística⁹. Em suma, a exemplo de outras publicações, *O Pirralho* também significou uma junção entre humor e política, apesar de muitos periódicos (diferentemente de *O Pirralho*) não se intitularem de humorísticos.

⁹ É valioso lembrar que esta representação social do outro através da língua e de seu suposto universo sociocultural não é novidade de *O Pirralho*, já que muitas revistas antes dela já o faziam com determinada frequência. Num levantamento feito por Ester Janovicht diante dos semanários existentes de 1900 a 1911, constatou-se, por exemplo, que o semanário *O Buraco* apresentava e representava “o caipira” nas “Cartas Amorosas”, curiosamente assinadas por K. Gado. Além desse, temos também: *O Azeite*, 1903, e a representação do italiano nas “Cartas da uno talenano”, de Chicillo; o semanário *Gil Braz*, 1903, linguagem pseudoitaliana na seção “O fechamento”, assinada por Luigi Capalunga; *O jagunço*, 1903, de linguagem caipira em “Quadrinha Caipira”, assinada por Zé K. Della; *A Ronda*, 1908, macarrônico italiano, “Bilhetes do Bom Retiro”, por Luigi Capalunga; *O Bicho*, 1909, macarrônico alemão em “Correspondia de Santa Catharina”, por Franz Buller; *A Farpa*, 1910, macarrônico caipira, “Cartas Matutinas”, de Coroné Bastião; *A Lua*, 1910, macarrônico alemão em “Cartas Pomeranas”, assinada por Fritz Helmoz Belotas e, por fim, o próprio *O Pirralho*, 1911, cuja linguagem em determinadas seções da revista era de um macarrônico francês, alemão, italiano e caipira. (Janovicht, *apêndice II*)

De características plurais e pouco definíveis, *O Pirralho* intitulava-se como uma publicação de “variedades, literatura e humor”. Através da fala da grande imprensa, Jornal do Commercio de São Paulo, Diário de São Paulo, O Estado de São Paulo, A Gazeta e O Diário Popular, por exemplo, podemos ver que num primeiro momento *O Pirralho* fora muito bem acolhido. É o que nos mostra o próprio *O Pirralho* logo nas suas primeiras edições:

O Pirralho é uma revista crítica e humorística e...inoffensiva. Bole com todo mundo, troça com este ou com aquelle individuo, mas tudo isso fal-o em termos, sem *magar [magoar]* a quem quer que seja.

Já em outra referência também publicada no próprio *O Pirralho* do mesmo dia vimos a opinião do Diário de São Paulo:

Apareceu, finalmente, *O Pirralho*, um semanário humorístico e literário, mas de humorismo leve e inoffensivo e de literatura fina, um semanário como o reclamava o nosso meio, aliás, tão rebelde às publicações desse gênero¹⁰.

Vê-se aqui que num primeiro momento *O Pirralho* parece ter sido bem aceita pelos círculos dos grandes jornais de São Paulo. A caracterização de *O Pirralho* é feita aqui com elogios ao semanário, embora eles mesmos indiquem certa reticência com relação aos periódicos humorísticos da época: na visão dos grandes órgãos da época, apesar de ter um tom acentuadamente humorístico, *O Pirralho* aparece como uma revista “séria”, responsável e amistosa¹¹. Situada na Rua XV de Novembro (atual centro

¹⁰ *O Pirralho*, 19/08/1911, p.01.

¹¹ Não é isso que vamos ver ao longo das publicações da revista. O caráter “inoffensivo” cai por terra na medida em que se verifica uma ofensividade de *O Pirralho* contra Hermes e contra a sua suposta perseguição política contra o semanário, sobretudo, no ano de 1912, ano em que havia forte ameaça de intervenção federal em São Paulo. Quanto à sua postura com relação à grande imprensa, *O Pirralho* parece não ter pouparado algumas agulhadas também, já que em inúmeras crônicas satíricas de Juó Bananére a pilharia volta-se contra alguns nomes da grande imprensa. Porém,

da cidade de São Paulo), as edições de *O Pirralho* continham - além de outros temas tais como política, arte, literatura, esportes e coluna social – um forte conteúdo humorístico, conteúdo esse endossado não só pelas colunas de Juó Bananére como também por Cornélio Pires e pelo cartunista Lemmo Lemmi, pseudônimo de Voltolino.

Além das colunas com o personagem Bananére, há várias outras colunas e notas bem-humoradas ao longo da revista, sobretudo que se dirigem aos fatos mais prosaicos do cotidiano ou da política da época. As paródias linguísticas - mistura proposital de duas ou mais línguas - aparecem frequentemente não só nas produções de Juó Bananére como também ao longo das inúmeras seções da revista *O Pirralho*. Além da linguagem ítalo-paulista, há também a utilização do “caipirês” da coluna “Correspondência de Xiririca”, de Fidêncio Costa; a mistura da linguagem alemã com a portuguesa do “Xornal Allemong”, de Franz Kenniperlein e, por fim, um macarrônico franco-português em “Lettres Politiques”, de Vitor Hugo¹². Nelas; humor, história, cidade, cotidiano e linguagem entrelaçam-se. É importante salientar que na medida em que esse tipo de imprensa retrata – claro que ao seu modo - os fatos do cotidiano e usa uma linguagem cômica em suas produções, ela constrói e apresenta outros olhares da cidade. Para Janovitch:

A presença da pequena imprensa narrativa irreverente localizada, em sua maioria, no triângulo na área central de São Paulo, ao lado das grandes confeitarias, das pensões alegres, da vida mundana, registra e constrói uma outra via de acesso à cidade. ‘Sem Ordem e Nem progresso’, essas folhas

vale mencionar que, apesar das tentativas de cerceamento, a revista *O Pirralho*, ao contrário do semanário *O Parafuso*, jamais foi proibida de ser publicada, o que nos faz relativizar a própria palavra censura.

¹² As paródias linguísticas, talvez um produto da miscelânea cultural existente no país, eram largamente utilizadas com conotações humorísticas. Em sua tese de doutorado, Brás Ciro Gallotta sinaliza que desde o século XIX em São Paulo, boa parte da população e dos humoristas da cidade imitavam e misturavam, cômica e propositalmente, o português com outras línguas propiciando um resultado com características bastante risíveis. No caso de *O Pirralho*, estas paródias linguísticas estavam espalhadas por toda revista. O francês, o idioma mais falado ou difundido na época, também sofria estas intervenções, como é o caso da paródia em francês/português da poesia de Gonçalves Dias *Canção do Exílio*: “Poesies du genre sentimentale: lês plus conhecides de la littérature brésilienne. Minhe Terre: Minhe terre tient palmères/Ou chante lê passarinhe sabiá/Lês aves qu’ici gorgent/Ne gorgent pás comme dans lá!”. *O Pirralho*, 29/11/1913, p.09.

passam a dialogar de forma bem-humorada com o cotidiano e, mais do que isso, com a presença que o dia-a-dia adquire a partir da própria mudança do foco narrativo do jornalismo do início do século XX. (JANOVITCH, 2006: 18)

Para a autora que estudou a imprensa humorística de 1900 a 1911, o aparecimento dessa produção escrita cumpre um papel importante no sentido de apresentar outro caminho de interpretação e representação sobre os fatos do Brasil da Belle Époque. Ainda nesse sentido, a historiadora continua:

Com fortes traços de crítica social, aliados a inovações na linguagem e nas ilustrações caricaturais, essa imprensa destoa radicalmente das revistas ilustradas de variedades e entretenimento, como a Cigarra (1914) ou mesmo a Vida Moderna (1907), que primavam, no geral, em representar, mediante a combinação do instantâneo fotográfico, da reportagem impactante, do comentário rápido, da vida mundana e das crônicas ligeiras, a face mais civilizada da cidade, como um palco cujo cenário teria que ser construído de acordo com o refrão republicano da ‘celebração do Progresso’, em que tanto o espaço público quanto o cidadão republicano foram idealizados; definindo-se determinadas condutas, novas identidades comprometidas com um olhar classificador de uma imprensa voltada para a rapidez da ‘novidade’ e a venda dos tablóides. (JANOVICTH, 2006: 18)

Do ponto de vista da relação linguagem e história, a publicação de novos conteúdos em *O Pirralho*, assim como a utilização de uma linguagem fonética, coloquial e cotidiana largamente utilizada na revista, parece marcar um ponto distintivo do periódico com relação à forma de ser da grande imprensa afeita, em linhas gerais, aos fatos mais oficiais da vida política do país. Porém, essa característica não parece ser privilégio nem de *O Pirralho* e, tampouco, das outras publicações de seu tempo, afinal, desde o século XIX a articulação entre cotidiano, humor, linguagem e imprensa/periodismo já estava colocada, por exemplo, em *O Diabo Coxo* (1864 – 1865) e *O Cabrião* (1866 – 1867).

Abre-se com *O Diabo Coxo* uma nova forma de fazer jornalismo: sua abordagem produzida a partir de uma linguagem coloquial e temperada de tons humorísticos narram o prosaísmo da vida na cidade: novos temas, novas abordagens, novos enfoques e tratamentos dados a uma série de assuntos parecem ser o mote desse órgão de imprensa surgido a partir da segunda metade do século XIX¹³.

Ainda rapidamente contidos na relação entre linguagem, cotidiano, humor e crítica social, podemos ressaltar junto com *O Diabo Coxo* também o periódico *O Cabrião*. Nascido na cidade de São Paulo em setembro de 1866, *O Cabrião* desenvolveu um tipo de narrativa bastante irreverente e crítica no contexto do século XIX. Idealizada também por Ângelo Agostini, *O Cabrião* - dotado de uma linguagem das ruas da cidade paulista - satirizou, atacou e criticou duramente alguns setores e configurações sociais de sua época: o poder e os privilégios dados à grande imprensa, a prática social dos padres, o evento da guerra do Paraguai – assim como também as formas e o contestável processo de recrutamento -, a política (incluindo os partidos e as eleições) e os problemas da cidade e suas péssimas condições de vida, eram temas constantes dentro dos conteúdos do periódico¹⁴.

Apesar da grande distância histórica que separa *O Diabo Coxo* e *O Cabrião* dos outros tantos periódicos de humor do começo do século XX, podemos observar pontos e características bastante semelhantes entre eles. A despeito das diferenças, inclusive das diferenças de posicionamentos políticos entre esses periódicos, essa pequena criou, abordou e, sobretudo, representou uma série de personagens e costumes urbanos a partir de uma linguagem diferenciada, crítica e irreverente. Faz-se presente, portanto, uma narrativa cuja presença da oralidade parece ser fortemente marcada.

¹³ “O Diabo Coxo não se destacou apenas pela introdução da caricatura na imprensa paulista. No interior do periodismo paulista de então a publicação de Agostini inova tanto no que diz respeito aos conteúdos como as formas de contar, propondo uma nova forma de fazer jornalismo, mais deslocadas das querelas políticas e fundamentadas no cotidiano urbano. Apresenta-se como um periódico essencialmente urbano, mais voltado para o cotidiano da cidade e, se pensarmos num contexto mais amplo da imprensa paulista, isto o coloca como pioneiro do gênero”. (GALLOTTA, 2006: 111)

¹⁴ Sobre o periódico *O Cabrião* vide mais informações em: SILVA, Flávio da. *Humor e sátira: o Cabrião no quotidiano da cidade de São Paulo -1866/1867*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 2004.

A linguagem de *O Pirralho* tem merecido importantes estudos em função de seu caráter bastante variado, muito embora alguns autores tem apontando certa prevalência de estilos parnasianos e neoparnasianos somado com algumas características que o Modernismo desenvolveria ainda mais dali a alguns anos, ou seja, a imitação de uma linguagem cotidiana, coloquial e demasiado oral¹⁵. A utilização das oralidades paulistas pelo semanário mostra também uma São Paulo em constante mutação histórica.

A linguagem viva, híbrida e dinâmica exposta em *O Pirralho* revela que não é mais possível usar de um arcabouço técnico-linguístico racional e formalmente rebuscado para se entender e explicar a ebullição social pela qual passava a cidade naquele período. Para Elias Tomé Saliba, o procedimento da chamada linguagem macarrônica foi:

um processo circular, inextrincável e quase infinito de misturas, incorporações e apropriações – processo difícil, se não quase impossível de construir. (...) chamamos estes procedimentos de macarrônico para evitar enquadrá-los em rótulos já demasiados utilizados – como ‘regionalismo’ ou ‘ciclo paulista’ -, caminhando no sentido de deixar propositadamente indeterminada a qualificação dessa produção humorística e procurando entendê-la como resultante de uma prática sociocultural muito peculiar. Em vez de ver os textos e obras com um sentido absoluto e com chaves próprias (às quais caberia ao crítico decifrar), o que temos, neste caso, constitui um conjunto vivo de práticas e eventos, de destinos pessoais que lutavam por afirmar-se, por construir uma teia de significados para si e para o mundo. Esta época, marcada por uma estética de transição, coincide com um momento de grande incremento do jornalismo e das revistas semanais – os principais campos

¹⁵ Destacamos aqui os trabalhos de Ana Maria Belluzzo, *Voltolino e as Raízes do Modernismo* e de Benedito Antunes, *A Língua macarrônica n'O Pirralho e a Vanguarda Modernista* in: Brasil e Itália – Vanguardas.

de atuação desses humoristas na Belle Époque. O recurso ao humor verbal macarrônico difusamente espelhava a própria imagem errática, irregular e caótica da urbanização paulista na década inicial do século, e os procedimentos desse humor nunca chegaram a existir como um cânone ou um conjunto mais ou menos definido. Mas inúmeros exemplos das fontes nos mostram que o macarronismo cômico ocorria nos três planos da criação humorística: lingüístico, estético e temático. (SALIBA, 2002: 178-179)

É nesse contexto de ebuição sociocultural que aparecem representados, especialmente nas colunas humorísticas, novos atores sociais não muito endossados seja pela literatura em voga na época (o Parnasianismo) ou pela grande imprensa. O caso Bananére, um personagem imigrante italiano, novamente se traduz em episódio símbolo dessa proposição. Nesses pequenos semanários, assim como *O Pirralho*, a representação do caipira, do italiano, do francês, do alemão e de toda oralidade de uma cultura fonética que já vinha desde o século XIX aparece não só de modo explícito como também ela é o próprio veículo de expressão de visões, valores e crítica social. Numa São Paulo da rapidez, da máquina e da velocidade, parece que as palavras e as coisas não possuem uma sintonia; não são de fatos sinônimos. Desse ângulo, a gramática do humor parece entender que a captação do contingente não se pode dar única e exclusivamente pela palavra enquanto forma, mas sim pela palavra oral, vivida e experimentada. A linguagem não representa a relação da essência das coisas com a coisa de fato, antes, ela apenas indica a própria impossibilidade desse alcance essencial, havendo assim um divórcio entre palavra/essência/fato/existência. Essa tese não significa apenas que ao homem é negado acesso à essência das coisas, mas ela destaca também mais um aspecto: que a linguagem é constitutiva para o acesso humano ao mundo. Não um acesso pleno, mas um acesso possível. (NIETZSCHE, 1977).

É fundamental observar que essa onda linguística não era privilégio dos humoristas, pois muitos desses códigos lexicais pareciam estar bastante enraizados em vários atores sociais do período. Segundo Paula Ester Janovitch em sua obra *Preso por Trocadilho – a imprensa de narrativa irreverente paulistana, 1900 – 1911*, era comum no início do século XX na cidade de São Paulo – apesar de termos indícios também no século XIX como bem alude Braz Ciro Gallotta em sua tese de doutorado - leitores que participavam na escrita direta desses pequenos periódicos via correspondências ou “crônicas epistolares”. Segundo Janovitch:

Instaurava-se, a partir do início do século XX, um tipo de ‘comédia ortográfica’, que em grande parte repousava na narrativa epistolar das correspondências. Por meio de colunas de correspondências surgiam cartas em dialeto caipira, italiano, e até mesmo germânico que, numa ortografia quase fonética, representavam, de forma irreverente, os principais acontecimentos do momento que refletiam diretamente na vida da cidade de São Paulo. (JANOVITCH, 2006:161)

Essas “crônicas epistolares” que retratavam o cotidiano da vida moderna na cidade parecem trazer alguns elementos importantes que refletiam diretamente na vida de São Paulo. A renovação da linguagem refletia o quadro social e demográfico de uma cidade que desde o século anterior recebia inúmeros estrangeiros na substituição da mão de obra negra pela imigrante; além é claro de revelar também a própria vida do migrante caipira. A produção desse tipo de crônica enviada por leitores/escritores/amadores mostra-nos que já havia certa “tradição macarrônica” na cidade de São Paulo mesmo antes de aparecerem no cenário municipal aqueles escritores que ganhavam a vida quase que exclusivamente com esse tipo de atividade, como, por exemplo, Alexandre R. M. Machado, vulgo, Juó Bananére.

A chamada “linguagem macarrônica” que já vinha a plenos pulmões no século XIX, ou seja, a linguagem que parodia a fala do imigrante com a língua do país em vigência, mostrava que as trocas e relações socioculturais continuavam em andamento

também no começo do século XX em São Paulo. De alguma forma esses novos sujeitos históricos dentro da cidade são revelados nessa produção humorística dessa imprensa. Remetendo-se apenas ao século XX, Paula Ester Janovitch demonstra que em 1908 já podemos encontrar colunas de correspondências em linguagem macarrônica, no caso específico português & português, com Luigi Capalunga no semanário *A Ronda* em “Bilhetes do Bom Retiro”; sátiras em que o cronista, já fixo no semanário, relatava em tons humorísticos o cotidiano, as dificuldades e as posições políticas dos italianos que residiam no bairro do Bom Retiro em São Paulo, além também de tecer inúmeras críticas de cunho social.

Além de *A Ronda*, de 1908, temos outros semanários humorísticos que vão, cada qual ao seu modo, satirizar a vida nacional. Em muitos dos casos, a imprensa humorística utilizou-se desse tipo de linguagem não oficial para se tirar desse fenômeno um efeito cômico. Também desse prisma, *O Pirralho* não é diferente. Analisando o aspecto linguístico em *O Pirralho*, o letrado Benedito Antunes afirma, por exemplo, que:

Com efeito, é provável que a importância inovadora da literatura em *O Pirralho* se localize muito mais no formato geral da revista do que nas seções propriamente literárias. Mesmo Oswald de Andrade pode ter-se beneficiado do clima de irreverência que percorria toda a publicação. A presença de cronistas em língua macarrônica, que se intrometiam em vários assuntos considerados ‘sérios’ e até constituíam ponto de referência para outros autores, implicará necessariamente a reformulação de inúmeros conceitos ligados à visão de mundo típica da *Belle Époque* brasileira. (WATAGHIN, 2003: 242)

Vimos que no cenário paulista da *Belle Époque*, a linguagem dialetal, multifacetada e “anárquica” utilizada em *O Pirralho* simboliza, talvez, a própria dificuldade de conceituação do período fornecida pelos seus atores históricos. No entanto, essa forma de explicar a realidade parece ter tido alguma resistência dentro do próprio *O Pirralho*, como podemos ver, por exemplo, na fala de Cláudio Souza, um dos

colaboradores do semanário. Sobre a utilização dessa(s) oralidade(s) paulista(s), o referido autor comenta:

Abomino toda literatura dialetal, seja donde for. O dialeto é uma deturpação ignóbil da língua, castrando os vocábulos por mera indolência, com aféreses, síncopes e apócopes, deformando outros por inexplicável verbiagem com próteses quísticas, epênteses hernianas e paragoges caudais. [...] Ora, viciar a nossa literatura com tons dialetais de retrocesso não nos parece obra a acoroçoar. Antes, para rir, as espirituosas charges do Juó Bananére, sobre a dialectação que se vai operando entre os italianos residentes em S. Paulo e contra a qual o governo se deve precaver, fiscalizando e obrigando o ensino do português aos filhos dos nossos colonos¹⁶.

A resposta dada à enquete feita por *O Pirralho* em 1912 é emblemática no sentido de mostrar a repulsa de alguns sujeitos com relação à linguagem utilizada em parte no semanário, para estes, uma linguagem vulgar. A reprovação é dura e explícita, mostrando não só certo tipo de conservadorismo estético-literário, mas, sobretudo, uma visão um tanto quanto cristalizada e impermeável às mudanças por que a própria cidade passava no momento: ou seja, com o fim do trabalho escravo no Brasil e o advento cada vez mais nítido de novas formas de vida, inclusive no plano econômico, São Paulo transforma-se cada vez mais sob a égide da imigração, principalmente italiana; o que redimensiona as próprias nuances linguísticas e culturais. Porém, apesar da oposição de alguns setores letrados, podemos ver através da autobiografia de Oswald de Andrade que as colunas macarrônicas de Juó Bananére obtiveram um sucesso significativo dentro da revista, o que também fica explícito no aumento do número de páginas dentro de *O Pirralho* destinadas às colunas de Bananére ao longo do tempo.

¹⁶ *O Pirralho*, 29/11/1913, p.08-09.

O depoimento pessoal de Oswald com relação ao personagem de Bananére, assim como o fato do aumento do espaço dado à produção de Alexandre R. M. Machado dentro da revista, parece indicar determinada ligação programática e ideológica entre os dois elementos. Vimos que a despeito da condenação feita por alguns colaboradores da revista e seu conhecido desprezo pela linguagem fonética das ruas usadas e publicadas em *O Pirralho*, a redação hesitou em cortar ou diminuir o espaço dado às colunas humorísticas de Juó Bananére¹⁷.

O próprio Oswald em *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe* refere-se não só ao sucesso das colunas de Juó Bananére como também ao próprio sucesso da revista na cidade de São Paulo. O semanário durou de 1911 a 1917 e contou já nas suas primeiras edições com importantes autores e colaboradores, tais como, por exemplo, o jovem cartunista Di Cavalcanti, Olavo Bilac (que, aliás, também não foi poupadão pela sátira de Bananére), Emílio de Menezes, Goulart de Andrade, José do Patrocínio Filho, Affonso Celso, Thomas Cunha, Guilherme de Almeida, entre outros. (FONSECA, 2001)

Já nos primeiros números *O Pirralho* despontava com um quadro de autores relativamente grande e com um tipo de tipografia alinhada com os avanços técnicos gozados pela grande imprensa: a inclusão e a impressão de fotografias, ilustrações, caricaturas, um número cada vez maior de reclames – o que de certa forma parece-nos indício de sucesso da revista – e o aumento das seções humorísticas de um modo geral são características da revista. Pensada simbólica e caricaturalmente por Lemmo Lemmi, mais conhecido como Voltolino, o símbolo do semanário parece-nos emblemático: um menino, um pirralho, vendedor de jornais. Esse pirralho, menino travesso, pimenta e demasiado traquinas, indica a que veio o semanário *O Pirralho*: troçar.

¹⁷ Após a viagem de Oswald de Andrade à Europa, o periódico *O Pirralho* fica nas mãos de Baby de Andrade, novo chefe de redação da revista. Mantendo e explorando esse tipo de linguagem nas demais revistas por onde passou, Baby de Andrade, apesar do manifesto repúdio de certos segmentos com relação ao desenvolvimento de novas formas lingüísticas, parece ter exercido grande influência tática na manutenção e divulgação da fala dialetal dentro de *O Pirralho*.

A pilhária tão presente em *O Pirralho*, especialmente nas colunas de Juó Bananére, pregam grandes peças nas autoridades sociais do tempo. Aquele “humorismo leve e inoffensivo” ao qual se referia o jornal Diário de São Paulo nem sempre era produzido. O humor do semanário explicita posições, ideias e posturas políticas bastante claras com relação a São Paulo e às diretrizes nacionais de seu tempo. Nessa perspectiva, podemos dizer que o humor em *O Pirralho* possuía um forte conteúdo programático concretizado, principalmente, na sua forte oposição ao governo Hermes da Fonseca, ao senador Pinheiro Machado, ao Exército e à relação da federação paulista com boa parte do país.

É o que podemos ver, por exemplo, na 22^a publicação de 1912 em que Voltolino constrói uma caricatura alegórica: a imagem mostra-nos uma enorme vaca ao centro do desenho e seus filhotes amamentando-se nela. A questão da representação sobre São Paulo reside no fato de que a vaca-mãe é o Estado paulista, que supostamente explorado, amamenta e sustenta os outros Estados da Federação: no caso, a capital Rio de Janeiro, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outros. Abaixo da caricatura a seguinte inscrição: “A união faz a força... dos outros”¹⁸.

A autorrepresentação ufana da cidade de São Paulo pensada pelo periódico aparece em inúmeras charges; nelas o Estado paulista surge como o benfeitor nacional ou o Estado de maior pujança econômica, o que, segundo eles, leva a ser sempre a unidade federativa mais explorada e sugada pela União. Esses órgãos cumpriram um respeitável papel na crítica à política exercida na época, como, por exemplo, o periódico *Zé Povo*. Além de papel crítico, essas narrativas também exercem uma função de

¹⁸ Infelizmente, com a reforma e o fechamento da Biblioteca Mário de Andrade logo após o início de nosso trabalho, não foi possível a digitalização e a inserção das caricaturas mencionadas nesta dissertação. O material por nós obtido faz parte de pesquisas anteriores ao fechamento da Biblioteca localizada na cidade de São Paulo. De qualquer forma, a caricatura explanada acima está disposta na Revista *O Pirralho* do dia 06 de janeiro de 1912. Todo acervo de *O Pirralho* está na secção de Obras Raras da Biblioteca ou dispostos em microfilmagem na mesma. Vale ressaltar aqui a excelência e o belo trabalho da Instituição na conservação deste material histórico: os números não só de *O Pirralho* como o de vários outros pequenos periódicos (*O Gavroche*, *A Vespa* e *O Queixoso*, por exemplo) estão muito bem conservados, o que, aliás, permite o desenvolvimento de outros estudos sobre a sátira e a história dessas publicações no âmbito da Primeira República.

partícipes e de telespectadores ativos da política nacional, mostrando assim que estão de olho no que está acontecendo:

Zé povo é completa: nada lhe escapa, sabe de tudo, tudo vê, a tudo observa, de tudo informa; e mais que o Pathé Journal". Sua objetiva nada perdoa; a senhorita que atira ternos olhares a alguém que se derrete; o elegante que se veste a Vieira & Pinto; as entravées; os sans-dessous; da-se com todo mundo, bisbilhoteia a tudo, faz... fita. Leitor amigo, attentae bem, quem sabe se não vos apanhemos o carão¹⁹.

Outro importante periódico da época que também continha essa perspectiva atenta e observadora dos fatos sociais, especialmente dos fatos políticos, era *O Parafuso*:

O Parafuso prometia mostrar o que julgava ser a ‘máscara verdadeira’ que os políticos deveriam trazer. Sua posição política se articula principalmente através da crítica do comportamento político individual e pela atuação fiscalizadora/moralizadora sobre o que considerava os desvios de comportamento das elites dirigentes. Sua crítica é personalizada. A vida privada e os traços de personalidade dos políticos são os principais alvos de seus ataques. (GALLOTTA, 1997:84)

A exemplo de outros periódicos da cidade, *O Pirralho* também tecia duras críticas à política nacional e à república tal como estava posta naquele momento histórico. Assim como em *O Parafuso*, *O Pirralho* permanecia (a seu modo) no encalço das autoridades não apenas como espectadora, mas como agente do próprio processo de

¹⁹ Revista Zé Povo, 12 de outubro de 1911, p.01.

construção de crítica e produção ideológica. Mais adiante, notaremos que *O Pirralho* construirá oposição forte com relação ao governo Hermes da Fonseca, oposição também empreendida pelo personagem Juó Bananére. Em muitos casos, *O Pirralho* também adota uma perspectiva denunciadora, fiscalizadora e, sobretudo, moralizadora da política. Notaremos essa característica mais adiante quando entrarmos nas crônicas de Juó Bananére propriamente dita.

Como dissemos anteriormente, *O Pirralho* ao longo da administração de Hermes da Fonseca fica sempre de olho em sua gestão, não deixando passar ao largo nenhuma das ações presidenciais do marechal. Através de uma linguagem jocosa – que nem sempre permeava toda a revista – o tema da república e a crítica a mesma é recorrente:

_Consta que a república brasileira vai mudar de nome.

_Como assim?

_Pois o Glicério não disse no senado que uma republica sem liberdade não é uma republica, é mentira!...²⁰

Em *O Pirralho*, há uma forte oposição política do semanário com relação ao Governo Federal logo nos cinco primeiros meses de publicação. O apoio do semanário às causas paulistas não acabou com o fim da chamada Campanha Civilista de 1910. Como vimos nessa pequena anedota, mesmo em 1912, dois anos após a entrada de Hermes da Fonseca, a revista *O Pirralho* continua fazendo oposição ao Governo Federal. É assim que *O Pirralho* mostra-se cada vez mais embrenhado nas questões políticas de seu tempo, fato esse detalhado inclusive pelo seu próprio ideólogo Oswald de Andrade em seu depoimento pessoal:

²⁰ *O Pirralho*, 15/06/1912, p. 01.

A vida de *O Pirralho* tornou-se intensa e importante no cenário político, em que se lutava pelo civilismo de Rui contra a ditadura de Pinheiro Machado. [...] Eu deixara O Diário Popular. E numa excursão à cidade de Socorro conheci um dos maiores líderes políticos de São Paulo. Chamava-se Washington Luís Pereira de Sousa, era secretário da Justiça e Segurança. E fazia-se temido por sua conhecida energia. Suas palavras sobre minha revista foram de tal modo elogiosas e favoráveis que, sem embaraço, aceitei o convite que me fez de vê-lo em sua Secretaria. Aí, espontaneamente ele se dispôs a auxiliar financeiramente *O Pirralho*, que considerava um valor na luta que se desenvolvia em torno de Rui Barbosa contra o hermismo controlado por Pinheiro Machado. (ANDRADE, 1990: 67)

Apesar do nome sintomático da autobiografia de Oswald, “*Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe*” e a despeito da confessada ajuda materna no financiamento inicial da revista, o criador de *O Pirralho* revela que os recursos empreendidos para manter o periódico vieram mesmo em grande medida de Washington Luís²¹, aliás, mais um dos contrários ao governo Hermes da Fonseca. O fato desse financiamento ao *O Pirralho* ter vindo logo em seus primeiros anos de existência denota que desde cedo o pequeno periódico já estava comprometido com alguns dos grandes expoentes da política paulista do momento.

O depoimento de Oswald adquire significativa relevância no sentido de mostrar a importância política que detinha não só *O Pirralho*, mas a chamada pequena imprensa de um modo geral neste período. Pode-se considerar que ela é até certo ponto uma das

²¹ Washington Luís ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP) e elegeu-se deputado estadual entre os anos de 1904 e 1905. A partir desse ano, deixa seu cargo para então assumir a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, onde ficou até 1912. A simpatia e o bom trato dispensado à pessoa de Washington Luís fica bastante evidente tanto em *O Pirralho* como nas falas de Juó Bananére. Para Juó, “Oxininto Luigi si chi é um funzionario gotuba. O dottore Oxininto Luigi, inlustro prefeitto inda a prefettura, i uno dos mignos amigo maise bunitigno”. Em linguagem convencional: “Washington Luís sim que é um bom funcionário. O doutor Washington Luís, ilustre prefeito e um dos meus amigos mais bonitinhos”. Nota-se nesses exemplos que havia um significativo alinhamento ideológico entre parte da oligarquia paulista, *O Pirralho* e as colunas satíricas de Juó Bananére. Revista *O Pirralho*, 18/04/1914, p. 18.

bases políticas e faz parte do próprio jogo de interesses em voga nessas instâncias. Nesse sentido, a imprensa ajuda a compor o debate ideológico contribuindo com representações e apoiando as deliberações sobre os rumos políticos do país.

O auxílio financeiro - e certamente o apoio no campo das ideias - dado ao periódico *O Pirralho* para a sua manutenção mostra a importância que essa imprensa cumpria naquele momento de efervescência política tanto antes como depois da Campanha Civilista em que se discutia a sucessão presidencial brasileira. Nas palavras do próprio ideólogo da revista, Oswald de Andrade, a publicação do conteúdo das edições representava “um valor na luta” contra o hermismo, ou seja, uma força propulsora que pudesse contribuir para a querela entre civilismo, teoricamente mais plural, e o hermismo, visto pelos seus contraopositores como um retrocesso político na medida em que, para eles, representava o militarismo.

A luta contra o hipotético militarismo hermista acompanha *O Pirralho* desde o começo da revista, o que, talvez, explica o fato das crônicas de Juó Bananére dirigirem-se contra o governo nacional de uma perspectiva contramilitar. Vê-se que ao longo das sátiras publicadas na revista, figuras que fizeram coro do lado de São Paulo na Campanha Civilista, tais como Rui Barbosa, Washington Luís e Barão do Rio Branco, não só são poupadados como também defendidos, como é o caso desse último:

O Pirralho está sob a impressão dolorosíssima que lhe produzem as notícias alarmantes acerca do Barão de Rio Branco. Por si e por todos os brasileiros que vêm em Rio Branco a única figura prestigiosa do governo do Marechal. *O Pirralho* sente e pede a papai do céo que o salve, se ainda é possível²².

Na ocasião da morte do Barão do Rio Branco *O Pirralho* lança inúmeras notas sobre o fato ressaltando sempre seus préstimos ao Brasil e a São Paulo. Para a

²² *O Pirralho*, 10/02/1912, p. 14.

redação de *O Pirralho*, a única figura prestável da estrutura política e burocrática do governo do Marechal Hermes da Fonseca era, sem dúvida o Barão do Rio Branco. O desafio aqui é, talvez, analisar qual o projeto político ou o modelo de república objeto de luta de *O Pirralho* na articulação com as crônicas de Juó Bananére. A ligação política entre os escritores do periódico e a maciça introdução de crônicas satíricas trocando com os agentes da política nacional que permaneceram ao lado de Hermes da Fonseca e de Pinheiro Machado, parece ficar mais clara na medida em que se traz à baila tanto a documentação trazida por Oswald como também as fontes das sátiras de Alexandre R. M. Machado. No entanto, o desafio é analisar qual o projeto de república presente na revista e sua interligação com Juó no contexto dessas complexas teias de relação política contida num meio social em constante ebulação política, fenômenos que analisaremos no terceiro capítulo.

Vimos que a representação de São Paulo em *O Pirralho* (e nas sátiras de Bananére) aponta para certo tipo de ufanismo paulista em detrimento dos outros estados. Além disso, podemos observar também que além do forte apoio à Campanha Civilista empreendida pelo semanário, *O Pirralho* também fez coro às vozes que defendiam a separação de São Paulo do resto do país em 1912 e atuou de modo significativo na oposição ao governo central até o final da gestão de Hermes. “Onde está a república?”, perguntava o caricaturista Voltolino, aliás, grande parceiro nas crônicas de Juó Bananére²³. O ataque de Bananére e da revista de um modo geral à questão da defesa dos bens do país e contra a venda de estradas férreas e o monopólio da Light (para Juó, a “Laita”) também é visível.

Há em vários momentos, uma crítica clara que vai de encontro à perda, venda ou monopólio de serviços e produtos tidos como nacionais. Isso ajuda a explicar o fato das linhas férreas serem tão satirizadas por alguns humoristas da época, pois além da crítica ao progresso, podemos ver também a crítica contra o assédio do capital estrangeiro no país. É assim, por exemplo, que numa caricatura (sem assinatura)

²³ Em *O Pirralho* de fevereiro de 1912, a caricatura de Voltolino mostrava o menino (um pivete, um pirralho), símbolo do semanário pinchando um muro. A inscrição era clara e questionadora: “onde está a república?” O título da caricatura era “*O Pirralho* pirralhando”.

mostrada em *O Pirralho* em que se mostra um polvo gigante cheio de tentáculos abraçando as vias férreas brasileiras. “A desnacionalização das nossas vias-férreas”, mais adiante, a legenda continua: “... o sindicato Polvo já se apoderou da Sorocabana, São Paulo e Rio Grande”²⁴.

Parece necessário apontar as supostas contradições ideológicas expressas no semanário: se por um lado *O Pirralho* (e também nosso personagem italiano) adota algumas posturas antimilitaristas e prócivilistas, por outro, a revista toma algumas atitudes acentuadamente antiliberais, como é o caso da forte crítica da desnacionalização das vias férreas. Porém, as posições teoricamente liberais e antiliberais de *O Pirralho* devem ser relativizadas no tempo e no espaço de acordo com as relações sociais de cada período. Partindo do pressuposto de que o semanário estava de acordo com os interesses de São Paulo no jogo da disputa nacional, é possível observar a defesa das reivindicações paulistas ao longo de suas edições: defensora desses interesses, sobretudo quando os mesmos se voltavam para a manutenção da exportação do café, *O Pirralho* criticava arduamente qualquer boato de desnacionalização das vias férreas; vias construídas principalmente pelos cafeicultores paulistas em função de seus interesses de exportação do produto.

Nesse sentido, a postura de *O Pirralho* parece ser bastante antiliberal. Porém, determinada postura pode ser explicada se levarmos em consideração que a defesa das vias férreas, longe de representar um antiliberalismo, atende na verdade às demandas de escoamento e exportação de café, o principal produto de São Paulo. Mais adiante, veremos como as forças hermistas representavam uma ameaça para São Paulo, na medida em que Hermes representava uma facção política que pleiteava maiores espaços para o produto de outros estados e mais espaço de atuação para o mercado interno, em detrimento do mercado externo, tomado em grande medida pelos “presidentes do café”.

²⁴ *O Pirralho*, 13/04/1912, p. 8.

As complexidades dessas questões são grandes, já que sabemos que integrantes e colaboradores de *O Pirralho* guardavam fortes laços de relacionamento político com parte da oligarquia paulista da época. Ao que parece, essa oligarquia que reivindicava, enquanto oposição, uma participação política plural e mais aberta, era a mesma que simultaneamente também ajudou (como governo) a desenhar um modelo de Estado oligárquico quando também esteve no poder momentos antes de perder as eleições de 1910.

O quadro de pessoal e a direção da revista que foi dirigida por Oswald de Andrade e, posteriormente, por Baby de Andrade, pareciam ter grandes reservas com relação ao governo do Marechal Hermes da Fonseca, em voga a partir do ano de 1910. Como vimos, mesmo depois de algum tempo, o poeta Oswald de Andrade não esconde em sua autobiografia que o semanário *O Pirralho* tivera um papel ativo nas discussões e nos rumos políticos de São Paulo e do Brasil como um todo naquele determinado período. A imprensa é uma das vozes ativas dentro do processo político afirmando posições, discutindo projetos e expondo ao público a sua matriz ideológica naquele determinado contexto.

Voltando à atmosfera histórica do pleito eleitoral de 1910, parte da imprensa paulista, em especial aqui a chamada pequena imprensa, revela-se contrária à candidatura Hermista: ao que as fontes apontam, São Paulo, na iminência de perder seu posto privilegiado dentro da república brasileira daquele período, toma um posicionamento diferente se comparado com alguns outros Estados da Federação. Contra Hermes da Fonseca, parte dessa pequena imprensa colocava São Paulo como sendo uma espécie de arauto das liberdades civis e políticas dentro de uma república que, segundo eles, podia se perder no comando de Hermes da Fonseca no plano de um militarismo autocrático. Falando de sua juventude numa passagem que teve pela Capital Federal, o escritor Oswald de Andrade aponta que:

No Rio, assisti à primeira revolução política que o Brasil teve neste século – a do marinheiro João Cândido. O Marechal Hermes da Fonseca tinha assumido a Presidência da República num ambiente de grande hostilidade. Era um joguete mais ou menos cretino nas mãos do caudilho sulista Pinheiro Machado. Foi quando se esboçou a luta civilista encabeçada pela figura de Rui Barbosa. (ANDRADE, 1990: 61)

Falando de suas memórias com relação à chamada revolta dos marinheiros, episódio que presenciara de corpo presente na cidade do Rio de Janeiro, Oswald emite importantes juízos sobre a pessoa e governo de Hermes da Fonseca. Lendo o documento histórico, podemos entender o porquê que o autor está falando que Hermes da Fonseca assumiu o seu cargo “num ambiente de grande hostilidade”. Para Oswald, a hostilidade é materializada na forma da dura oposição política de São Paulo no contexto da candidatura e eleição de Hermes. Nitidamente a favor das aspirações paulistas, *O Pirralho* de Oswald de Andrade deixa claro o porquê daquela oposição.

Para eles – e muitas sátiras aludem a isso também – São Paulo e o Brasil poderiam cair num forte fechamento político causado pela influência militar caso um marechal viesse a ganhar as eleições de 1910. A chamada Campanha Civilista, portanto, tinha como uma de suas principais bandeiras a colocação de um presidente civil no poder, um presidente que, para eles, não viesse a solapar as supostas liberdades conquistadas (ou a ser ainda conquistada num ambiente idealmente republicano).

Saindo um pouco dos documentos e indo para a historiografia referente ao tema, podemos ver que a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha em *Liberalismo e Oligarquias na República Velha: O Paiz e a campanha de Marechal Hermes da Fonseca – 1909/1910* aponta para outra perspectiva sobre as eleições de 1910. Analisando a posição de parte da imprensa nas eleições de 1910, o estudo de caso feito pela historiadora no jornal *O Paiz* - por sinal um jornal hermista – mostra que a

oposição política de uma parcela significativa da oligarquia brasileira, no caso aqui a oligarquia paulista, está fortemente acoplada a uma forte posição de classe.

Para ela, São Paulo lutava contra a candidatura de Hermes porque o mesmo representava as forças políticas contrárias aos privilégios dados aos barões do café que se apoiavam, sobretudo, na manutenção de uma economia monocultural e agroexportadora; ao passo que a candidatura Hermes da Fonseca tinha um programa que privilegiava uma economia mais multilateral e que concentrava esforços para o desenvolvimento de um mercado de consumo interno em detrimento do exportador. Assim, o jornal *O Paiz* detém em suas páginas um acervo razoável de conteúdo pró-Hermes em prejuízo das forças cafeicultoras paulistas. Essa luta político-econômica materializa-se especialmente entre Rio Grande do Sul (também representado por Pinheiro Machado) e São Paulo, apoiada pelos cafeicultores e por parte da grande e da pequena imprensa, no caso aqui, *O Pirralho*.

Analizando especificamente o semanário *O Pirralho*, é possível notar características de posições políticas bem claras frente à realidade brasileira do período. No contexto das disputas internas dentro das forças das oligarquias nacionais e frente ao contexto de lutas intraestados no plano do federativismo da primeira república, o periódico *O Pirralho* colocava-se explicitamente a favor das vantagens e dos favorecimentos políticos ao Estado de São Paulo, mostrando desse modo uma significativa vinculação política e ideológica com as forças internas da oligarquia paulista. Os ataques aos homens do comando nacional – que havia ganhado a disputa de braço com São Paulo – eram comuns. Depois de anos à frente do governo nacional, o Estado de São Paulo colocava-se numa posição política de oposição com relação ao governo Hermes da Fonseca.

No plano das lutas políticas pela disputa do poder, São Paulo havia perdido um pouco do espaço no âmbito político com a derrota de seu candidato à presidência, Rui Barbosa, para o candidato Hermes da Fonseca. Se por um lado São Paulo reivindicava favorecimentos econômicos e uma política de manutenção de proteção à produção do

café, seu maior e mais poderoso produto, por outro, os demais Estados da Federação, sobretudo a liderança política do Estado do Rio Grande do Sul com Pinheiro Machado, sustentava um novo espaço dentro do jogo político-econômico liderado até então por São Paulo. São Paulo almejava a continuação de uma política que favorecesse o modelo agroexportador - cafeiro enquanto alguns outros estados brigavam por maiores espaços de participação política e econômica dentro das linhas de força da república do período. (CLEMENTINA, 1976)

Podemos dizer que a querela dentro da oligarquia republicana tem grande audiência na ocasião da disputa eleitoral entre Rui Barbosa – apoiado por São Paulo – e o candidato Marechal Hermes da Fonseca, apoiado não só por Pinheiro Machado, como também por alguns estados que se punham contra a permanência de São Paulo na liderança do cenário nacional: o que ficou conhecido como a “Campanha Civilista”. A Campanha na época surgiu com uma forte conotação de tensão e luta entre os grupos opositos, o que foi transformado em belicosidade e humor, como mostra a pequena anedota a seguir:

O Papai _ O que é que você quer ser, Juquinha?

O Juquinha_ Eu telo sê sordado.

O Papai_ Soldado, meu filho!

Mas você não sabe dos perigos que corre um soldado?! Pôde ser morto pelo inimigo...

O Juquinha_ Intão, eu telo sê o inimigo...²⁵

No período da Campanha Civilista tanto Rui Barbosa como grande parte da oligarquia paulista usaram como forma de argumentação de campanha eleitoral que o país entraria no militarismo caso um candidato advindo das forças armadas viesse a ganhar as eleições no pleito de 1910. Dessa perspectiva, São Paulo representaria a vontade popular enquanto Hermes da Fonseca representaria teoricamente um

²⁵ *O Pirralho*, 14/10/1911, p. 09.

retrocesso dentro de uma ordem classicamente republicana. Por certo, não é demais destacar que, mesmo depois da derrota paulista na Campanha Civilista na qual Hermes saiu o grande vencedor, a revista *O Pirralho* põe-se claramente contra o governo ao longo de toda a gestão de Hermes da Fonseca. A imprensa e a sátira fazem, de fato, parte dessas disputas. Segundo o politólogo Marcelo Henrique Pereira dos Santos:

No dia 22 de maio de 1909 aconteceu a Convenção [pelos próprios chamada de ‘Convenção do Terror’, Convenção dos 42’ ou chamada ‘Convenção dos impossíveis’] que homologou o nome do Marechal Hermes da Fonseca com ampla ratificação dos representantes dos estados. Votaram contra apenas os estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Após a Convenção, os ataques da imprensa paulista à candidatura, agora oficial, aumentaram de intensidade. (SANTOS, 2005:47)

Naturalmente que as querelas intraoligarquia não se resumiam apenas às questões estritamente econômicas, por isso, talvez, a perspectiva de Oswald de Andrade acima mencionada, aliás, uma perspectiva bem política, pareça-nos tão relevante. Os estudos de Maria Clementina e as representações de Oswald de Andrade rapidamente expostas aqui não são de forma alguma antagônicas, mas complementares.

A perspectiva política de Oswald nesse pequeno excerto de sua autobiografia aponta Rui Barbosa como o nome de São Paulo para derrotar a candidatura de Hermes e de Pinheiro Machado que, na verdade, aparecia como um dos grandes articuladores da candidatura hermista. A fala do idealizador de *O Pirralho* e as sátiras de Juó Bananére têm aqui uma forte semelhança entre si, já que em inúmeras sátiras o senador Pinheiro Machado aparece como o real sujeito político dos rumos do país enquanto o presidente Hermes da Fonseca surge (nas falas de Bananére) como o “gaxorigno do Pinhêre” (cachorrinho do Pinheiro Machado).

Já na fala de Oswald, naturalmente uma fala mais “séria”, Hermes da Fonseca não passava de um “joguete mais ou menos cretino nas mãos do caudilho sulista Pinheiro Machado”. O protagonismo político dado por Oswald e Bananére a Pinheiro Machado era tão grande que em algumas de suas falas Juó Bananére refere-se diretamente ao senador, e não ao presidente como era de se esperar. De qualquer forma, independentemente de a quem ele esteja se referindo, parece que o juízo de valor mostrado por Oswald quando se trata de caracterizar a conjuntura política do período de 1910 a 1914 assemelha-se bastante com o apresentado por outros opositores hermistas. O quadro referencial de crítica e de conceituação oswaldiana acreditava na:

resistência do chamado civilismo contra a prepotência militar e política que se inaugurava com a ditadura disfarçada de Pinheiro Machado vinha iniciar uma série de revoluções e revoltas que se culminaram na de 1930, onde outro gaúcho, Getúlio Vargas, vinha inaugurar uma outra ditadura, mas de novo feito. A revolta de 1910 teve o mais infame dos desfechos. Foi solenemente votada pelo Congresso a anistia aos rebeldes, mas, uma vez entregues e presos, foram eles quase todos massacrados e mortos. (ANDRADE, 1990: 63)

Aqui, mais uma vez, o governo é caracterizado como um déspota que não respeita as liberdades. O que denominamos de oposição, Oswald de Andrade aponta como resistência política. O termo “ditadura disfarçada” utilizado pelo poeta paulista não revela de modo algum uma “meio-ditadura”, já que o termo *disfarce* não diz respeito a uma alegoria ou fantasia de ditadura. Ela é disfarçada porque, segundo Oswald, Pinheiro Machado esconde-se em Hermes da Fonseca, ou seja, uma ditadura real, mas escondida atrás de uma espécie de “testa de ferro”. Mais adiante, vamos mostrar como esse mesmo ponto de partida ideológica assemelha-se com a perspectiva política que aparecerá nas sátiras do personagem Juó Bananére. Porém, interessa-nos neste momento apontar para a questão da ligação efetiva entre três elementos aqui

demasiado importantes, qual seja: a posição (e oposição) política de São Paulo frente ao governo nacional naquele período, a linha editorial do semanário *O Pirralho* exposta por Oswald de Andrade e, por fim, as sátiras políticas de Alexandre R. M. Machado, criador de Juó Bananére.

Numa tira produzida no ano de 1912 a revista faz duras críticas a um suposto cerceamento do Governo Federal com relação ao conteúdo das publicações. Apesar de uma linguagem bastante coloquial e prosaica utilizada pelo semanário, vimos que o clima “sério” de tensão entre os editores e o governo não se davam de modo tão amistoso. “Há diversas semanas *O Pirralho* vive levando comes da polícia nacional”, era o que foi publicado na edição de número 25 da revista no ano de 1912, dois anos após a entrada de Hermes da Fonseca na Presidência da República²⁶. Nas publicações seguintes ou mesmo ao longo desse mesmo número, *O Pirralho* não especifica o que se quer dizer com “levando comes”, mas ao que tudo indica a revista punha-se como verdadeiro alvo da restrição política de Hermes da Fonseca, ou seja, pelo menos do ponto de vista do discurso, *O Pirralho* construía-se como alvo das perseguições governamentais.

Curiosamente, o título dessa pequena tira da revista chamava-se “O Regimen da Rolha”, isto é, o regime que se utiliza de um “cala boca” a fim de que não se critique ou aponte supostas debilidades²⁷. Pelo que vimos através das fontes, *O Pirralho* não deixou de ser publicado em nenhuma semana desde a sua fundação em 1911, o que pressupõe também que, apesar das tensões com Hermes, o presidente e “us pau d’acqua” não conseguiram (se é que realmente tentaram) barrar a continuidade do

²⁶ *O Pirralho*, 27/01/1912, p. 08.

²⁷ Ao contrário do semanário *O Parafuso*, *O Pirralho* jamais fora fechado ou extinguido em função de algum tipo de censura institucionalizada ou materializada por parte do governo Hermes. A nosso ver, houve muito mais referências e comentários sobre uma ameaça de censura do que um cerceamento propriamente dito. Ao longo de toda história da publicação de *O Pirralho* (1911 a 1917) não vimos nenhuma interdição ou interrompimento semanal de seus números, seja por problemas financeiros, editoriais ou querelas ou censuras dos órgãos governamentais. Talvez, um bom exemplo de censura editorial tenha acontecido com o semanário *O Parafuso* que, aliás, sofreu uma pesada intervenção no governo Wenceslau Brás: tal censura culminou inclusive no fechamento do periódico por alguns anos. **Vide** mais informações com Brás Ciro Gallotta em *O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulista, 1915 – 1921*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 1997.

²⁷ *O Pirralho*, 27/01/1912, p. 08.

semanário. De qualquer forma, a imprensa, especialmente *O Pirralho*, significava um relevante material de posicionamento ideológico frente às questões políticas daquele período na campanha contra Hermes. Fazia-se necessário ajudar nas reivindicações paulistas na relação com o que eles denominavam de “perigo”, isto é, o militarismo hermista. Apesar de bastante jovem, Oswald de Andrade funda *O Pirralho* e vê no mesmo uma flauta capaz de fazer barulho contra os interesses de determinados grupos sociais. Como o próprio revela:

A flauta, arranjei-a logo depois. Foi o semanário paulista ‘*O Pirralho*’, que fundei e dirigi sob a égide financeira de meu pai. Mamãe, com sua imaginação amazônica, pôs lenha na fogueira. Tendo um caricaturista de primeira ordem, Voltolino, e ligando-me a um grupo de ‘literatos’, lancei o semanário com êxito. ‘*O Pirralho*’ teve sua redação à Rua 15 de Novembro, 50B, sobrado. Era uma simples sala no fundo de um corredor, para onde minha mãe fizera transferir uma escrivaninha, um sofá e parte das cadeiras de casa. Em torno do ‘*Pirralho*’, juntou-se uma súcia de poetas, escritores e jornalistas improvisados, entre os quais apareceram Paulo Setúbal e um mulato, Benedito de Andrade, que se dava ao luxo de usar o apelido de Baby, pronunciado em português: Babi. (ANDRADE, 1990: 64)

Além de anteriormente colocar o patrocínio de “um dos maiores líderes políticos de São Paulo”, o então secretário de Justiça e Segurança Washington Luís, como preponderante na manutenção financeira da revista, Oswald de Andrade também revela que *O Pirralho* de início só fora possível também graças à ajuda de seus pais. Nessa passagem, o autor expõe os meios pelos quais foi possível inaugurar o semanário, assim como também demonstra sucintamente o quadro de pessoal envolvido na produção do mesmo²⁸. A passagem revela alguns elementos que de alguma forma

²⁸ Dentre outros colaboradores, *O Pirralho* teve nomes como Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Goulart de Andrade, José do Patrocínio Filho, Affonso Celso, Thomas Cunha, Guilherme de Almeida, Cornélio Pires, o jovem Di Cavalcanti, Lemmo Lemmi (o Voltolino) e Alexandre R. M. Machado. Sobre o quadro de colaboradores de O

determinam um meio de circulação relativamente pequeno e sem algumas características da chamada grande imprensa do período. No entanto, apesar das instalações parecerem bastante modestas, *O Pirralho* foi mais uma importante peça dentro do conflituoso e disputado cenário político nacional dentro da Primeira República.

Em meio a essas grandes contradições políticas, sociais e econômicas da vida republicana no Brasil, a comicidade, inclusive a sátira política, também surge como ferramenta de intervenção ideológica num dos semanários de grande relevância na época. Mesmo sendo numa “simples sala no fundo de um corredor” *O Pirralho* foi um importante meio de expressão social em São Paulo, já que além de revelar uma via de acesso à cidade e ao Brasil, ele também foi responsável por retratar o cotidiano da vida política na cidade através de uma narrativa crônica e folhetinesca, fortemente influenciada pela comicidade: aqui, não há dúvidas de que as sátiras de Juó Bananére publicadas no semanário e a própria revista de um modo geral trazem-nos um certo panorama da representação da vida política no Brasil nesse período. Sua perspectiva cômica e a importância de *O Pirralho* ficam bem claras nas falas de Oswald de Andrade. Para ele:

‘O Pirralho’ se impusera pela audácia com que conduzira a campanha civilista, tendo lançado, entre outras coisas, a caricatura de Voltolino. Eu iniciara em dialeto ítalo-paulista as ‘Cartas d’Abax’o Piques’, que encontraram um sucessor em Juó Bananére. Parecia ele um moço tímido e quase burro, mas seu êxito foi enorme quando tornou conta da página da revista intitulada ‘O Rigalejo’. Chamava-se Alexandre Marcondes e era primo do futuro Ministro do Trabalho.
(ANDRADE, 1990: 68)

Pirralho, **vide** mais informações com Cristina Fonseca em *Juó Bananére: o abuso em blague*. São Paulo: Editora 34, 2001.

O depoimento do ideólogo do semanário representa um corpo documental fundamental para esse estudo da revista. Em *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe* Oswald de Andrade relata com minúcias de detalhes a trajetória e a história de *O Pirralho* e a sua inserção no meio social, destacando, dentre outras coisas, a relação que o público leitor tinha com a revista de um modo geral e também a relação e a recepção do público para com as crônicas de Juó Bananére. Além disso, podemos dizer também que *Um homem sem profissão: sob as ordens da mamãe* revela-nos de modo bastante explícito a vinculação político-programática de *O Pirralho* com os poderes constituídos, seja em São Paulo ou no Brasil.

Capítulo II - Os Pau D'água, o Exército e a Roubalheira

Continuando com a base da perspectiva de nossa hipótese apresentada na introdução e no desenvolvimento do capítulo anterior, passaremos à análise das crônicas humorísticas de Juó Bananére propriamente dita.

O caminho de nosso estudo tem apontado que as sátiras de Juó Bananére de alguma forma fazem parte das críticas e reivindicações do semanário paulista no contexto das disputas políticas da Primeira República: se *O Pirralho* põe-se contra Hermes da Fonseca, criticando-o por suas supostas políticas cerceadoras e contra o seu hipotético ar de governo ‘militarista’, Juó Bananére satiriza o Governo Federal sempre em termos da desqualificação pessoal e da construção da ideia de que Hermes da Fonseca se caracteriza como um governo fechado, corrupto e enraizado nas forças do Exército.

Nas crônicas analisadas há importantes temas satirizados pelo personagem Juó Bananére. Para fins de melhores análises, dividimos as crônicas de acordo com uma perspectiva temática em detrimento da cronológica. Esta divisão parece-nos mais razoável na medida em que temas importantes vão e voltam ao longo de toda publicação do material cômico em *O Pirralho* feito por Alexandre R. M. Machado.

Observando as fontes de 1911 a meados de 1915, é possível recortá-las em três temas centrais constantemente citados por Juó: a sátira explorando questões pessoais com relação a Hermes da Fonseca, as sátiras contra as forças armadas - o chamado ‘militarismo’ - e, por fim, as sátiras dirigidas ao sistema político do período²⁹.

²⁹ Caso deixássemos de lado a divisão temática das crônicas e partíssemos para um recorte cronológico, assegurariamos que as crônicas com relação à gestão Hermes poderiam ser divididas conforme o seguinte aspecto: de 1911 a meados de 1912, as sátiras dirigem-se quase que de modo unânime ao processo eleitoral do ano de 1910 (incluindo a Campanha Civilista) e ao primeiro ano de administração do novo governo federal. A segunda divisão para que poderíamos chamar atenção são as crônicas escritas ao longo do ano de 1912 em que se faz alusão ao processo das eleições desse ano em que se elegeriam os respectivos presidentes dos estados brasileiros, o que equivaleria hoje às eleições do governo do estado. Nesse sentido, as sátiras voltam-se com bastante força com relação às análises da escolha do jogo político do governo federal em eleger os presidentes de cada estado de acordo

A título de exemplificar a importância dada por Alexandre R. M. Machado a esses temas – pessoa, exército e política - somente na trigésima terceira edição do semanário é que aparece uma crônica em que não se cita o exército, Hermes e seus homens. A edição de número 33 de *O Pirralho*, de março de 1912, é, portanto, o primeiro exemplar do semanário em que não se verifica a incorporação de personagens do exército ou de sujeitos que fazem parte da gestão de Hermes da Fonseca.

As fontes mostram que as crônicas políticas de Juó Bananére ficaram no persigo do Presidente da República por mais de sete meses sem sequer deixar de citar o nome do Marechal, de seus homens ou também do exército brasileiro ou da Guarda Nacional, satiricamente chamada de “a Biosa” por Bananére. Isto significa dizer que de outubro de 1911 a março de 1912, a revista *O Pirralho* não satirizou outros temas sem que o Exército Nacional, a política e os aliados hermistas compusessem a cena cômica.

De qualquer modo, o pessoal, a questão do Exército e a crítica ao sistema político (ladró de galinha, o inzercito, arubagliêra, respectivamente) permeiam tematicamente todo esse período de publicação por nós analisado, de 1911 a 1915. É de fundamental importância salientar que outros temas foram postos ao longo das crônicas de Bananére no entremeio de nossa classificação que se referiu às crônicas de cunho político propriamente dito: dentre muitos outros tópicos, as teorias científicas dos séculos XIX e XX, o determinismo positivista, a medicina lombrosiana, o Espiritismo, além das escolas literárias, sobretudo o Parnasianismo de Olavo Bilac e o desenvolvimento material da cidade de São Paulo.

No entanto, interessam-nos aqui as crônicas humorísticas na sua relação com a gestão Hermes da Fonseca, o que de modo algum está desvinculado de outros temas cômicos em Bananére, pois é de praxe na sua produção aglutinar conteúdos como o determinismo da ciência do século XIX ou a crítica ao desenvolvimento material com as

com seus interesses políticos. Já no ano de 1913, penúltimo ano da gestão federal, as crônicas de Bananére fazem menção à sucessão presidencial e aos bastidores do cenário político brasileiro frente à discussão da substituição do governo nacional. Já a partir do ano de 1914, a última divisão cronológica inferida por nós, as crônicas dirigem-se não só ao fato da sucessão presidencial como também procuram realizar satiricamente uma espécie de balanço político do governo Hermes nos anos que compreenderam o seu mandato no Brasil.

análises políticas do Brasil no período. Trata-se de se utilizar questões corriqueiras da época como meio de construir a crítica a Hermes da Fonseca em muitos casos. De modo mais específico e claro, trataremos em especial aqui das matérias da sátira pessoal dirigida a Hermes e aos seus comandados, ao Exército (com a Guarda Nacional) e das sátiras realizadas relativas ao sistema eleitoral brasileiro do período; a “arubagliêra” [a roubalheira]. Nas sátiras de feição pessoal vimos a *representação* de uma determinada imagem da pessoa do presidente para o público de *O Pirralho*: a desclassificação pessoal aliada a uma pressuposta incompetência política aparece de modo significativo nessas sátiras.

Já sobre o Exército e a Guarda Nacional (teoricamente forças do Governo Federal), as sátiras parecem adquirir sentido quando se está numa perspectiva de análise em que se considera a histórica oposição de *O Pirralho* e de Alexandre R. M. Machado ao governo no sentido de se contrapor a um suposto militarismo no Brasil do tempo de Hermes: para nós, esta posição vem desde a Campanha Civilista na qual se propagandeava o candidato Rui Barbosa (apoiado por São Paulo) como defensor do “civilismo” contra um hipotético governo militar, teoricamente apoiado, programado e defendido por Hermes da Fonseca.

Por fim, no que diz respeito à crítica ao sistema político realizada nas crônicas humorísticas, podemos afirmar que a sátira volta-se contra alguns desenhos da política exercida na época: dentre outros, poderíamos aqui destacar o tema dos mecanismos do sistema eleitoral brasileiro, linhas que apontam ou denunciam a ocorrência de fraudes nas eleições, o fenômeno da compra de votos, a troca de favores pessoais no que é tido e/ou visto como público e privado na historicidade daquele momento e o aliciamento político das oligarquias.

2.1 Ladrão de Galinha e os pau d'água: A Sátira Pessoal

Nesta primeira parte de nosso segundo capítulo começaremos pelas sátiras em que o personagem Juó Bananére faz um painel cômico da figura pessoal de Hermes e de seus aliados, us pau d'acqua. Como acontecia em outras tantas revistas de humor da época, parece que a sátira de cunho pessoal também se traveste de sátira política. Exemplo desse fenômeno é o episódio do casamento de Hermes da Fonseca com uma mulher significativamente mais nova do que ele, fato que verdadeiramente ocorreu com Naira de Tefê, filha do Barão de Tefê.

Alexandre R. M. Machado ao longo de várias edições do ano de 1913 procura elaborar a crítica política também em termos de uma desqualificação pessoal com relação ao então presidente. Como não poderia deixar de ser, Juó Bananére também vai à esteira dessas sátiras, como podemos ver em “Garo amico Hermeze”.

Arricibi onti a cumunicaçó do suo gazamente ufficiali c'ao madamigela Nairia di Caffé.

Io già sabevo che vucê é troxa, ma non creditavo che vucê tenia curagio gapaze p'ra si gazá. Vucê stá veglio piore da Séde Braga, é garéca, tê figlio morto maise veglio di vucê...Intò chi ingrenga fui ista di si gazà c'uma minina?

Aóra quano vucê saí inda a rua c'ao molhére pindurada nu bracio, tuttos pissoalo dize logo: - che bunita figlia chi tê aquillo indisgraziato!...

Do nimighio chi tê uma brutta revia di vucê. Juó Bananére³⁰ (Apêndice 01)

O escracho e o rebaixamento pessoal nesse caso desqualificam a figura do presidente colocando-o, dentre outros tantos e maus adjetivos, como um simples velho careca. A sátira de Juó exposta logo acima, apesar de ser uma sátira que explora o privado em detrimento do público na medida em que endossa questões pessoais,

³⁰ O Pirralho, 13/09/1913, p. 18.

também pode ser pensada em termos políticos, pois os efeitos de um tipo de rebaixamento pessoal podem ter alguma reverberação também no plano público. Pelo menos na revista *O Pirralho* na época do casamento de Hermes surgiu uma onda de notas, anedotas e sátiras em função de seu novo relacionamento.

Viúvo de seu primeiro casamento, Hermes casa-se com Naira de Tefê, filha de mais um componente da oligarquia republicana: começam, então, inúmeras brincadeiras em razão da grande diferença de idade apresentada entre o ilustre casal. Juó, que diz saber que Hermes já era um trouxa, chega a afirmar comicamente que os dois, na verdade, pareciam mesmo pai e filha. Altamente explorado e noticiado pela imprensa da época, em especial a imprensa contrária ao governo, como *O Pirralho*, o casamento do presidente foi largamente transformado em objeto de escândalo social.

A relação entre o humor e o escracho pessoal parece ter raízes muito sólidas desde o século XVIII no contexto da Revolução Francesa de 1789, por exemplo. Georges Minois (*História do Riso e do Escárnio*) atribui o sucesso da caricatura humorística depreciativa não só ao *boom* editorial da França revolucionária do século XVIII como também a um novo conceito e experiência do rir, do cômico e do risível observado no romper da modernidade, mais precisamente no século XVII na Europa. Surge a partir daí o conceito de *bom* e *mau* riso. Em linhas gerais, para a era moderna o *bom* riso é aquele riso inocente, ingênuo, despretensioso, livre de qualquer nível pejorativo.

O bom riso é resultado de uma relação quase sacra com o mundo a sua volta, ele é sinônimo de uma alegria “sem maldade”, ao passo que no mau riso denuncia-se (maldosa e propositadamente) “os defeitos, às vezes mesmo só aparentes, imaginados ou inventados, são aumentados, inflados, alimentando assim os sentimentos maldosos, ruins e a maledicência.”³¹ (PROPP, 1992: 158)

³¹ Para Propp, o mau riso não tem nada a ver com a comicidade, mas sim com a maldade. Para ele, o riso, exceto o “bom riso”, “está direta ou indiretamente ligado a algum defeito, verdadeiro ou suposto, grande ou pequeno das pessoas que suscitavam o riso.” (Idem, ibiden, 161) A ideia e a divisão que o filósofo faz entre o bom e o mau riso parece estar muito em consonância com o conceito e a idéia de riso endossada na Modernidade: ao contrário do riso

Pensando nessas transformações conceituais e operando com o humor parisiense cujo mote era atacar (via sátira) os homens do antigo regime, Georges Minois afirma que o humor caricatural francês da época (humor “carnavalesco” e “pedagógico”), apesar de pôr na cena cômica tipos sociais e coletivos, também transformava em objeto de irrisão os indivíduos nas suas práticas de vida privada, tal como acontece com Hermes da Fonseca ao ser satirizado por Juó Bananére. Para Minois:

os alvos individuais também são numerosos, porque os combates revolucionários permitem que fortes individualidades sobressaiam, tornando-se leaders – ídolos para alguns, monstros para outros. E a caricatura é a destruição dos ídolos pelo riso, sua redução ao estado de patifes. (...) a função essencial da caricatura revolucionária é a dessacralização, o rebaixamento dos antigos valores, dos antigos mestres, dos antigos ídolos: monarquia, nobreza, clero são precipitados numa onda de escatologia e obscenidade. (...) Vê-se que o grotesco rabelasiano, longe de ser uma festa popular alegre, que celebra as funções fundamentais e o ciclo eterno e otimista nascimento-crescimento-geração-morte –

rabelasiano, o riso moderno é experimentado e conceituado não necessariamente como catarse, purificação, mas como algo que deve ser visto (dependendo da situação) com muitas ressalvas e reticências. Para o autor Georges Minois, a modernidade “começou a definir limites para as piadas e regras para a conversação espirituosa. Foi a partir dali que a cultura ocidental começou a inventar também um paradigma sobre dois tipos ou práticas do riso: o bom riso, o riso positivo, expressão da alegria lícita, e o mau riso, o riso negativo, expressão do ‘rir de...’ ou ‘rir contra...’”. (MINOIS, 2003: 190)

como descreve Bakhtine -, é portador de um cômico violento, agressivo, odioso, contra as mesmas funções e esse mesmo ciclo, já que o aviltamento supremo consiste em reduzir o inimigo a suas funções. (MINOIS, 2003:469-470)

Com tantos ataques, não parece ser difícil imaginar que a figura do presidente, independente de suas práticas políticas, deve ter sido um tanto quanto arranhada em função de alguns critérios, juízos e valores colocados através da comicidade. Ainda nessa discussão, (apesar do seu estudo dirigir-se para a década de 90 no que se refere à produção das charges eleitorais que representavam os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais), João Elias Nery afirma que a charge - e também aqui incluímos a sátira política - tem uma:

permanência no campo do real e deve-se à sua ancoragem em referentes construídos no/pelo espaço midiático e de domínio público. O universo mágico e mitológico, as fantasias infantis, os heróis da mídia são convidados a participar desse jogo que envolve as personalidades públicas mais destacadas no campo político. Transformados em animais, heróis ou brinquedos infantis, os políticos são apresentados na charge sem a indumentária habitual. Destituídos da máscara, são ridicularizados diante do público que ri daquele que pretende representá-lo seriamente no cenário político. (NERY, 1992: 189)

João Nery dá-nos importantes elementos de interpretação desse tipo de linguagem, a linguagem humorística. Com Juó Bananére, Hermes da Fonseca é desnudado (política e pessoalmente) e exposto à opinião pública do período. O caráter “sério” e austero dos oficiais da política na Primeira República é avaliado conforme o

critério satírico dos humoristas ou do senso comum daqueles que se deparam com tal publicação cômica. Utilizando-se de uma linguagem urbana corriqueira da vida da cidade cheia de imigrantes, principalmente italianos, Alexandre R. M. Machado parece aproximar – a seu modo – a vida política brasileira dos leitores de *O Pirralho*.

Essa exposição da figura pública de Hermes da Fonseca através de uma linguagem jocosa serve ao fenômeno da sátira política de modo bastante curioso: Hermes da Fonseca e seus aliados são atacados de todas as formas, inclusive por meio da exploração de caracteres ou condutas de cunho mais pessoal e privativo.

Aqui, a publicação de conteúdo satírico que visa à exploração de comportamentos pessoais serve ao jogo de oposição política feita por parte dos poderes paulistas da época. São inúmeras as publicações de *O Pirralho* entre os anos de 1913 e 1914 que fazem alusão ao casamento de Hermes da Fonseca com sua nova esposa. Nesses casos, o humor de Bananére mostra uma figura presidencial ridicularizada, risível e patética.

O costume de escrever sobre a vida do presidente não parece acabar somente quando Bananére faz menção a um fato real: o casamento. Continuando com uma característica de oposição política a Hermes, é interessante pôr em relevo que ainda no final do ano de 1914, novembro de 1914 para ser mais exato, Alexandre R. M. Machado produziu muitas sátiras nas quais se procurava fazer uma análise histórica e política da administração do presidente. Outro exemplo significativo da sátira pessoal é a crônica de 1914 em que Juó faz uma espécie de biografia cômica da vida de Hermes da Fonseca.

Trata-se, naturalmente, de uma biografia fictícia, mas nem por isso deixa de ser emblemática ou não significativa. O fato de ela ter sido escrita no final de sua gestão mostra que as sátiras políticas de Alexandre R. M. Machado têm certa continuidade temática. Como já havíamos dito, de 1911 até 1915 podemos ver a colagem *militarismo* e *Hermes*, porém, o que por ora aqui nos interessa é como o humorista constrói uma determinada imagem da figura presidencial. Com certeza, esse relato biográfico não se

veria numa biografia eventualmente autorizada de nenhum Presidente da República. Portanto, parece muito saudável prestigiá-la em parte:

A vita, a paxó i a morte du Hermeze

U Hermese nascê nu Bô Ritiro nu animo di milaottocentoquaranta

(...) _S'imejine che os dois anno di indadi illo giá iva tuttos dí arubá doçe nu buttighino diu Xico. [ele já ia roubar doce]

(...) Uma casió illo organisô um battaglió di bringadêra lá nu Bó Ritiro p'ra aprendê as mulecada.

(...) os otto annos di indade o Hermeze fui mandado da scuola má non stive lá nè ottos meze i giá fui spursado pur causa di sê molto burro.

In ottos meze illo non fui gapaze di prendê a cuntá nè os numaro i nè scrivê o nomino dellii. (Apêndice 02)

Depois de matar seu próprio pai e sua própria mãe, o então jovem Hermes com medo de ser preso, teria fugido para a capital Rio de Janeiro, onde logo se alistara no exército. Bananére continua sua exposição dando seguimento à vida e à obra do famoso presidente:

Nu meie dus ingafagesti [no meio dos cafagestes] du inzercito fui che illo si incontrô nu elemento d'elli i fiz intó uma brigianti garrêra. Di tanto dà lambida nas botta dus ficciali illo fui subino, fui subino i cos cinqquaquattro annos di indade fui nomiado maresciallo.

Disposa [depois] illo fui anumiado ministrimo da guerra nu guvernamente du dott. Affonso Penna.

Una veze che stavo n'um brutto pòrre, o Hermeze co Pignero Maxucado i o Giangoto, chi è tì dellii, o Hermeze alembrô aidea di sê o Prisidento du Brasile!

(...)Fazéno inda mais e uma arubagliêra na intençó illo afinamente fazido o presidentimo³². (Apêndice 03)

Nascido ficcionalmente no bairro do Bom Retiro (zona norte da cidade de São Paulo), o pequeno Hermes, que já roubava doce, desde cedo já desenvolvera o dom para ser militar montando um batalhão de brincadeira para prender a molecada de “mentirinha” (brincadeira que o mesmo parecia levar meio a sério, segundo a sátira). Com oito anos de idade foi mandado para a escola, mas burro que era, foi logo expulso. Com dezoito anos o jovem Hermes matou o pai e a mãe e fugiu para a capital Rio de Janeiro; onde tratou de entrar para o Exército. No meio dos “cafajestes do exército” o jovem enfim se encontrou e, de tanto “lamber as botas de seus superiores”, subiu rapidamente de cargo. Num dia de porre, o bêbado Hermes da Fonseca lembra-se de ser Presidente da República. Por não ter levado umas belas chineladas de seus companheiros (inclusive do senador Pinheiro Machado) ele leva a cabo o seu plano, aliás, consolidado pela troca de favores políticos.

Assim, a prática do troca-troca o faz candidato. Além de assassinar Affonso Penna (presidente paulista, diga-se de passagem), ele frauda o processo eleitoral para se fazer Presidente do Brasil. Pensada e interpretada por Juó, essa sátira lança algumas bases de interpretação sobre a dinâmica política e social do país naquele tempo. Muito comnicamente, as relações políticas efetuam-se num cenário bastante amistoso e cordial, deixando critérios necessariamente políticos e públicos de lado em nome de interesses pessoais.

É assim que, por exemplo, Bananére explica o fato de *Pignére Maxucado* ser o senador da República (e de fato Pinheiro Machado era o senador). Aqui, a barganha política e o troca-troca são combinados, ou melhor, *ingombinado*, sob os critérios de

³² *O Pirralho*, 14/11/1914, p.05.

ascensão pessoal em prejuízo do interesse público ou coletivo, o que se expressa também na fala “O chi è chi vucê mi dà?” exposta ao longo dessa crônica. Outro ponto que nos chama a atenção nessa passagem é o fato da sátira expressar uma espécie de vontade crônica e quase hereditária de um militarismo que desde a infância acompanhava Hermes da Fonseca.

Ao longo do desenvolvimento da sátira intitulada em português oficial de “A vida, a paixão e a morte de Hermes” vai se desenrolando um processo de maturação de sua propensão pessoal ao militarismo. Na crônica, tal processo culmina finalmente num golpe militar que assassina um paulista para que se consiga finalmente a candidatura. Por fim, a presidência consolida-se graças à “arrubagliera na inlençò” – roubalheira nas eleições. Depois desse relato, Bananére conclui: “O guvernimo di çaçinatos i di gatunagio chi illo tê fazido tuttos munno sabe” (o governo de assassinatos e de gatunagem que ele tem feito todo mundo sabe). Do ponto de vista dos temas aqui expressos, até poderíamos enfatizar ainda mais a questão do militarismo e da crítica ao sistema político de então, porém, a construção da imagem pessoal de Hermes construída por Bananére chama-nos ainda mais a atenção.

Em meio às pilhérias do conto da vida do então presidente, Juó Bananére nessa sátira parece deixar bem clara uma mensagem: a de que Hermes da Fonseca, em nome de uma ascensão pessoal e política, é capaz de tudo. Para nós, o que está em jogo nesta crônica é o caráter da pessoa de Hermes, ou seja, sua conduta moral.

Como podemos ver, apesar de já estarmos no ano de 1914, ano em que já se estava acabando o próprio mandato de Hermes, o ressentimento causado pelas eleições de 1910 e as críticas com relação a todo processo da gestão hermista nos quatro últimos anos não foram esquecidas nem por *O Pirralho* e, tampouco, pelo personagem Juó Bananére. Nessa crônica, acima transcrita, mais uma vez aquilo que entendemos por sátira política plasma-se também com a sátira pessoal, aliás, esta divisão entre pessoal e político deve ser redimensionada a partir da conjuntura das

relações sociais estabelecidas dentro do universo da Primeira República, isto é, pessoal e político confundem-se³³.

De qualquer modo, o chiste parece ser a base da crítica social de Juó, denunciando práticas vigentes no palco de alguns acontecimentos políticos brasileiros. Foi construída na sátira biográfica sobre Hermes uma imagem da figura do presidente, aqui, o seu “mau caráter” e sua trajetória política é inventada e pensada a partir de elementos cômicos, mas nem por isso vazios de significação.

Na operação do relato humorístico, os fatos da vida do presidente são expostos e hiperbolizados, além de ser objeto de espanto social e escândalo público. Além da colagem da imagem de Hermes com o Exército, nessa passagem fica bastante evidente uma característica que parece ser inerente à sátira política: o desdém no trato com a pessoa satirizada, a desqualificação pessoal e a colocação de figuras tidas como ilustres em situações corriqueiras e cotidianas da existência, humanizando-os novamente e retirando aquela aura que parece pairar em cima de indivíduos de grande destaque social.

Em suma, são os mecanismos do efeito satírico que fazem com que pessoas que detêm uma determinada evidência pública apareçam na verdade como figuras feitas de carne e osso como qualquer mortal, destituindo-as daquela imagem séria, institucional e austera que rege a conduta do protocolo político. O que vale é a

³³ Naturalmente, as opiniões mudam de acordo com o posicionamento político de cada um. A biografia e o balanço final do governo Hermes parecem ter uma ênfase diferente quando elaboradas pelos seus pares, como, por exemplo, Pinheiro Machado. Depois de ter deixado a Presidência da República, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado continuam fortes aliados. Em telegrama a Borges de Medeiros em 1915, Pinheiro Machado indica Hermes da Fonseca para o Senado Federal. Neste telegrama, o principal aliado de Hermes afirma que “não lhe faltam serviços no rio grande, pois, na presidência da República, atendeu com desvelo e solicitude ininterrupta as legítimas necessidades de nossa terra. Em defesa do homem honrado, como os que mais o forem, de mãos limpas, que deixou a administração do país mais pobre do que quando para ela entrou, saindo do governo da República hostilizado por uma difamação e desprestígio, que nem sequer poupa a sua vida privada, não seria lícito que nós, que o acompanhamos, quando se achava nas culminâncias do poder, o abandonássemos na situação adversa em que se encontra, enxovalhado e ludibriado por aqueles que em nosso país tem feito profissão rendosa da calunia e da injúria ao governo.” Se na crítica da oposição o ex-presidente é rebaixado e desmoralizado frente ao público, na concepção de seus aliados Hermes fora sempre um sujeito honrado e de bens demasiado positivo. (CARONE, 1972, p.302).

desqualificação de quem é satirizado para que se coloque em xeque a sua própria capacidade intelectual e política de governar.

Desse prisma, a sátira pessoal pode ser vista também como a plataforma base de construção e ferramenta de condenação que ajuda a construir a própria crítica sobre as questões políticas mais propriamente ditas. Por último, é interessante salientar também que o número de crônicas em que Alexandre R. M. Machado expõe outros sujeitos ao ridículo sem ser necessariamente o então presidente Hermes da Fonseca é bastante grande. Os tipos de mecanismos cômicos que são utilizados para atacar Hermes são os mesmos que são usados para fazer a oposição política também aos aliados do presidente.

Ao longo da explanação deste segundo capítulo, notaremos que o tema pessoa, militarismo e sistema político intercambiam-se perfeitamente. A questão do caráter, ou melhor, do hipotético mau caráter do presidente, também é explorada e utilizada em seus aliados no percorrer de sátiras que tem como pano de fundo a questão do militarismo e do modo de se fazer política naquele tempo. Isso ficará bastante evidente nas crônicas em que Juó Bananére satiriza o sistema e as condutas da classe política do período.

2.2 - O Exército e a Questão do Militarismo

Assim como a questão pessoal, a crítica ao militarismo é outro grande tema que surge nas aventuras de nosso barbeiro italiano. O caso da real influência militar no governo de Hermes deve ser relativizado, já que é preciso observar o discurso de Bananére também como uma fala politicamente posicionada. Mas, apesar dessa veia política, a questão militar foi duramente posta à prova pelos opositores de Hermes durante a vigência de seu mandato. Sobre o tema do militarismo, José Murilo de Carvalho adianta que:

seria um equívoco considerar o governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional. Mas pelo envolvimento de militares, sobretudo nas ‘salvações’ estaduais, e pelo fato de um militar ter sido, pela primeira vez, levado à presidência em eleições nacionais, o fenômeno merece ser discutido. (CARVALHO, 2005: 46).

Ainda sobre o processo eleitoral e a conjuntura política brasileira do período, o mesmo autor conclui que:

A candidatura de Hermes enquadrava-se dentro do jogo da política dos estados, e só pôde surgir e vencer graças ao desacordo entre Minas e São Paulo e à divisão interna de Minas. A novidade é que as lideranças civis, sobretudo a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório. A solução foi facilitada pela entrada em cena do Rio Grande do Sul, em aliança com o Exército, ambos indesejados no clube dos donos da República. (Idem)

Eleito em função da política dos governadores e também do racha entre dois importantes pesos políticos da República (P.R.C. e P.R.P.; Partido Republicano Conservador e Partido Republicano Paulista, respectivamente), o Marechal foi duramente atacado por São Paulo em função de sua ligação com o Exército: os ataques aconteciam de modo mais significativo por Rui Barbosa, adversário de Hermes nas eleições de 1910, e por boa parcela da imprensa afeita ao programa de São Paulo.

Desde o começo de sua existência *O Pirralho* já fazia referência à questão Hermes & militarismo. De alguma forma, a Campanha Civilista de 1910, o episódio da ameaça da intervenção federal em São Paulo (1912) e algumas condutas interpretadas como autoritárias por parte dos setores opositores exerceram grande influência sobre a obra de Alexandre R. M. Machado. As crônicas com relação aos grandes personagens políticos do período são constantes, sobretudo, com relação a Pinheiro Machado, o Coronel José Paulista Piedade (“Garonello”), o “Capitó” (capitão Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, grande aliado hermista) e Rodrigues Álvares.

É assim que no contexto da pressão do governo nacional em intervir em São Paulo para que as eleições presidenciais para os Estados da Federação elegessem governadores de acordo com os interesses do Governo Federal (Hermes), o semanário *O Pirralho* posicionou-se claramente contra a intenção de intervenção federal que poderia acontecer em 1912 no Estado paulista: “*O Pirralho* já levantou o pendão da revolta: é separatista. Nada mais natural para um órgão que se ufana de ser paulista e que preza os brios e o passado da nossa terra”.

Tal manifestação, aliás, bastante combativa, foi publicada em *O Pirralho* da edição número 16, de 25 de dezembro de 1911. Nesse período, a revista empenha-se fortemente em divulgar uma campanha contra Hermes e contra uma eventual e possível intervenção no Estado de São Paulo (1911 - 1912). Imagens e supostos feitos do passado são claramente evocados, tentando criar assim uma identidade comum paulistana capaz de lutar contra os poderes do governo central³⁴. É nesse período

³⁴ Com a chegada das eleições de 1912, pleito que nomearia os presidentes dos Estados - cargo hoje semelhante ao de governador do Estado -, crescem ainda mais as insatisfações paulistas contra Hermes da Fonseca e também os ataques de *O Pirralho* contra o então presidente e a Rodolfo Miranda, “o capitó”, indicado pelo presidente gaúcho

também que as crônicas de Bananére voltam-se consideravelmente para a crítica ao militarismo e o intervencionismo hermista.

As sátiras possuem um tom cômico e desafiador contra os poderes vigentes provocando, inclusive, o Exército e a Guarda Nacional caso eles fossem mandados para invadir a capital paulista numa intervenção federal:

Li comunico Che sto cum molta voluntá de vedé [muita vontade de ver] a guerre co a intervençó.

Ma che si pensa quello disgraziato do Hermese da Funzega! Si pesa chi nois temos a paura do inzercito? Uh! Ma intó o Hermese é bobo piore do Jóquim Antunese!

Inveiz eu suzinho co Lacarato semos capais disculhambá co inzercito intirinho e també co a 'briosa' [Guarda Nacional] e també com a Republiga do Portogallo.

Questo suo griato só té paura de duas coisa: di quello maggiore chi quebra a gara a gente e das insombraçô [assombração].

Ma afora questo, quano io buto a mon inzima a mia mata-copara [mata-cobra, porrete, cacete] no tenho paura né també do Cusarunhes

Inveiz o Lacarato é curajoso piore da vacca brava.

Eh! Marona mia, San Genaro! Vamos de vedé chi [ver quem] va migliore inzima a guerre co a intervençó³⁵. (Apêndice 04)

Ao contrário do que qualquer força militar busca causar em razão da sua presença (medo e intimidação), as forças armadas parecem provocar outras sensações e sensibilidades em Juó: ele chega a afirmar que só tem medo do “Cusarunhes” e das “insombraçô”, ou seja, Coisa-Ruim (o capeta) ou medo de assombração. Ele desafia as

para ser o novo Presidente do Estado de São Paulo. Se para Hermes a intervenção justificava-se em nome de um ‘saneamento’ político dentro dos Estados no combate aos mandonismos locais, para São Paulo a intervenção representava, além da perda de espaço dentro de seu próprio território, graves danos à autonomia política do Estado. Em *O Pirralho* e em várias sátiras políticas de Juó Bananére neste período, por exemplo, essa conjuntura é representada em termos de falta de liberdade civil, autocracia hermista e perda das conquistas republicanas.

³⁵ *O Pirralho*, 25/01/1913, p. 51.

forças armadas ressaltando que não tem medo do “inzercito” e que ele junto com o “Naccarato”, delegado de polícia de São Paulo seriam capazes de sozinhos derrotarem o mesmo.

O tom de luta e de revolta mescla-se curiosamente ao tom cômico provocado pela mistura de elementos bélicos contra elementos sobrenaturais: tendo ao seu lado homens mais corajosos do que vaca brava, Bananére parece não ter medo das forças armadas nacionais. Para ele, o Exército hermista não causa medo em ninguém. Vê-se aqui uma forte oposição ao governo nacional no plano de uma tensão que se efetua na relação entre Governo Federal e alguns Estados, no caso aqui São Paulo. O fenômeno da tensão política entre Governo Federal e São Paulo abre-nos o precedente para pensarmos efetivamente na relação entre política, cidade e humor, já que nesse período a revista *O Pirralho* faz inclusive uma forte campanha nas páginas do semanário chamando a população de São Paulo para lutar contra as forças federais.

O conflito entre Governo Federal e São Paulo não para por aí. São Paulo acusava o governo central de querer intervir autoritária e inconstitucionalmente na participação da escolha do Presidente de São Paulo no pleito de 1912. A querela consistia no apontamento do governo central na indicação de um administrador público definitivamente alinhado com suas prerrogativas, o que provocou uma oposição paulista ainda maior com relação ao governo de Hermes.

Nesse caso, São Paulo que já havia se mobilizado politicamente para a chamada Campanha Civilista de 1910, agora também se mobilizara militarmente para uma eventual luta caso as forças hermistas obrigassem São Paulo a escolher um comandante ideologicamente alinhado com o governo ao qual fazia dura oposição desde 1910 quando perdeu as eleições federais. Nesse período, as crônicas sátiiras de Juó fazem várias pilhérias satirizando e desdenhando as forças militares nacionais, sobretudo a “Briosa”, mais conhecida como Guarda Nacional.

Na crônica seguinte, por exemplo, temos novamente esse tema posto. Nela também temos grandes pitadas de ironia e cinismo cômico de Bananére. Nessa narrativa irreverente, Juó narra uma fictícia vitória de Hermes na “guerre c’ao intervençó” com São Paulo, mas faz questão de desqualificar inclusive a conduta moral dos governistas, dos “pau d’acqua”.

S’ immagine che tutto os mondo giá stavo pinsando che o capitó non facesse maise a guerre co’a intervençó. (...)

Inveiz di repente si dexamos uví uma gritaria, disposta uma purçó di tiros, os surdado pitaro, a bulancia da polizia també pitaro e intó io e os mios cumpagneros curremos lá pur causa da vedê che roba [coisa] fosse quella.

Ih! mama mia! c’era o Capitó che stavo fazendo a guerre c’ao intervençó giunto com uma purçó di surdado do inzercito e com tuttos os pau d’acquas suos accurreligenarios.

(...) Io che non só troxa né nada, grité logo: - viva o Capitó! e fumos indo o palazio du guvernimo pur causa da fazê a dispusió do Burquerque Linhes³⁶.

Quano xigamos lá, o Capitó vuleva pigá logo um tiro ingoppa agabeza do Linhes³⁷, ma inveiz um uomo pichinigno che tenia lá, c’ao gabeza pilada che né u pinto milado [molhado], ma che io non conuceva [conhecia], s’inventó che saria migliore p’ra scacciare u Linhes, ordinasse pro Jota Jota da fazê um discurso.

Intó facemo um circolo e butamos a Lines indo o meie.

O Jota Jota principió, e disposta o Linhes com fui maise ingapaiz da scultare, si tiró inzima a finestra [janela] e disgambó p’ra fóra da vargina du Garmo. [Várzea do Carmo]

³⁶ Albuquerque Lins era o então presidente de São Paulo. Lins havia sido eleito para a administração entre os anos de 1908 a 1912. Albuquerque Lins, aliado político de São Paulo, num grau relativo de paz bélica conseguiu de fato evitar a intervenção e contornou quase que olímpicamente a situação da intervenção do Governo Federal em São Paulo que, na época, ameaçou até de fazer um levante para se separar do resto do Brasil. No entanto, a crônica satírica de Juó Bananére – que aqui aparece como um homem da situação – narra um episódio de tensão militar entre as duas forças mostrando que o aparato de Hermes da Fonseca entreviu militarmente para depor o então administrador Albuquerque Lins do seu cargo.

³⁷ O Capitão tinha dado um tiro na cabeça do Lins.

Aóra mi cuntaro che quello uomino che tenia a gabeza pilada fosse u Hermeze da Funzega. Io si rí uma purçó di tempio³⁸. (Apêndice 05)

A crônica continua expondo a situação em que o aliado paulista é forçosamente deposto pelas forças de “Hermese”, que depois de ter consolidado seu feito, convida todos os seus homens, inclusive Bananére, para comemorar com um grande “banchetto” (banquete). É nesse clima de comemoração e euforia pelo ganho da “guerre c’oa intervençó” que se dá a bebedeira geral da burocracia governista. Nota-se novamente a desmoralização dos aliados do governo no decorrer da sátira mesmo quando o tema central da mesma parece ser a crítica com relação ao militarismo hermista. Na crônica acima, se por um lado Juó Bananére dá a vitória para Hermes, por outro, ele satiriza duramente os homens aliados do governo, além do próprio Hermes, claro.

Do ponto de vista histórico, a intervenção em São Paulo nesta época não ocorreu. No entanto, nessa sátira específica, Bananére cria em seu universo fictício uma intervenção na qual Hermes saiu vitorioso, porém, quando temos contato com a crônica vemos que a intenção é tecer uma história na qual o importante mesmo é fazer uma pilharia com as autoridades pró Hermes, nem que para isso seja necessária uma falsa adesão ideológica de Bananére às forças armadas.

Na operação ficcional de nosso barbeiro os papéis exercidos pelo nosso protagonista são bastante plásticos: Juó é sempre um narrador presente na ação, o que dá certa legitimidade que se liga à veracidade do relato. Ora ele é o narrador-opositor das ações e atitudes tomadas, ora parece ser o próprio responsável por aquilo que em outras sátiras ele mesmo critica. Nesse caso, Juó Bananére é parte integrante dos “pau d’água” do governo e, vale matizar, é justamente essa mentirosa adesão que faz com que seu relato pareça ainda mais verídico. Ao ver que as forças de Hermes adentram

³⁸ *O Pirralho*, 09/03/1912, p.06.

em São Paulo, Bananére “que não é trouxa e nem nada” logo adere ao governo passando para o seu lado: a dureza do conflito é tamanha que os governistas chegam a atentar contra a vida de seus próprios opositores.

Ao realizar sua tentativa com êxito, o Exército comemora fervorosamente seu feito. Nessa comemoração entre os governistas é que Juó, novamente, faz sua crítica aos aliados e ao próprio Hermes: a figura do presidente é exposta de novo como figura risível de um homem com a cabeça pelada. Além de expor explicitamente a situação de uma intervenção bética em São Paulo e narrar que as forças hermistas depuseram Albuquerque Lins na marra, Juó Bananére relata que as ações dos homens do poder na época naquele episódio de intervenção, não pareciam muito condizentes com uma razoável prática política. Além disso, outro fator parece bastante relevante: o riso acompanha as ocorrências históricas. A seu modo de ser, a sátira e o riso narram, analisam e acompanham a agenda de um dado momento; o que faz esse tipo de discurso ser relevante para o historiador, já que essa produção em nenhum momento está alienada de seu tempo histórico. É comum na imprensa da época a exposição da tensão causada na luta de São Paulo com as forças federais.

O semanário *O Pirralho* faz inclusive inúmeras menções a este evento. Toda revista coloca-se muito claramente a favor de São Paulo, chamando os cidadãos paulistas até para a luta armada caso fosse necessário um embate mais direto; o que não aconteceu. O calor das discussões sobre uma eventual intervenção do governo da capital no Estado de São Paulo mobilizou a imprensa. A imprensa, longe de ser mera relatora jornalística dos fatos, efetivamente faz parte do próprio jogo do poder. Além da imprensa, a sátira política veiculada nessas mídias também são partes importantes do quebra-cabeça das articulações no processo de tecer uma oposição política.

O riso, a sátira, também não são apenas espectadores das tensões postas no momento, pelo contrário, eles têm um compromisso sociopolítico – ainda que seja por uma forma singular, não muito “séria” – com os rumos do país. Nesses termos, a relação que procuramos estabelecer aqui entre cidade, política, imprensa e humor

parece ficar cada vez mais clara e significativa. A crítica e o acompanhamento dos fatos históricos nas aventuras de Juó Bananére é uma constante.

Como temos apontado, as pilhérias referentes à Guarda Nacional, ao Exército, ao militarismo, à corrupção, aos supostos cerceamentos das liberdades civis e políticas, assim como toda a estrutura arquitetônica do poder colocada dentro das esferas de força da Primeira República emerge com bastante força nas colunas escritas por Alexandre R. M. Machado ao longo de seu trabalho em *O Pirralho*. Aqui, vale qualquer meio de oposição, inclusive a sátira e o humor que neste caso trabalham como mais um dos elementos combativos e que serve também como ferramenta de oposição. A veia combativa de Juó fica exposta em todas as suas colunas, numa delas, (O Rigalegio) Juó informa que:

O parecimento do rigalegio é uma cunzeguenza logima da isgulhambaçò bolitica attuale.

a divisa do Rigalegio é ANARCHIA I FUTURISMO i te come programma insgulhambá com tuttos munno sê distinçò di grasse. Illo non dá satisfaço p'ra ninguê i non te medo di ninguê³⁹. (Apêndice 06)

Juó revela que a coluna veio mesmo para satirizar e fazer troça de quem quer que seja "sem distinção de classe". Nela, a esculhambação é geral. Bananére explica: "o aparecimento de rigalegio é uma consequência lógica da esculhambação política atual". A perspectiva de um tipo de humor duro e ácido contra o poder hermista não está somente nessa coluna.

³⁹ Traduzindo: "A divisa do Rigalegio é ANARQUIA e FUTURISMO e tem como programa esculhambar com todo mundo sem distinção de classe. Ele não dá satisfação pra ninguém e não tem medo de ninguém". *O Pirralho*, 15/03/1913, p. 19.

Apesar da faceta de contraposição política que podemos ver na proposta de Alexandre R. M. Machado, é necessário ter um pouco de cautela analítica e notar que as crônicas eram efetivamente endereçadas e não necessariamente “sem distinção de classe”. Isso significa que ela tem um público alvo e tem a quem atingir. Jamais é imparcial, neutra ou vazia de sentido ou de significação. Mesmo afirmando que tem como programa “insgulhambá com tuttos munno” (esculhambar com todo mundo), veremos que a sátira de Juó poupa alguns e satiriza outros: em resumo, ela tem um chão social na medida em que está alinhada com determinada perspectiva política e pondo-se contra uma outra posição.

Cabe ao historiador analisar esse pano de fundo e identificar através do jogo político e das linhas de forças envolvidas na época o complexo posicionamento de cada participante dentro desse cenário nacional do período, o que veremos no terceiro capítulo.

Na verdade, quando observamos produções anteriores à coluna *O Rigalejo*, vimos que a “esculhambação” - parcial, endereçada e dirigida - já começa logo na primeira participação de Alexandre R. M. Machado na revista *O Pirralho*.

Sempre preocupada em noticiar fatos verídicos com a mistura de elementos ficcionais típicos da sátira, a primeira participação de Bananére, por exemplo, retrata a guerra entre Itália e Turquia no começo do século pela disputa do território da Tripolitânia, atualmente Líbia. O efeito risível da sátira referida aqui se dá no fato de Bananére (italiano e, portanto, a favor de seu país no conflito) misturar a guerra internacional com elementos nacionais, já que o “infruente” Juó – junto com os sujeitos reais do quadro político brasileiro da época - estava montando um grande exército a fim de liquidar com os turcos.

Aproveitando-se do clima bélico tanto da guerra real entre Itália e Turquia assim como a atmosfera colocada na briga militarismo *versus* civilismo na Campanha Civilista,

Juó Bananére relata a sua peripécia histórica. Na sátira abaixo, é possível notar novamente a acusação, também partilhada por *O Pirralho* e por parte da oligarquia paulista, de que Hermes da Fonseca representava efetivamente o militarismo na política.

Sto danado por causa que os turco ston fazendo o medo diante dos italiano. Magíne ô Redattore Che io stava fazendo um inzercito no Bô Retiro e tambê um d'abax'o Piques. Giá tenía [já tinha] fazido os batalhon e as compania c'os commandanti i tudo. O capitó Rodorfo fazia o cornetero. O inlustre coronelo Piedade tocava tambore c'ao a lata do garozeno [lata de querosene]. O Nacarato fazia o soldato cavallo junto co Ruge [Rudge Ramos] e co Pierino m'ermon [meu irmão]. Tudo os senatore c'os deputado teníam o commando dos peloton cas cumpania. O Hermese da Funsegá fazia o papello da guida do o inzercito [papel de guia do exército]. Os sordado razo era tudo patrizio che fazia o sapatere no Brais, o ingraxati in da Rua 15, o tilburero na Luis, o caregatore, o briganti, o vendedore da aranxa-pera-ro-Rio, eccetera [etc]. Nois ia tudo nos caradura inté a Italia ma o generalo taliano mandô dizê qui non percizava por causa que os turco ston tudo fugino do medo dos taliano da Italia. Inveis eu quiria ir na guerra p'ra vê si fazia o heroe.

Cua stima da consideraçó.

Juó Bananére⁴⁰. (Apêndice 07)

Apesar da linguagem ítalo-paulista aqui não estar muito carregada de maneirismos, fato que veremos com mais intensidade ao longo do processo produtivo de Alexandre R. M. Machado, a forma utilizada para comunicação já parece cômica por si só. A fala do italiano misturada com uma fala caipira dá um efeito bastante inusitado e risível ao conteúdo demonstrado. Somado a isso, é na recolocação e no rearranjo de

⁴⁰ *O Pirralho*, 14/10/1911, p.09.

papéis de figuras importantes que reside também a comicidade. Juó Bananére põe relevantes figuras do cenário nacional em papéis bastante prosaicos e corriqueiros, como, por exemplo, a colocação do Presidente da República rebaixado de seu alto posto no executivo e colocado como mero guia do “inzercito”; aliás, exército de fundo de quintal que, sem instrumentos, usa inclusive lata de querosene como tambor⁴¹.

A perspectiva militarista de Bananére não fica explícita somente quando o tema da intervenção federal é explorado, fato que podemos notar com mais clareza em “Confidenza Minêra”. Nesta sátira Bananére reinventa em plena comemoração nacional de Tiradentes em abril de 1913 o que ele denominou de a “Confidenza Minêra”. Numa dimensão espacial e temporal propositadamente relativizada em que se produz uma miscelânea fictícia de protagonistas sociais, a anacronia de Bananére parece ter coesão na medida em que este reinventa parte da própria história do Brasil em seu relato humorístico. Para ele, a república hermista não passava de um golpe. Aqui, continua o projeto de Bananére de uma “História da Scugnambaçó”. Na ingenuidade venenosa de Bananére, a Inconfidência Mineira foi “una scugnambaçó organisada nu distritto di Minases pur causa di scugnambá c’oa molarchia. Tomavo parte o Tiradenteso, o Hermeze da Funzega, o Capitó, o Piedadó, o Amanzo Rodrigos, o Gorrea i mais umas purçó di vagabundimo”⁴².

O plano de derrubada da monarquia para a Proclamação da República “éra spursá u ré, a raigna, a guzinhera du ré[o rei, a rainha e a cozinheira do rei], a lavadêra

⁴¹ Em várias sátiras em que o personagem Bananére ironiza o Exército nacional, a comicidade parece ter grande expressão na utilização de figuras importantes, mas fisicamente nada imponentes e tecnicamente habilitadas para o exercício de funções que exigem força. Como se isso não bastasse, a demonstração da incapacidade militar tanto do Exército como da Guarda Nacional é também fortemente explorada com o aparecimento de instrumentos que são demasiado fracos, sucateados e impróprios para a atividade bélica. Não é difícil encontrar nessas sátiras soldados bêbados ou debilitados fisicamente, assim como também não encontramos tantas dificuldades em encontrar instrumentos militares totalmente improvisados. Nota-se, portanto, também uma desqualificação dos recursos pessoais e instrumentais das forças de repressão ou controle hermista: nesse aspecto, tanto os homens quanto a Instituição militar são objetos de irrisão.

⁴² “(...) uma esculhambação organizada no distrito de Minas por causa de esculhambar com a monarquia. Tomava parte o Tiradentes, o Hermes da Fonseca, o Capitão (ao que tudo indica nas outras sátiras, é o senador Rodolfo Miranda), o Piedade, o Amâncio Rodrigues, o Correia e mais uma porção de vagabundos.”

da rainha; finale, tuttos pissoalo da vamiglia reginale” [real]. Para tal feito, os republicanos Tiradentes, Bananére, Hermes da Fonseca, Coronel Piedade, entre outros, combinaram de pregar uma tocaia colocando na prisão a Família Real para que saíssem do poder. No “planimo” de Bananére e dos engajados republicanos, o rei com a rainha deveriam, portugueses que eram, “amuntá uma padaria pur causa di dá o pon [pão] p’rá genti sê pagá nada”, já que a “confidenza fui mutivada pur causa da garestia da a vita ingoppa o popolo [da carestia em cima do povo]”.

No entanto, na narrativa de Bananére, Hermes da Fonseca, o “traidoro”, prende não só a Família Real como também dá o golpe em todos aqueles que participaram da armadilha contra a monarquia. Nota-se que aqui, mais uma vez, a imagem de Hermes é a nítida imagem de um verdadeiro golpista e de um traidor da causa republicana. Depois de dar o golpe, leva todos para a cadeia:

... stavo lá uma purçó di surdado i liváro tuttos p’ra gadea. Disposa fizéro u prucesso p’ru pissoalo i o Tiradenteso fui condannado p’ra sê inforcado. Os outro pissoalo furo condannado trinta annoses di galera.

O Gorrea tambê fui maise s’inforcó na prisó. Intó butáro illo nu caxó du lixo.

O Hermeze da Funzega inveiz che era ladró di galligna, i tenia di sê prendido p’ra gadea, fui perdoado i gagnó vintes quatro milareis⁴³. (Apêndice 08)

Eis a República como fruto de uma traição e de um golpe de Hermes. A comicidade da narrativa tem na anacronia e na inversão de papéis o seu ponto crítico, sobretudo quando pensamos naquele contexto em que o discurso da classe política pretendia (em plena comemoração do dia de Tiradentes), reiterar a sua filiação e identificação partidária e ideológica com os “grandes” feitos dos “mártires” da República. Em Bananére, a República sonhada para acabar com “garestia da a vita popolo” está agora na mão de um traidor: Hermes da Fonseca.

⁴³ *O Pirralho*, 19/04/1913, p. 04

A imagem de Hermes da Fonseca enquanto traidor da causa republicana revela que para Bananére a República tem um sentido histórico. Hermes aparece como traidor de uma causa, uma causa que, em suas mãos e sob seu governo, foi perdida, esquecida ou desconsiderada. Em nenhum só momento das crônicas de Juó Bananére o protagonista troça com a ideia de República em si. Há, ainda que de modo implícito, um pacto e um compromisso forte com a institucionalidade.

As críticas voltam-se contra certo tipo de desenho específico e não contra a forma republicana de governo propriamente dita. Ou seja, a ferocidade volta-se contra Hermes que teria desvirtuado a causa e a ideia da forma republicana de governo na perspectiva de um militarismo que teria sido altamente prejudicial às causas republicanas. Num discurso bastante articulado com alguns setores paulistas, Juó propõe que o modelo republicano deveria instaurar as liberdades e não cair num governo no qual a força do Exército estivesse no comando. Se a linguagem do humor tem o poder de explicitar visões de mundo e perspectivas político-ideológicas, então para Juó Bananére, Hermes é um traidor da causa republicana que, além de tirar o “livrarbitro” e administrar usando a força, também teria governado sob a égide dos conchavos, do roubo e dos favorecimentos e trocas de favores político-pessoais. É exatamente aqui que entra a nossa terceira e última divisão temática: a política, ou melhor, a forma de se fazer política.

2.3 A Bolidiga e a Arubagliêra: o Sistema Político em Jogo

Nessa altura do trabalho, colocaremos em destaque as posições e as críticas bananerianas com relação à política em seu sentido mais pontual. No percurso e no conto dos relatos do *giornaliste* Bananére ele cria algumas observações sobre o *modus operandi* da política naquele determinado período histórico explanando e construindo sua crítica não só às vicissitudes do sistema político brasileiro como também às relações, às formas e às práticas políticas mais utilizadas no Brasil da Belle Époque⁴⁴.

No ano de 1913, um ano após as eleições estaduais de 1912 em que ganha Rodrigues Álvares, as crônicas de Alexandre R. M. Machado faziam questão de deixar explícita a incompetência dos homens de Hermes no comando de suas atribuições. Podendo servir também como crônica emblemática do ataque da sátira de cunho pessoal, esta sátira a seguir também detém determinado potencial temático no que tange à crítica à forma de se fazer política na época.

É o caso, por exemplo, do encontro fictício em São Paulo entre Juó Bananére e o Coronel Piedade, um dos sujeitos mais satirizados em *O Pirralho* e em grande parte das revistas humorísticas desse momento. Bananére conversa sobre a *coisa pública* com o ilustre político, que, depois de ter saído do comando da Guarda Nacional, era naquele momento vereador da cidade de São Paulo⁴⁵. Abaixo, o diálogo entre dois atores sociais do período - Piedade e Juó Bananére:

Sua incenlenza stava in pé nu larghe du Antonio Prado.

⁴⁴ Faz-se necessário ressaltar que quando falamos em crítica ao sistema político estamos nos referindo, por exemplo, ao sistema eleitoral propriamente dito, e não ao regime político: o republicanismo.

⁴⁵ José Paulista Piedade era de fato vereador eleito pela cidade de São Paulo.

Chi inxergava illo là [ele lá], pinsava che illo estava sperano asaí o “Diario Popularo” p’ra cavà um imprego di guzignêra, mas inveiz sua incellenza stava aspettando [esperando] o bondi.

Io si apprximè, co capélio na mò [chapéu na mão] i dissì:

_Bon giorno, sô Piedadó.

_É o sô Bananère!... Vucê non tê virgogna sô intaliano indisgraziato!...⁴⁶

_Non ligo.

_Mi insgugliamba tuttos dia ingoppa u “Rigalegio” i disposa vê aparlá cumigo otraveiz?...

_Non mi straga cumigo sô Pidade. Só vim aqui mutive di dà um abbraccio ingoppa du signore [abraço no senhor], pur causa da sua inlençó p’ra vereadore⁴⁷. (Apêndice 09)

Nessa primeira parte da crônica satírica vimos mais claramente um recurso bastante utilizado por Alexandre R. M. Machado: o diálogo entre os personagens. Nesta passagem, depois de parabenizá-lo pela conquista do cargo de Vereador da cidade, Bananére e Vossa Excelênci dialogam sobre os novos projetos de seu governo. Vamos à fala dos dois sobre os projetos políticos para a cidade:

Aóra o chi o signore pretende afazê inda a Camera? [fazer na Câmara]

_Primière io vò presentà um brutto prugettimo p’ra arisorvê a grise da acqua, chi è inda mia piniò um dos prublemo maise importante da epucca.

⁴⁶ Parece saudável aqui abrir um parêntese e fazer uma pequena análise do conteúdo deste diálogo inicial. Ao encontrar Pidade, Bananére cumprimenta-o quase que cinicamente. Perplexo pela audácia do italiano, Pidade de início resiste na continuação do diálogo, já que Bananére insistia em atacá-lo nas páginas de *O Pirralho*. De uma forma ou de outra, é visível notar a reticência e as reservas que Hermes da Fonseca e seus homens poderiam ter com relação ao conteúdo publicado em *O Pirralho*.

⁴⁷ *O Pirralho*, 22/11/1913, p.07.

_Ma a genti si podi asabê quale è istu brutto prugettimo, sô [senhor] Piedadó?

_Come nò! É mesimo uma robba [coisa] molto simplise a inrisoluçó dista guestô.

Nu tempo da acqua tê acqua p'ra burro non è virdá? [não é verdade?]

_É si, signore, sô Piedadò.

_Ebbé! Aòra io vò dizê p'ra Camera mandà afazê um brutto barracò [buraco] là inda a vargea du Garmo, du tamagno da varzea intririgna; quano è u tempo das acqua, enxi o barracò di acqua gelata p'ra non si stragà, i quano è u tempo da secca, tutto muno vai lá abuscà acqua p'ra bebé!!

_Si signore! nunga pensè chi o signore tinha tanto talentimo! O signore è maise intiligenti che o Ri Barbosa. [Rui Barbosa]

_Io tenho tambê um outro prugettimo ingolossale. [projeto colossal]

_Quale è sô Vereadore!?

_É p'ra invitá os suicidimo nu viaduttimo. P'ra non tê pirighio di ninguê murrê maise là io vò mandà afazê là imbaxo uma brutta lagôa, di maniera che os disperato [desesperados] da vita che si agiugà [jogar] là non more nè si amaxuca, nè nada.

Tuttos domingo també a genti vai afazê as regata là. També vò presentà um prugettimo p'ra cabá c'oa garestia da vita. [carestia da vita]

_Uh! Che bò!... Come é o prugettimo, ê [hein] sô Piedadò!?

_É uma legge [lei] obrigano os nigoziante di avendê barato. Chi non vendê barato vai p'ra gadêa.

_E a “briosa”, sô Piedadò? [Guarda Nacional]

_A “briosa” non presta maise! Penhoraro èlla, butaro ella inda a gadêa...
(Apêndice 10)

A prosa entre os dois é demasiado engraçada. As soluções práticas propostas por Piedade, sujeito alinhado também com Hermes da Fonseca, são tão mirabolantes para a época que chegam a provocar gargalhadas inclusive no agente dessa pesquisa.

Depois de desentendimentos e selada a paz, Juó parabeniza-o pelo cargo e logo os dois se vêem falando dos projetos para a cidade de São Paulo idealizados por José Piedade. Num dos grandes projetos, Piedade sugere que em baixo do Viaduto do Chá faça-se uma grande lagoa para que os “desesperados da vida” não se suicidem mais. Do ponto de vista cômico, solução mais eficaz para o grande número de suicídio e descontentamento com a vida moderna não poderia haver. Como apontamos acima, o famoso Viaduto do Chá era palco de vários suicídios em São Paulo na época.

Endeusado pelas autoridades oficiais como um dos símbolos da técnica e do progresso, o viaduto parecia com um dos marcos do desenvolvimento material. Porém, a mesma visão não era compartilhada por alguns humoristas da época que viviam colocando os viadutos na cena cômica. “O Matadouro Oficial” aparece aqui novamente nas crônicas de Juó. Com efeito, os “desesperados da vida” pareciam não tão contentes com todo processo de mudanças sofridas por São Paulo na era republicana.

A solução para a questão do infortúnio humano na relação viaduto e suicídio, pelo menos para a visão “inteligenti” do senhor “Piedadò”, não era neutralizar aquela conjuntura moderna que tanto mal estar provocou naqueles sujeitos sociais do período analisado: bastava aprender a nadar; mesmo que o mal estar da modernidade perdurasse. Se para a gramática ideológica oficial o Viaduto do Chá representava a opulência e a pujança republicana, para o humor, ele significava um trampolim para a morte. Suicídio provocado, quem sabe, pelas fortes contradições, desenhos e conjunturas de uma modernidade um tanto quanto conturbada, mas rica em comicidade.

Como se não bastasse, outras duas grandes soluções surgiram no cômico diálogo entre Bananére e Piedade: a primeira consiste em aproveitar os tempos de chuva na cidade e alargar toda a Várzea do Carmo para que em épocas de escassez de água a população pudesse utilizar esse precioso bem natural. Vale lembrar que a

antiga Várzea do Carmo correspondia a um espaço populacionalmente ocupado e dentro de um espaço físico significativo da cidade. (SILVA: 1984).

Justamente por representar uma área demograficamente ocupada, o projeto de Piedade para a cidade parece ser socialmente insosso e sem sentido. Aqui, a forma de se fazer política volta-se para as coisas, e não para as pessoas necessariamente falando: as obras públicas, por mais que teoricamente beneficiem o humano, desconsidera-o na medida em que caso consolidada mataria todos afogados. Em suma, a política parece ser técnica e não social, pública.

Além disso, pelo menos para o grau de desenvolvimento tecnológico da época, não é possível imaginar uma obra desse porte, obra de envergadura técnica possibilitada somente no final do século XX, e não do começo dele. Muito embora os chamados “piscinões” hoje tenham outra função, o projeto de Piedade assemelha-se a esta obra em certos aspectos. Mas o fato cômico – e também trágico – é que caso a obra fosse possível, certamente boa parte da população pobre da cidade teria sucumbido devido ao ilustre vereador.

A segunda ideia de Piedade, tão absurda quanto foi a primeira, era acabar com um problema social (da carestia do povo) via segurança pública, perspectiva bastante corriqueira em espíritos beligerantes, como fazia questão de mostrar sempre quando se remetia aos homens de Hermes. Nessa passagem, Juó Bananére retoma uma característica que comentamos anteriormente que é a de justamente rebaixar quase que a nada as qualificações, potencialidades e a capacidade de administração dos governistas através de sua narrativa irreverente.

Vale lembrar que essa perspectiva aplica-se também em instituições ou órgãos oficiais e não só em pessoas públicas, como é o caso, já no final da crônica, da pilhória contra a Guarda Nacional, agora penhorada e trancafiada na cadeia. Sobre a crítica

operada por alguns planos humorísticos, Marcos Silva, autor que analisou o personagem cômico Zé Povo em seu livro intitulado *Caricata República*, afirma que o elemento cômico põe “xeque um estoque de representação sobre a vida brasileira da época, tal produção humorística evidencia certa vontade de superar a articulação da experiência social que aborda”. (SILVA, 1990: 08)

A visão de Alexandre R. M. Machado sobre a gestão de Hermes ainda continua no diálogo imaginário de Bananére e Piedade. No diálogo entre Juó e Piedade, o segundo faz clara menção não só às atividades dos políticos como também deixa transparecer sua denúncia sobre a visão utilitária do trabalho político na medida em que vê o exercício do cargo público como mero cabedal de emprego em que o ocupante da função apenas “mamma nas tetas do estado”. Ainda na mesma crônica, Bananére continua:

_Intó aòra [agora] o signore vai mammá só na Camera?

_Só na Camera.

Nistu momente xigô o bondi da lameda Grette. [Alameda Glette]

Sua incellenza o dottore Piedadó scaxô s'imbora p'ra gaza e io vin andano i pensano cumigo. Se io també pudia mammá na Camera!...

...Uh! mamma mia, che bó! (Apêndice 11)

A política, pelo menos nesse caso, é algo puramente instrumental, servindo quase que única e exclusivamente para o benefício e proveito próprio, jamais coletivo. A prática política de Piedade já no final da sátira inclusive legitima e motiva o próprio Bananére, já que se Piedade pode tirar proveito privado de um bem público, ele também pode. Trata-se aqui, através de um tipo de ficção crônica-cômica-literária, de

fazer uma dura crítica ao estado vigente da conjuntura nacional de sua contemporaneidade: o lúdico da crônica humorística e da ficção nela implementada vira arma contra a realidade histórica. Através das fontes de *O Pirralho*, podemos ter contato com o sistema eleitoral brasileiro da Primeira República⁴⁸: as fraudes nas eleições, a política como um sistema de trocas e favores pessoais no plano da relação público/privado, o aliciamento paternalista a-institucional e a ausência de mecanismos ou dispositivos eficazes – legal/real - de participação política de boa parcela da população são críticas que aparecem constantemente nas crônicas satíricas de Juó Bananére.

Sobre o sistema político da Primeira República, a edição de *O Pirralho* de outubro de 1911 indica-nos uma forma explicativa bastante significativa dessa questão sobre o que hoje chamaríamos de apadrinhamento político. Juó Bananére está presente numa “manifestazione” [reunião] política que fizeram na casa de Pinheiro Machado, um dos grandes articuladores políticos da campanha presidencial hermista e da política de Hermes da Fonseca nos anos de sua administração. O relato cômico mostra-nos a figura metafórica de uma chaleira que ficava no centro da mesa em que todos os participantes da reunião buscavam os belos ares que emanavam desse objeto tão disputado pelos visitantes com o fim de sugar a atmosfera do utensílio e obter as benesses que o mesmo possuía. Trata-se, portanto, de uma metáfora cômica:

Lustrissimo Redattore du Pirralho

També la manifestazione al generalo Pinhero Maxado estive migliore [esteve melhor] di tutte as manifestazione, por causa che ténia [tinha] gente come as formiga. Dentro a manifestazione venía dieci o venti [vinha dez ou vinte] intomobile e carroze.

⁴⁸ Sobre o sistema eleitoral brasileiro da Primeira República, ver Maria Isaura Pereira de Queiroz. Fausto (org.). História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930. São Paulo: Difel, 1975, p. 154 – 187.

Inveiz tenia lá as banda musigali do Brasile-Cinema, do Bó Retiro, do Brais, da Villa Marianna e també quella d'Abaxo o Píques, donde só io o primo sanfonista. Inzima da manifestazione tenía piú di cinquanta persone! [mais de cinquenta pessoas] Uh" ma quillo é a vera manifestazione!

Dentro a casa do generalo butaro uma xalera sopra da a meza [chaleira em cima da mesa] , por causa que u hermiste quizesse pigá indo o bigo.

Inveiz, Signore Redattore, parecia piore dos corvo inzima a garniza. [corvo em cima da carniça] Quello disgraziato do capitó Rodolfo suzinho pigó tutto o bigo da xalére. O Alberto e Sosa co Villaboinhes butaro a mon sopra da a tampa. Os outro hermiste butaron o dedo inzime da xalére, ma inveiz o garonelo Piedade infiò tutta a gabeza a xalerazione molto migliore do dottore Liopoldo di Freitase.

Intó, gome io non podia pigá inzima a xalére, butei a mon sopra a xalére do o garonelo⁴⁹. (Apêndice 12)

A figura alegórica da chaleira indica-nos uma espécie de adulação político-pessoal que se efetua dos visitantes para com o dono da casa (Pinheiro Machado) a fim de se obter alguns favorecimentos pessoais. A imagem da chaleira aponta satiricamente para o fato das relações pessoais existentes entre uma parcela da oligarquia do período serem realizadas tão somente com o objetivo de adquirir status ou postos de comando no poder. Tocar ou relar na chaleira significava tomar posse dos benefícios que a mesma daria.

O privilegiado ao *chaleirar* estaria assim dentro da lógica de troca de favores político-pessoais. O chaleirar, adular ou o “puzar o saco” parece ser uma forma significativa de obter novos postos. No relato humorístico, o “chaleirar” é tão grande que o coronel José Paulista Piedade, comandante da Guarda Nacional e coronel da reserva do Exército na época, colocou toda a cabeça dentro da chaleira. Já o coitado do Bananére só conseguiu botar a mão em cima da chaleira do próprio Coronel: “a mon sopra [em cima] a xalére do o garonelo”. Para Bananére, a relação intraoligarquia era

⁴⁹ *O Pirralho*, 28/10/1911, p. 08.

uma relação complexa de poder que se estabelecia através de uma teia em que um se escora ou toca no outro conforme seu espaço político de atuação conseguindo, por tabela, seus benefícios.

Nessa sátira, Juó Bananére denuncia claramente as relações políticas baseadas na relação pessoal e na prática do adulamento. O fato de a reunião aglutinar uma grande movimentação revela que a mesma deveria ser importante: a presença de grandes homens públicos na tal *manifestazione* representa uma boa oportunidade para Juó que está presente no evento, já que estar no meio dessa aristocracia política significava obter o ganho de algum tipo de benfeitoria econômica, política ou social. Nesta curiosa crônica de Alexandre R. M. Machado é possível sugerir mais uma observação quanto aos fenômenos que ficaram conhecidos como coronelismo e clientelismo político. A crônica acima indica-nos uma espécie de relação sociopolítica do tipo pessoal, direta, multivetorial entre os participantes. Em outras palavras, como escreve Raymundo Faoro, este tipo de vínculo não obedecia “a linhas tão simples”⁵⁰.

As relações são em várias direções e sentidos, já que o processo de beneficiamento efetua-se na relação de um com vários que se negam, ajudam e se positivam: o simples fato de tocar fisicamente na chaleira (ou tocar em quem toca na chaleira) é sinal de passe e transferência de poder. Obviamente, a imagem do toque é uma imagem alegórica, aliás, mais um dos vários recursos utilizados nas intervenções de Bananére. Na sátira que acabamos de expor notamos de modo mais claro esses recursos narrativos usados pelo humorista: a ironia, a metáfora, o sarcasmo, a ingenuidade denunciadora e uma proposital e estratégica hipocrisia em Juó.

⁵⁰ Para Faoro, em *Donos do Poder, formação do patronato político brasileiro*, “o vínculo que lhe outorga [ao coronel] poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel avigora-se com o sistema da ampla eletividade dos cargos”. Referindo-se ao processo que contribuiu para a formação da figura social do coronel e dissertando sobre a relação coronelismo e política, Raymundo Faoro ainda aponta que “a dinâmica do regime, eletivo os cargos, sobretudo o cargo de governador, leva a deslocar o eixo decisório para os Estados, incólume os grandes, cada dia mais, à interferência do centro, garantindo-se e fortalecendo-se este com o aliciamento dos pequenos, num movimento que culmina na política dos governadores” (FAORO, 2001: 699-700). Para o autor, o papel do aliciamento pessoal e direto está intimamente ligado ao desenho institucional da política do período. Tal desenho, pelo menos na sátira acima, parece ser motivo de crítica social, além de ser objeto de piada, naturalmente.

Sobre esse importante recurso, o letrado Benedito Antunes afirma que o personagem criado por Alexandre R. M. Machado é “uma personagem mutante, que assume diversas feições, contraditórias e simultâneas (socialista-oportunista-moralista). A unidade vem não do seu caráter mimético, mas de sua mobilidade permanente, que precisa *fazer-se de para desfazer os objetos de suas críticas*”. (ANTUNES, 1998:56)

Como parte da utilização desses recursos, observaremos agora como Alexandre materializa essas mil e uma faces de Juó. É assim que numa das crônicas o personagem humorístico age contraditória e ironicamente através do roubo de votos para o candidato Coronel Piedade que, por seu turno, perdera as eleições em função da “bandagliera” das eleições federais que permitiu a fraude (também, mas com maior sucesso) para o candidato adversário chamado de o Capitò, (daí a revolta de Bananére que causou nele uma “indignaçó maiore do pon do azucaro do Rio a Janére pur causa das bandagliera che fizero nas inleçó federala”) [indignação maior que o Pão de Açúcar por causa das bandalheiras que fizeram nas eleições federais].

Disposa [depois], a bolidica é uma grande porcheria [porcaria]. S’imagine o signore che io éro ricco p’ra burro, tenia maise [tinha mais] di cinques conto nu Bango Intaliano. Aóra [agora], só pur causa di cavá [de conseguir] o fijó p’ra mangiá, io tegno di afazê o barbiere i o zanfoniste inda a banda do Fieramosca. Porca miseria!!

Só una ‘urna’ co fundo infarsifigato⁵¹ che io mandê afazê pr’ra inlençó [eleição] do Capitó, mi gustó cinquantaquattro massoni i maise cento milarèse che io apague [que eu paguei] p’ro garpintiére no cuntá nada p’ra ninguê.

P’ro Ruge Ramo [Rudge Ramos, delegado de polícia] io apaguê cinquacento milarése pur causa di afazê o servizio di poliziamente dos vermiculo inda a porta da inlençó. Alé disso io cumprê roppa nuóva p’ros intenttore, paguê o sciopp, o intomobile, ecc. ecc”. [além disso, eu paguei roupa para os eleitores, paguei o chopp, o automóvel, etc, etc]⁵² (Apêndice 13)

⁵¹ “Urna eleitoral com fundo falso”.

⁵² *O Pirralho*, 22/02/1913, p. 19.

Bananére reproduz uma espécie de cinismo cômico que faz parecer amigo do Garonnelo e inimigo do Capitò, no entanto, é comum ver que Bananére aparece às vezes dentro da alta cúpula governamental. Porém, longe de parecer uma filiação política, essa aproximação é altamente denunciadora das práticas e dos costumes exercidos, como, por exemplo, da compra direta ou indireta de votos ou até mesmo do roubo nas eleições.

Bananére como narrador atuante, adquire assim uma posição privilegiada no sentido de estar próximo às ações que os homens de Hermes da Fonseca supostamente praticam. Bananére está decepcionado com a política por ela não ser um lugar de investimento de retorno certo, já que nem mesmo a compra indireta de votos, o suborno e a fraude não representavam a garantia de vitória certa nas eleições. Para ele, a política é uma porcaria não porque ela contém corrupção, mas sim porque a corrupção praticada por ele, pelo menos nessa ocasião, não surtiu os efeitos esperados por parte de quem burla, rouba, suborna ou alicia eleitores de modo indevido. Agora falido em função de grandes gastos com a produção da tal urna com o fundo falso, Bananére vê-se obrigado a virar barbeiro e sanfonista. Colocando todo mundo na roda, o barbeiro italiano denuncia até o cúmplice Rudge Ramos, além de confessar grandes gastos com o suborno do carpinteiro que fabricou a urna, com gastos com a compra de roupas, pagamento de chopp para eleitores e etc.

Nessa sátira em especial, é possível observar os mecanismos e estratégias utilizadas por boa parte dos candidatos em aliciar e convencer os eleitores a votar neles próprios, além de, obviamente, notar a presença de alguns estratagemas para forjar votos. Conhecendo a legislação eleitoral da época, travamos contato com uma série de leis eleitorais que vigoraram nas eleições satirizadas por Juó Bananére, tal como a Lei Rosa e Silva (Lei 1269/1904) que, dentre outras coisas, legitimava o voto a descoberto (permitindo o controle, a manipulação e uma vigilância do candidato para com o eleitor, retirando desse último sua autonomia opinativa). Como se não bastasse, a Lei Rosa e Silva permitia que o eleitor, ao votar, recebesse duas cédulas: numa, ele registrava seu

voto, na segunda, os membros da mesa (composta pelas elites locais) rubricavam o voto do eleitor. Tal fenômeno, ao contrário do que proclamavam os defensores desse sistema (que diziam que as eleições deveriam ser “às claras” e transparentes) permitiu objetivamente que o voto fosse constantemente vigiado e manipulado, pois a rubrica dos integrantes da mesa possuía um peso significativo na escolha final dos candidatos.

Não é difícil imaginar que esse sistema eleitoral legitimava a corrupção e o desvio de votos. Desse modo, o “ganhar e não levar” era um fenômeno que aparecia com frequência na cena pública brasileira do período. Com efeito, a briga e a desconfiança na contagem dos votos também foi fator integrante nas eleições de 1910 em que ganhou Hermes da Fonseca, já que o candidato perdedor junto com os seus aliados políticos reivindicaram e questionaram com veemência a contagem dos votos no referido pleito. Esta prática política surge também com constância no palco das sátiras de Juó. Ainda nesse clima de denúncia e falando sobre as eleições estaduais de 1912 Juó Bananére faz um balanço político do ano fazendo novamente mais uma menção ao fato de que seu candidato “ganhou, mas não levou”:

1912

Istu anno fui u anno mais indisgraziato che io tegno visto, pur causa di unas purçó de ingadastroffa [catástrofe] che io vó dizê agurinha mesimo. Ecco! O Capitó minho cumpadro fui inlegido guernatore du stà di Zan Baolo i non fui rigonhecido. O Garonello minha cumadra també. O Hermeze da Funzega, ladró di galigna madrigolato na giunta gumerçale fui o guernatore du Brasile⁵³.
(Apêndice 14)

Vêem-se aqui algumas observações com relação aos mecanismos eleitorais do Brasil: a insinuação e o clima de tensão ficam ainda mais evidentes quando contextualizamos os acontecimentos que ocorreram na Campanha Civilista e a querela instituída pelas ameaças de intervenção militar em São Paulo pelas forças hermistas

⁵³ *O Pirralho*, 25/01/1913, p 51.

em razão das eleições estaduais de 1912. Sobre o sistema eleitoral brasileiro da época, Love afirma que:

A base desse sistema estava na mecânica eleitoral excludente e corrupta. Os analfabetos não votavam; num país quase sem escolas, apenas 6% da população constituía o eleitorado. E a maior parte desse eleitorado era manipulada. Primeiro pelo voto de curral, predominante no interior, onde o incontestado poder dos coronéis agrupava os submissos eleitores em grupos fechados, votando em quem o potentado escolhesse. Segundo pelo voto de cabresto, na cidade e no campo, voto comprado por meio de favores, ou mesmo através de dinheiro vivo. Finalmente, nas mesas eleitorais os coronéis e seus prepostos faziam votas fantasma, ausentes, falsificavam as atas e fazia sumir o menor traço de oposição. Se algum coronel dissidente da política estadual conseguisse fazer representantes ao Congresso, a “degola” se encarregava do resto. (LOVE, 1975: 63)

Dessa perspectiva, a crítica humorística revela, denuncia e manifesta um teor de aniquilamento das mazelas políticas e sociais: se por um lado Bananére demonstra na sátira o desrespeito às regras e a desconsideração quase que absoluta pelas instituições e pela lisura do processo eleitoral, o mesmo Bananére, por outro lado, oferece alguns indícios de desejo de superação desses males sociais brasileiros tão presentes na Primeira República. Na crônica acima intitulada de 1912, por exemplo, está contida a denúncia da tão famosa frase, proferida já quase no final da chamada Primeira República, que afirmava “ganhou, mas não levou”. Perplexo com o estado da arte das eleições e manifestando sua “indignação” com a situação política do país nesse contexto em que a legitimidade política parece se consolidar através da adulteração do jogo e das regras do sistema eleitoral, Bananére no calor das discussões de 1913 - que

também envolviam os próximos nomes para a sucessão presidencial pós 1914 - candidata-se à Presidência da República.

Em meio ao que ele chama de “sgulhanbaçó” e “bandagliera” na política, Juó Bananére põe-se como a única – mas cômica – solução. Ao longo de 1913, vimos que muitas das crônicas satirizam os critérios pelos quais se escolhiam os próximos nomes à Presidência, além, de ironizar constantemente os possíveis nomes para a sucessão presidencial de 1914. Bananére que afirmava ter muitos "servizio p'ra gauza pubblica" por já ter sido vendedor de "biglietto di lotteria, ingraxatte nu larghe du Antonio Brado i portiére di cinema, e seno també u puliticco maise infruenti da zona", chega a convidar todos os seus correligionários, amigos "i frigueiz p'ra vutá [votar] inzima di mim p'ra prresidentimo da republiga":

Manifesto p'ra naçó

Se io saró o presidentimo, io agaranto che dô imprego p'ra tutti migno accurreligenarios i non dô imprego né p'ro Pipoca, né pr'o Lacarato i né pr'o Ruge Ramo. Manderó afazê quattros ricenziamente di uma vez.

Vó ariformá a squadra. Io compro p'ru brasile tutti navilio da Intalia che non presta maise.

Avanti Patriote!

Vote tutti in mim!!

P'ra Prisidento

Da

Republiga

Juó Bananére

Cidadó brazilêro⁵⁴ (Apêndice 15)

⁵⁴ O Pirralho, 25/08/1913,p 16.

Ainda tomado pelo clima de seu cinismo e hipocrisia, Bananére diz que, se eleito, garante dar emprego para todos os seus correligionários e promete esquecer-se do seu quadro de favores pessoais de grandes figuras da época, tais como, por exemplo, Rudge Ramos e Antônio Nacarato. Ao contrário de boa parte das crônicas em que Juó assinava como “tenento inlustro da a Briosa”, nessa em especial Juó Bananére assina como “Cidadó brasileiro”. Como cidadão brasileiro, ele se acha no direito de possuir um solo de legitimidade que o fizesse, ainda que de modo cômico e brincalhão, candidato a Presidente da República e uma alternativa política frente a uma eventual continuidade do comando dos homens aliados a Hermes. Mesmo enquanto “Cidadó brasileiro” e não como tenente ilustre da “Briosa”, ou seja, não como membro militar, mas como um civil, Juó ainda lança a perspectiva da troca de favores e mostra-se apto a ser eleito presidente do Brasil. Novamente aqui Bananére usa o sistema para criticá-lo. Ao prometer empregos aos seus amigos caso fosse eleito, Bananére ainda reforça a prática do “toma lá dá cá”. Comicamente, Bananére usa a lógica do sistema para criticá-lo e ao mesmo tempo critica o sistema sem sair de sua lógica constituinte.

Todavia, é preciso ficar atento às tensões e às convulsões sociais que surgiram no período e, sobretudo, aos limites da crítica do próprio Alexandre R. M. Machado, pois se de fato acreditamos que as crônicas humorísticas de seu personagem têm uma ligação com o programa ideológico de *O Pirralho* - que por sua vez parece estar bastante atrelada a algumas posições da classe política paulista – logo, boa parte dessa perspectiva crítica e contestadora deve ser redimensionada. Em outras palavras, a veia cômica de Alexandre é um tanto quanto tributária de um certo tipo de visão política que, apesar de construir uma crítica ferrenha ao sistema, ainda guarda determinados limites sociais e políticos. Não estamos com isso afirmando que o conteúdo desse humor não apresenta nenhum tipo de resistência, mas apenas apontando para mais uma faceta analítica. As sátiras de Bananére podem representar e fazer coro a alguns posicionamentos compartilhados por importantes setores sociais, isto é, elas falam em nome de determinados propósitos e não é de modo absoluto neutra. Em virtude disso, resta procurar saber o projeto político pensado por Alexandre

R. M. Machado e exposto através de Juó Bananére, coisa que veremos no terceiro capítulo.

Capítulo III - O Programa e o projeto político para o regime republicano

3.1 São Paulo e a sua Plataforma Discursiva

Vimos que a estratégia da Campanha Civilista tem no argumento contra o “militarismo” a sua grande arma eleitoral. A construção social e política desse trunfo são partilhadas e divulgadas não só durante o andamento da campanha eleitoral como também ao longo de todo governo Hermes; o que já demonstramos no capítulo anterior quando da abordagem das sátiras de Juó Bananére com a questão militar⁵⁵. Contudo, sob quais interesses agia a política paulista neste momento? Quais as bandeiras e as plataformas políticas do Estado de São Paulo escondidas ou reveladas no calor da chamada Campanha Civilista e durante o processo de gestão Hermes da Fonseca? A quem e o que representa as sátiras políticas de Juó Bananere nesse horizonte?

Para nós, as sátiras de Juó Bananere, do ponto de vista da posição ideológica, têm uma efetiva ligação com as posturas paulistas adotadas pós 1910: as sátiras dão eco e ajudam a re-produzir os discursos políticos paulistas a partir da derrota na

⁵⁵ É necessário relativizar o próprio termo que dá nome aos eventos que marcaram o ano de 1910: a chamada *Campanha Civilista*. A cunhagem do conceito, longe de representar o conteúdo de seu fato, parece ser oriunda de uma narrativa histórica que teve em São Paulo o seu lócus produtor e multiplicador: a construção *Campanha Civilista*, portanto, parece ter profundas raízes no peso de barganha política que São Paulo conquistou ao longo do século XX no Brasil. Certamente, não nos cabe analisar aqui o processo de instauração do poder que São Paulo teve no campo da produção/construção ideológica em narrar ou fazer valer suas próprias perspectivas no âmbito histórico e historiográfico. Porém, o uso e o abuso indiscriminado do termo *Campanha Civilista* admite, ainda que implicitamente, o outro lado temático de seu conceito, ou seja, a aceitação não refletida de que havia de fato uma proposta e um governo militar do outro lado. A historiografia atual tem debatido significativamente o tema. Ao que a mesma aponta, parece que o militarismo em Hermes da Fonseca é muito mais uma representação política e uma estratégia de campanha eleitoral paulista do que propriamente uma característica hermista. Se por um lado o termo indica a aceitação da prerrogativa militarista, por outro lado ele também acolhe de modo calado e resignado de que o movimento, por ser *civil*, era da sociedade paulista de um modo geral. Ao contrário disso, a Campanha Civilista, ou melhor, o movimento de campanha política encabeçada e realizada pela oligarquia paulista, sobretudo cafeeira, foi um movimento de poucos. A propósito, o próprio termo *campanha política* deve ser relativizado ou contextualizado também, pois logicamente não se trata de uma campanha política aos moldes atuais nos quais o sufrágio e o colégio eleitoral é muito maior e mais aberto.

campanha eleitoral que elegeu Hermes da Fonseca. A querela posta na Campanha Civilista tem seu embrião na indicação do então presidente Afonso Pena do nome de Davi Campista para a presidência da república para o ano de 1910⁵⁶. Insatisfeitos com tal indicação, alguns grupos logo articularam a possibilidade de uma alternativa ao nome do mineiro Campista. Depois de muitos embates e debates políticos, Pinheiro Machado e seus apensados na figura da *Junta Nacional* indicam e conclamam, na Convenção de 22 de maio de 1909, o nome do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República⁵⁷. Segmentos importantes da política paulista, mesmo ainda não tendo confirmado apoio a Davi Campista, vê com maus olhos a indicação do gaúcho à presidência e logo trata de rejeitar a proposta de seus correligionários com relação ao nome de Hermes⁵⁸.

Ainda no mês de maio, Rui Barbosa, até então companheiro político de Pinheiro Machado, rejeita a candidatura do Marechal pelo fato do líder baiano ver com grande reticência a antiga ligação de Hermes com o Exército. A resposta paulista viria dali a exatos três meses com a *Junta Nacional Civilista* - em contraposição à *Junta Nacional* de Pinheiro Machado. Lança-se, então, no tradicional e badalado Teatro Municipal do Rio de Janeiro o nome do baiano Rui Barbosa. Estava, portanto, montado o cenário da disputa eleitoral fruto das dissidências ideológicas entre importantes atores da oligarquia da Primeira República brasileira⁵⁹.

⁵⁶ Além de Maria Clementina Pereira Cunha, ao leitor interessado sobre o contexto da indicação de Davi Moretzsohn Campista pelo então presidente Afonso Pena, ver mais informações em: LACOMBE, Américo Jacobina. À Sombra de Rui Barbosa. São Paulo: Brasiliiana, 1978, p. 48-53.

⁵⁷ A mesma Convenção foi futuramente chamada pelos paulistas de “Convenção dos Impossíveis”, pela sua suposta impossibilidade de ganho nas eleições, ou de “Campanha do Terror” em função dos eventuais perigos de um verdadeiro terrorismo militar caso o seu candidato ganhasse as eleições. (Casalecchi, 1987: 134)

⁵⁸ Como Ministro da Guerra no governo de Afonso Pena, Hermes da Fonseca havia ganhado grande notoriedade política, fato que se deu, dentre outras coisas, pela sua atuação na reconstrução das forças armadas no Brasil e pela volta do prestígio do Exército, prestígio esse fortemente abalado depois da Guerra de Canudos.

⁵⁹ A despeito da rejeição de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, o grupo do senador Pinheiro Machado insiste no nome de Hermes da Fonseca, enquanto São Paulo, por exemplo, além de tentar quebrar o apoio a Hermes, tentou também articular outro nome para a presidência. No contexto do trabalho de articulação realizado pelos diretórios regionais do Partido Republicano Paulista, importantes nomes ligados aos setores do Estado de São Paulo recusam a indicação do Partido para concorrer com Hermes da Fonseca. Dentre esses nomes, estão figuras como o Barão de Rio Branco (super defendido por *O Pirralho*), Rosa e Silva (criador da Lei eleitoral *Rosa e Silva* também responsável pelo acentuamento da perspectiva fechada, oligárquica e elitista do sistema eleitoral brasileiro da época) e Campos Sales.

É importante ir mais fundo nas razões desses desarranjos políticos do período, pois certamente, nem os aliados de São Paulo e, tampouco, o Estado paulista, entraram em contenda com seus pares políticos em função meramente de questões de caráter “civil” e “democrático” no sentido de lutar contra uma eventual ordem política autoritária e militar.

Na verdade, o protecionismo econômico voltado à cultura do café, a política cambial endereçada ao mercado internacional do produto, a grande intervenção do Estado na regulação da oferta do café no âmbito internacional junto com a compra interna do excedente e a política fiscal interessada muito mais no horizonte agroexportador foram fenômenos que suscitaram a resistência de grupos contrários o monopólio paulista da política nacional. Para Maria Clementina:

a posição civilista de São Paulo, é entendida como uma tentativa de perpetuação do predomínio político dos setores cafeeiros que visava, em última análise, impedir o acesso de outros grupamentos políticos aos postos-chave do aparelho estatal. (Clementina, 1976: 74)

Ainda na mesma linha de raciocínio, a autora complementa:

criticando a estrutura monopartidária dos PRs. [Partidos Republicanos] e elegendo a composição partidária gaúcha – onde existiam efetivamente partidos políticos opostos – como a única correta no quadro político nacional, estavam os hermistas reivindicando maior flexibilidade na estrutura política, canais de acesso ao poder mais eficientes e, sem dúvida, ampliação da representatividade política do Estado brasileiro, restringida até então pela estrutura monopartidária que

possibilitava um controle mais efetivo das forças locais pelas cúpulas partidárias.
(Ibidem, 78)

A autora defende a hipótese de que a dissidência oligárquica verificada neste período deveu-se basicamente às insatisfações políticas e econômicas geradas a partir de um Estado construído sob a égide dos interesses do café e de sua oligarquia⁶⁰.

Como podemos ver até o presente momento, de um modo ou de outro, as tensões residem dentro do plano das camadas detentoras do poder político, não resvalando em outros segmentos sociais que não sejam da oligarquia da Primeira República. As críticas de um e de outro irrompem no seio da classe dirigente e estão circunscritas a elas mesmas. Nessa agenda, não cabe estender a abertura política a todos os componentes sociais do Brasil do começo do século XX: se em Juó Bananére as críticas moram dentro de uma esfera cuja institucionalidade parece ter valor quase absoluto, para o outro lado, o lado de Hermes, o fato da não abertura política encorajada por São Paulo é maléfica não por barrar os cidadãos de modo geral, mas por vetar a outro tipo de classe proprietária o gozo e os benefícios de um Estado burguês e oligárquico.

Em Juó Bananére a crise se resolve no voto, e aí já adiantamos que em nenhum momento vimos uma perspectiva de defesa ou alargamento de abertura política às

⁶⁰ Para Maria Clementina, por conta do apoio de setores do norte e nordeste do país, ou seja, “setores de exportação em franca decadência” em função da alta prioridade dada às exportações do café, e importantes produtores de charque no sul do país, sobretudo no Estado rio-grandense, que vinham sofrendo com a forte concorrência econômica com relação à carne uruguaia em função de uma política cambial que desvalorizava o mil-réis em benefício da exportação do café de um lado e ao mesmo tempo encarecia os custos do mercado de outro, a hegemonia paulistana e cafeeira encontra-se numa forte situação de disputa política no cenário nacional com outros setores produtivos cansados de uma condução administrativa cujo fim parece ser ela mesma (CLEMENTINA, 1976). Ainda sobre a ligação café, Estado e todo aparato jurídico-legal montada em prol das elites cafeeiras, “é possível afirmar que a Federação surge em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira, desfeitas, já na Abolição, as motivações econômicas que ligavam as várias regiões produtoras. A ação estatal no primeiro período republicano (1889-1930) vai, portanto, corresponder ao desenvolvimento e às necessidades do novo setor da economia”. Além disso, a autora ainda comenta que “as elites dirigentes não compartilhavam o poder com os novos grupos que teoricamente tinham assegurada sua representação no processo político”. Neste sentido, pode-se dizer que a oligarquia cafeeira era duplamente excludente, pois além de desconsiderar as camadas não proprietárias, também alijava do poder os próprios setores produtivos. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na Primeira República”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1985, p.164.

camadas não proprietárias, ao passo que para o hermismo a resolução da crise é pensada de modo parcial e ainda classista na medida em que pensa na tomada de um poder que beneficie somente aos grupos oligárquicos alijados por São Paulo.

Os aspectos elitistas de São Paulo podem ser notados ao longo da própria “Campanha Civilista”. Nas falas de Rui Barbosa, mais precisamente em *Memória sobre a eleição presidencial*, publicado logo após a sua derrota para Hermes ainda em 1910. O clamor às classes populares (urbanas), realizados por Rui Barbosa e seus pares não tem razão de ser no sentido de uma campanha eleitoral aos moldes de hoje cujo apelo ao eleitor se dá pela busca de seu voto, antes, ela aparece como uma “participação” cirúrgica que tem como função apenas engrossar o discurso político contra as forças hermistas⁶¹.

O andamento da Campanha Civilista empreendida largamente por São Paulo foi acentuadamente dirigida pelas classes oligárquicas que a compunham, não cabendo a participação popular nem como forma de expressão efetiva de voto e, tampouco, como voz ativa ou opinião deliberativa no programa político daquele momento. Lendo nas entrelinhas, a fala de Rui Barbosa em sua obra *Memória sobre a eleição presidencial* é possível ver quem realmente interessava aos homens de comando paulista. Remetendo-se aos apoios recebidos na Campanha, o senador baiano cita alguns tipos sociais que fizeram parte de sua empreitada política. Notaremos agora de fato parte dos grupos existentes que apoiavam a candidatura Rui Barbosa:

aproveitando a ultima revisão do alistamento, entre dezembro e janeiro, cerca de dois mil cidadãos, na sua quase totalidade adversos à candidatura militar, se habilitaram para exprimir, na eleição presidencial, o

⁶¹ Sobre o caráter elitista da Campanha Civilista, José Flávio de Oliveira afirma que:“Considerando-se o chamamento à participação de amplas parcelas da população urbana, o que acaba dando caráter inédito à Campanha Civilista, pode-se concluir que diante da necessidade da fração cafeeira de assegurar o monopólio do controle do aparelho do Estado, mas sem poder contar, totalmente, com o tradicional apoio do governo federal, lança mão de um recurso até então nunca utilizado, qual seja, o do chamamento à participação popular. Entretanto, a propaganda eleitoral é manipulada ideologicamente de tal forma que torna possível à fração hegemônica garantir esta participação ao mesmo tempo em que as controlavam.” (OLIVEIRA, 1976: 122)

vivo sentimento que os animava. Era o escol dos nossos intelectuais, da nossa gente mais culta, das classes mais estrementes de relações partidárias: os melhores dentre os nossos médicos, os nossos advogados, os nossos engenheiros, os nossos industriais, os nossos capitalistas, os nossos escritores, de envolta com uma numerosa contribuição do operariado, inscritos com alvoroço em um movimento geral de simpatia para com a causa que representávamos. (Barbosa, 1971: 5-6)

Devido às acomodações sociais daquele período, não é difícil imaginar que a referida e “notável contribuição do operário”, já no final do trecho, não passava de uma tentativa de demonstração de apoio global à sua campanha eleitoral, pois a participação legal do operariado dentro do desenho formal, oficial e institucional do país naquele momento histórico era inexistente. Na verdade, gostaríamos de chamar atenção para o corpo social de apoio à candidatura encorajada por São Paulo e também através das sátiras de Juó Bananére.

É o “escol” da sociedade que compõe seu conteúdo: intelectuais, políticos dos mais altos gabaritos, setores médios da população, profissionais liberais e industriais é que faziam parte do seletº grupo que estavam com Rui e seus correligionários. Em outras palavras, compunham o rol aqueles que estavam dentro dos critérios elitistas e excludentes que a Lei eleitoral Rosa e Silva ajudou a aprofundar⁶².

⁶² Já desenvolvemos no capítulo anterior o conteúdo legal da Lei Rosa e Silva, por isso não se faz necessário aqui voltar ao assunto. Porém, vale frisar que esta Lei foi promulgada no ano de 1904, ou seja, já no período em que a oligarquia cafeeira estava no poder. Não é demais recordar que a Lei Rosa e Silva, além de ser um dispositivo jurídico dos grandes proprietários no poder, também contribuiu significativamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de fraude nas eleições. Quando temos por horizonte esse importante referencial histórico, fica mais fácil territorializar e entender os limites políticos das posições do candidato preferido dos paulistas nesse período, pois defender o voto como intervenção cidadã e fazer apologia aos eleitores, pelo menos dessa perspectiva eleitoral, é defender e apoiar, ainda que indiretamente, um modelo de Estado altamente excludente, já que ao “escol” social era permitido votar. Apesar da Lei Rosa e Silva legalizar o voto a descoberto, o candidato Rui Barbosa já na vigência de tal lei se posicionou contra a prerrogativa dessa modalidade de voto por entender que o mesmo facilitava o controle das oligarquias locais no sentido do controle, fraude e aliciamento político e eleitoral. (CARVALHO, 1981: 47) No entanto, os artigos referentes à proibição do voto do analfabeto e o alistamento prévio do eleitor (alistamento que exigia uma determinada renda daqueles aos quais lhes eram permitidos o voto), ainda eram, senão de concordância, pelo menos, de consentimento do senador baiano.

Levando em conta a não participação feminina nos pleitos eleitorais, a proibição do voto do analfabeto e a exigência da obrigação legal de um alistamento prévio do colégio eleitoral que privilegiava a renda como critério central⁶³, talvez seja possível observar que a chamada Campanha Civilista, do ponto de vista do raio social de alcance da *sociedade civil*⁶⁴, contém um conceito de sociedade um pouco fechada: em outras palavras, ela detém um forte apelo e sentido classista. Para nós, esta é plataforma política de São Paulo neste momento: esta base política também pode ser observada nas sátiras protagonizadas pelo italiano Juó Bananére.

Vimos no segundo capítulo que do ponto de vista temático as sátiras de nosso humorista têm uma ligação muito forte com aqueles pontos que São Paulo mais buscava fazer sua oposição, por isso que constantemente observamos as ofensivas contra a pessoal de Hermes e também ao seu caráter “militarista”. A título de expor um pouco essa similitude temática e ideológica, cabe mirar nossa atenção aos discursos paulistas expostos ao longo não só da “Campanha Civilista” como também ao longo de todo governo Hermes da Fonseca.

Vejamos no seguinte trecho a visão do candidato de São Paulo com relação ao suposto caráter militarista de Hermes. Além disso, é possível ver também de modo implícito a perspectiva e a visão de Rui Barbosa com relação ao recente passado republicano, quando São Paulo estava no poder. Notaremos mais adiante que a visão

⁶³ O alistamento consistia numa espécie de cadastro legal do eleitor. Segundo Manoel Rodrigues Ferreira, o “alistamento seria preparado, em cada município, por uma comissão especial. Os coletores (exatores) extraíram dos livros de lançamentos de impostos uma lista dos maiores contribuintes do município, assim classificados: 15 do imposto predial e 15 dos impostos sobre propriedade rural ou industriais e profissões”. Sobre a Lei eleitoral Rosa e Silva e sua obrigação de alistamento, ver mais informações em: FERREIRA, Manoel Rodrigues. A evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro. Brasília: 2001, p. 339-347.

⁶⁴ Podemos dizer que o termo sociedade civil tem um peso significativo dentro do pensamento Jus-Naturalista, sobretudo em Hobbes. Para ele, a Sociedade Civil, ou Sociedade Política, com leis e normas politicamente estabelecidas, se contrapunha àquela sociedade natural, cujas regras se davam por um estado primitivo da natureza humana. Na linguagem de hoje, muito diferente do conceito hobesiano, o termo Sociedade Civil não se liga mais ao Estado institucional propriamente dito, pelo contrário, a sociedade civil está fora da órbita da composição legal e oficial deste. Ela é o conjunto da sociedade em geral e dos cidadãos, e é nesta concepção que usamos o termo sociedade civil. Entende-se por sociedade civil “a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais”. (BOBBIO, 2000: 1206-1210) BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

de Rui Barbosa quanto ao papel de São Paulo dentro do âmbito republicano também adquire eco nas sátiras paulistas de Juó, ou seja, uma visão que vê em São Paulo o arauto da liberdade republicana, do civilismo e do progresso. Para Rui:

Na Republica o precedente que domina as nossas origens, é a insurreição militar. Depois, em plena Constituição, a ditadura, a guerra civil, o assassinio político, o extermínio dos vencidos, a trucidação dos prisioneiros, o atentado contra os dias do chefe da Nação. Essa fase de trágicos precedentes se encerrou com a consolidação do governo civil. Entraram, porém, a florescer os de reação contra as nossas conquistas liberais, mutilando-se o júri, invertendo-se a anistia, abusando-se do estado de sítio, exagerando-se os privilégios fiscais, favorecendo-se a prisão arbitrária, cerceando-se as garantias de propriedade, abreviando-se monstruosamente, em favor do Estado, o termo da prescrição extintiva, carregando-se com a agravante inconstitucional da retroatividade a leis já opressoras. (*Idem*, 338) next

No trecho transcrito acima, o candidato Rui Barbosa faz claramente um tipo de balanço político desde a proclamação da República até os dias de então, 1910. Para ele, a história republicana foi marcada “pela insurreição militar”. Certamente, o senador baiano estava fazendo menção aos episódios que marcaram a proclamação e à chamada “República da Espada”. Na visão de Rui, a despeito da Constituição de 1891, a primeira da era republicana, a desordem, o desrespeito e o não cumprimento dos preceitos e ideais de uma República não se impuseram diante desse contexto marcado por presidentes considerados não civis.

Desse modo, “a ditadura, a guerra civil, o assassinio político, o extermínio dos vencidos, a trucidação dos prisioneiros, o atentado contra os dias do chefe da Nação” só tiveram fim com a chegada do governo civil: lê-se, naturalmente, o período em que

São Paulo esteve no poder nas figuras de seus presidentes⁶⁵. Rui Barbosa resgata toda a recente história da era republicana para construir seus argumentos antimilitaristas e fortalecer o civilismo como ponto fundamental: na sua visão, a perspectiva “civilista” paulista verificada em administrações anteriores foi responsável pela resolução das contradições observadas nos primeiros anos de experiência republicana após a derrocada dos presidentes ligados às forças armadas.

Pelo menos do ponto de vista do discurso, suas opiniões políticas parecem estar muito próximas de um tipo de liberalismo político que presa pela manutenção da propriedade privada, pela garantia das liberdades individuais, pela preservação do modelo burguês de administração pública e na crença de que o voto é o caminho e a intervenção por excelência do cidadão no mundo em que vive⁶⁶. Vale notar que essa visão histórica sobre o papel de São Paulo na República também é compartilhada por importantes nomes da política paulista, *O Pirralho* e, como veremos, Juó Bananére⁶⁷.

⁶⁵ Ou seja, considerando o primeiro “presidente civil” até Hermes da Fonseca (1910-1914) temos a seguinte linha: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Afonso Pena (1906-1909). Com exceção de Afonso Pena – que, aliás, também colaborou largamente com o Estado paulista - todos os presidentes eram do P.R.P., ou seja, do Partido Republicano Paulista.

⁶⁶ Referindo-se às características do sistema eleitoral fraudulento da Primeira República, o senador baiano em sua Memória diz que: “Se a República é o voto, que ficará ela sendo, quando voto e fraude se confundem, se identificam, se substituem, como se substituíram, identificaram e confundiram nessas maiorias imaginárias do triunfo militar na última eleição presidencial? O voto é a fraude. Mas a República é o voto. Logo, a República é a fraude”. (BARBOSA, 1971: 127-128) Neste trecho, a apologia aos mecanismos institucionalmente estabelecidos dentro de um quadro de conceituação política das regras burguesas de representatividade está explícita. A crítica é cuidadosamente cirúrgica quanto a algumas características do sistema eleitoral, não passando pelo quadro social geral existente dentro da Primeira República. Além disso, mesmo quanto ao sistema eleitoral, as discussões de uma real abertura política na perspectiva da inclusão e introdução da participação do conjunto da sociedade em geral não estão na pauta e na agenda das mudanças propostas pelas classes dirigentes nesse período.

⁶⁷ O Estado paulista é representado de um ponto de vista ufano, que tem no “progresso”, na pro - atividade política, na guarda dos mais sublimes valores republicanos as suas características marcantes. Já no final do século XIX podemos notar a construção desse tipo de discurso que, ao que tudo indica, tentou explicar e legitimar o papel e a responsabilidade política do Estado perante aos demais. Para Antônio Prado, então líder do Partido Conservador, “a Província de São Paulo, pela iniciativa particular de seus filhos, vai tomado tanto incremento que tudo quanto faz aparece e brilha e a sua iniciativa oferece evidente contraste com a inércia de outras províncias, onde não penetrou ainda a clara visão do problema de transformação do trabalho. Daqui vem que os paulistas manifestam, pelo seu espírito audaz, empreendedor e transformista, uma acentuada confiança no futuro, preparando-se para recebê-lo sem temores, enquanto outros se consagram à rotina do passado e às tristes preocupações do presente, sem associar-se a uma só das idéias triunfantes do nosso tempo.” (in: LAPA, 1990: 162)

Já no capítulo primeiro de nosso trabalho, aludimos à visão ufanista que *O Pirralho* guarda diante de São Paulo: as caricaturas na revista e já a visão de São Paulo como a locomotiva republicana surge com bastante força no semanário em 1911 em suas primeiras páginas. Quanto às sátiras políticas de Juó Bananére não temos dúvidas de que há de fato uma sincronia e paralelismo temático-discursivo com relação às construções do ideário político paulista no cenário da crise oligárquica que se estabeleceu nas eleições de 1910. Do ponto de vista do conteúdo e não da forma - já que a forma de crítica em Bananére se dá pelo humor - os argumentos utilizados para se construir os ataques ao presidente são muito parecidos com os argumentos tanto de *O Pirralho* como o da classe dirigente paulista. Como já salientado, essa similitude discursiva fica ainda mais explícita quando as sátiras de Juó Bananére fazem menção ao rebaixamento pessoal do presidente, à construção do militarismo hermista e à representação que muitas sátiras de Alexandre R. M. Ribeiro fazem de São Paulo e suas características sociais e políticas.

A cidade de São Paulo está em profundo estado de ebullição social neste período, recebendo uma considerável massa de população estrangeira, principalmente egressa da Itália. De 1889, ano da proclamação da república, até 1930, marco do fim da Primeira República, entram em São Paulo 2.033.654 imigrantes, dos quais 1/3 desse montante eram imigrantes italianos. Somente na primeira década do século XX, período em que estudamos as crônicas de Juó Bananére, mais de 440 mil imigrantes dessa nacionalidade entram em São Paulo. (PETRONE, 1990: 93-133)

Pensando na relação entre crescimento demográfico e crescimento urbano, parece ser possível supor - em paralelo - o crescimento da própria força política que São Paulo detinha numa perspectiva de âmbito nacional. Como parte constituinte desse processo histórico de agudas transformações, as sátiras de Juó Bananére - aproveitando-se do meio social ao qual está inserida - faz parte da força política da cidade no sentido da produção de discurso, impacto, oposição e pressão política.

De uma forma ou de outra, a personagem de Alexandre R. M. Ribeiro é sem sombra de dúvida mais uma peça viva na engrenagem na cidade. Pelo menos nesse trecho do trabalho decidimos escolher duas crônicas satíricas emblemáticas que mostram um pouco da representação que nosso barbeiro imigrante faz de São Paulo. A importância de expor crônicas nas quais a cidade de São Paulo é o tema central parece ter coerência na medida em que procuraremos demonstrar que a visão satírica de nosso italiano parece ser carregada de ufanismo paulista, além de representar a cidade como lugar de liberdade, progresso e civilismo. Nessas sátiras o Estado de São Paulo é defendido. A apologia, mesmo se dando dentro do plano cômico, é “séria” e relevante. A primeira crônica publicada em *O Pirralho* em abril de 1912 retrata o “prugressu di Zan Baolo” e as transformações que a cidade sofria em seu processo de transformação urbana. A segunda crônica, publicada em janeiro de 1914, relata como foi a fundação de São Paulo no olhar sempre irreverente de nosso personagem.

Trata-se na verdade de uma verdadeira paródia histórica e de outra leitura da própria fundação da cidade. A crônica – ou paródia – é intitulada de “A fundaçó di zan Baolo”. Seria valioso observar que em ambas, tanto a de 1912 como a de 1914, a cidade aparece como o lócus do desenvolvimento, seja material, social ou político. Na primeira fonte, Bananére relata um dia de passeio e se espanta com o ritmo acelerado do crescimento da cidade naquele momento. Apesar do exagero proposital, podemos tirar alguns apontamentos que mostram a visão da personagem com relação à cidade de São Paulo. Juó bastante experiente na altura de seus sessenta e três anos de idade nunca tinha visto tamanho “progresso” num tão curto espaço físico e temporal de uma vez só. Dialogando sempre com seus leitores Júo relata:

S'agine che a genti vá pingá um girio disposta du jantáro e quano xiga
inda a rua da Gonçolaçó tenía lá um tirreno tutto xiigno co gapino [terreno
cheio de capim]. Intó a genti vai alí p'ra danti invisitá uno amighe e quano
giá vurtó, spia p'ro tirreno, ma che!! Non té maise tirreno niscuno[não tem

mais terreno nenhum], ma inveiz stá fazida lá uma bunita casa mais e bunita de casa do Capitó.

(Apêndice 16)

Depois de relatar algumas mudanças dentro da cidade, principalmente mudanças que demonstram a sua preocupação social e imobiliária, Juó continua:

Eh! Mamma mia! Si non fosse os intaliano, che speranza! non tenia né uma casa *chique* come quella che fiz agora o Garonello inzima a rua Martigno Francesco.

També si non fosse os intalianos non tenia né u larghe du Arrusá, né o Bó Retiro, né as cumpania di operette do Vitale e né o Bertini che també é u migliore ingraziato di tutto o mundo interinho.

També o “garadura” furo os intaliano che indiscobriro. [garadura, bonde elétrico]

Eh! ma si che pensa che Zan Baolo furo tutta vita come oggi? Stó moltos inganatus si signore!

Primiere, quano minho avó xigó qui inzima o Brasile só tenia a ladere do Abax'o Pigues, o larghe du Arrusá e u barro da Liberdá.

A villa Buarca, a Barafunda, o Bó retiro stavo tutto coperto c'ao mattavirgia. [mata virgem] També a Luiz e també a Bixiga.

D'Abax'o a ponte do viadutto era tutto gapino [capim] e tenia [tinha] moltos passarigno che io iva tuttos dí di magná cidigno matá co stilingo.

[...]

Disposa io co Garonello ia vedê s'inforcá um negro ingoppa a pracia a Republica che u Garonello tenia molta paura, perché uma veiz uma

molhere veglia che si diceva feticera [dizia feiticeira] falló p'ra elli che també elli tenia da murrê inforcado⁶⁸. (Apêndice 17)

Nesta crônica humorística Bananére relata também a própria memória da cidade. A protagonista expressa de certa forma uma espécie de estranhamento em meio àquele processo frenético de mudanças e de transformações, ao mesmo tempo em que fica admirado com sua dinâmica. A memória é elo entre o passado e o presente; ou seja, o passado do “gapino” e da “mattavirgia” e o presente das casas chiques e do “garadura”; isto é, o bonde⁶⁹. De qualquer forma, apesar deste estranhamento, a cidade é o lugar do progresso e do novo.

As transformações são trazidas a partir do discurso satírico e do efeito risível trazido não só pela linguagem como também através da velocidade exagerada em que as coisas mudam de lugar e configuração. Porém, a hipérbole é sintomática em revelar a própria mudança, que, apesar de não mudar num ritmo tão exacerbado, está presente ali. São Paulo não aparece mais como uma cidade dos campos vazios, dos terrenos baldios, mas sim relativamente urbanizada e ocupada. Além disso, a cidade está tomada pela liberdade trazida com o fim dos ares coloniais do tempo em que Bananére ia ver “us negro ingoppa a pracia a Republiga” – os negros em cima da Praça da República. São Paulo está posta como o lugar da supressão da colônia (escravocrata) e a ascensão da República, supostamente libertária, sem negros açoitados⁷⁰.

⁶⁸ Revista *O Pirralho*, 20 de abril de 1912, p. 13.

⁶⁹ Segundo Benedito Antunes, o termo “Garadura” se refere aos bondes mistos que carregavam pessoas e cargas ao mesmo tempo. O lugar da memória fica ainda mais aparente quando Juó relata momentos de sua tenra infância. De tão inóspita, inocente e bucólica, era possível “arrubá galligna” no terreno desocupado dos antigos vizinhos. (ANTUNES, 1998)

⁷⁰ Nádia Marzola em artigo publicado pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo sobre a História dos Bairros, mais precisamente em “Bela Vista”, relata que no Largo do Piques, atual Praça da Bandeira em São Paulo, eram realizados no século XIX o comércio de escravos, por isso, talvez, que ainda no século XX existia a memória de que aquele lugar era um dos pontos da realização da escravatura em São Paulo. (MARZOLA, 1979)

O elogio ao progresso e a visão de São Paulo enquanto espaço de liberdade não está posta somente nessa crônica. Juó Bananére deixa entender que em São Paulo há espaço para a liberdade republicana: tal liberdade só é ameaçada somente quando as forças opositoras (hermistas) tentam intervir na cidade. As sátiras de Juó Bananére que fazem referências à intervenção hermista se relacionam com o processo conhecido por “salvações nacionais” que, em linhas gerais, significaram a tentativa de intervenção Federal nos Estados por parte de Hermes da Fonseca que alegava “sanear” os Estados, retirando-os das influências das oligarquias locais.

Faz-se necessário lembrar que o preceito de intervenção Federal nos Estados estava aberto desde a Constituição de 1891, portanto, não é difícil supor que esse mesmo mecanismo poderia ter sido utilizado por outros governos em outros contextos. Porém, quando usados dentro do governo Hermes, esse mecanismo era largamente criticado por Bananére e os opositores de São Paulo, na época governada por Albuquerque Lins, mais um aliado paulista.

Em “*A fundaçó di Zan Baolo*”, de 1914, Bananére relata como teria sido a verdadeira fundação da cidade. Nota-se, uma paródia e miscelânea histórica na qual os atores sociais surgem misturados numa perspectiva multitemporal. É assim que a narrativa traz em si mais uma interpretação da própria História e também da cidade.

Nu animo [no ano] di 1584 disbarcó inzima di Santose um navilio xamado Santamaría, che vigna inzima delli o Pietro Caparole [Pedro Álvares Cabral], quello napuletano che inventô o Brasile, o Garamurú che os indio vulevo cumê elli [vinha comer ele] e intó elli dê um tirigno nus indio, i o padro Caxetta [Padre Anchietá] chi tê a rua co nomino delli là perto du largo du palazzo.

Venia tambê u migno avó, o Matarazzo, che faceva o guzignêro inzima du navilio
(Apêndice 18)

Juó Bananére continua sua narrativa relatando a chegada dos integrantes da embarcação na cidade, além de também narrar a missa de inauguração de São Paulo. Trata-se adiante uma curiosa descrição de São Paulo:

[...] Disposa atrepáro tuttos inzima o tomobile du Xiquigno i viéro qui, p'ra studá istus lugáro, pur causa chi o padro caxetta vuleva fazê a fundaçó di Zan Baolo.

Quano xigáro indo o larghe du Palazzo u padro Caxetta dê treis pulo di cuntento i dissí p'rú Chiquigno:

_Vamos afundá [fundar] aqui, ê Xiquigno!?

U Xiquigno pensô chi era p'ra afundá na ladère du Juó Arfrede, que naquillo tempio era um brutto buracó i dissí:

_Io nó! vái insgugliambá co migno tomobile! Io non só troxa nó...

_Non é afundá di gaí... é organizá uma citá.

_Ahn!! (Apêndice 19)

Depois desses episódios, o padre “Caxetta” faz um boletim convidando todos os moradores da cidade para a missa, “tuttos pissoalo fizéro festa di beneficenza p'rú padre Caxetta”. Ao término das solenidades da fundação de São Paulo, todos foram para o cassino onde tinha um baile carnavalesco com espetáculo de gala em honra “du padro Caxetta i da fundaçó di Zan Baolo”. Chegando lá, ocorreu uma tremenda confusão porque uma das cantoras da festa “s'increncô” com Bananére. Mais uma vez, o clima fica tenso em função dos homens de Hermes.

Io si alevanté du migno lugaro, xiguê p'rú Lacarato i dissí:

_Dott. Lacarato, aquilla molhere stá insgugliambano cumigo! O sig. faccia o favore di dizê p'rella che io sò um viuvo onesto i um barbiére comcteuado i non quero bringadêra cumigo?

_Che viuvo onesto né nada! Vucê é um indisgraziato!

_Indisgraziato é a vó, dott. [doutor]

_Vó mandá ti prendê!

_Non podi! Fui o signore mesimo che mi buliu cumigo.

_Intò galabocca!

_Non galo!

_Intò io ti preendo.

_Aposto.

_Stà apostado.

Aóra o Lacarato xamô quattros surdado i dissi p'relli:

_Prenda istu gargamano!

Intó, os surdado mi pigáro, mi livaró p'ra gadêa e io pirdi a apostá, ma non paguê!⁷¹ (Apêndice 20)

Apesar de termos automóveis na cidade do “prugressu” já em 1584, parece que o delegado de polícia (Antônio Naccarato) insiste em adotar medidas supostamente retrógradas ao prender Bananére. De qualquer forma, a cidade de São Paulo já está pronta em pleno século XVI. Inclusive, além de carro e cantora de ópera nas solenidades que envolviam a fundação da cidade, se fez também “una bunita sposiçó di arti franceza”, tamanho o grau de "civilidade". Nota-se na íntegra da fonte que na fundação da cidade todos os moradores são convidados: assim, pessoas de vários segmentos sociais parecem conviver em harmonia em meio às solenidades que marcaram o início daquela que viria a ser um das grandes metrópoles do mundo atual.

⁷¹ Revista *O Pirralho*, 31/01/ 1914, p.16.

Contudo, a única coisa que parece atravancar São Paulo é a tal falta do “livrario”. É mister verificar que a crítica não é físico-geográfica, mas ideológica e política, já que em várias sátiras de Bananére “os vagabundimo” são criticados e atacados ao passo que os aliados paulistas Rio Branco, Albuquerque Lins, Rui Barbosa e Washington Luís, este último financiador da revista *O Pirralho*, são poupadados ou defendidos. Em meio a tantas críticas, podemos perguntar quais as alternativas e soluções que Bananére constrói no seio de uma verdadeira ofensiva contra o governo Hermes da Fonseca. Além disso, se já apontamos que todas essas tensões se plasmam entre as próprias camadas hegemônicas, logo também é possível apontar os seus próprios limites sociais e ideológicos.

Até aonde vão suas reivindicações? Qual a visão, implícita ou explícita, de República preterida e defendida por Juó Bananére? Se há - como afirmamos anteriormente - um paralelismo discursivo com São Paulo e Juó em relação às temáticas do rebaixamento pessoal de Hermes e a tentativa de vinculação da imagem do presidente ao Exército, o que podemos dizer quanto ao tema da crítica ao sistema eleitoral brasileiro da época? Se há efetivamente uma ligação ideológica entre as sátiras de Juó Bananére e as posições oligárquicas de São Paulo, como explicar então as fortes críticas a um sistema eleitoral que o próprio Estado paulista ajudou a construir em mais de dez anos quando esteve no governo? Naturalmente, as críticas ao sistema eleitoral realizadas pela personagem Juó Banenére não abalaram as estruturas eleitorais, legais e ideológicas defendidas pelo Estado paulista. Sobre as propostas ao regime e os limites de sua crítica ao mesmo, trataremos no tópico seguinte.

3.2 Os limites Sociais da Crítica Bananeriana

Primeiramente, é preciso relativizar o chão social e a força crítica das sátiras de Juó Bananére em *O Pirralho*. Num primeiro olhar, sua faceta progressista (crítica ao militarismo e ao sistema eleitoral) adquire grande preponderância. Porém, quando territorializada de acordo com as marcas históricas nela contida, podemos observar que ela guarda sérios limites sociais, pois ao mesmo tempo em que reivindica – levado pela aversão ao suposto militarismo em Hermes - um governo mais aberto e “democrático”, suas críticas não vão para além dos próprios ditames e referenciais sócio-eleitorais construídos pelo *status quo* republicano da época: isto é, a abertura política do regime, tal qual os hermistas a reivindicavam no pleito de 1910, não é uma abertura a todos, antes, ela está circunscrita aos integrantes da própria oligarquia e não se estende às demais camadas da população.

É assim que Juó tenta por em marcha o seu “programmo” de governo. Em crônica de 1915 nosso italiano se remete às eleições presidenciais que viriam para substituir Hermes da Fonseca e aponta para algumas questões bastante significativas dentro daquela conjuntura oligárquica de poder. Está em jogo nesse momento, pelo menos no horizonte do discurso, a exigência de um sistema político ainda mais representativo e aberto.

O partido dimocratio é o partido politico maise impurtanto di San Baolo i
é o xefe delli o inlustro goronelo Piedadó. [...]

O P.D. é molto migliore du P.R.C. [Partido republicano Conservador] pur
causa che o P.R.C. tê o Pignêre chi é un briganti, ladró i çacino i o P.D. os
xefe só io co Piedadó chi summo duos uomo no onrado i trabagliadore.
Ninguê é gapaze di pruvá che io co Piedadó fizemo qualquere gatunagio!

Aposto si arguê é gapaze di pruvá!... Aquillo nigozio da Guardia Anazionala che o Piedadó arubô tuttos aramo [arame, dinheiro] do glubo, é mentira! [...]

O partido dimocromatico tê per fine adifendê os interesse do povo, dos isprimido i dos operario apirsiguido di rucubacca. Aprutegê os fraco i insgugliambá cos forte ista é a bandiéra du partido dimocromatico⁷².
(Apêndice 21)

Antes de tecer a análise da sátira, temos que problematizar um pouco a complexa questão do conceito e da vivência democrática neste período, principalmente quando olhamos para o Estado de São Paulo, tradicional reduto conservador da oligarquia da Primeira República. Segundo José Murilo de Carvalho, as camadas dirigentes paulistas nesse momento tinham uma posição política um tanto reticente quanto à questão da abertura política do sistema. Sua experiência social revela um liberalismo não do tipo democrático no sentido da participação popular, sufrágio universal, abertura institucional, etc., mas sim um liberalismo que no contexto da instauração da República - numa perspectiva federalista de organização somada à força econômica agroexportadora e cafeeira - foi praticado em seus aspectos mais econômicos do que políticos propriamente ditos, ou seja: São Paulo pleiteou por muito tempo a não intervenção do Estado na economia, a diminuição da carga tributária para a exportação de seu principal produto, a descentralização política e o federalismo.

Portanto, em detrimento de um conceito liberal na qual a representação política e a abertura do processo de participação social dentro dos limites do Estado burguês fossem possíveis, os grandes proprietários paulistas ajudaram a compor um desenho de Estado até certo ponto liberal, fechado e oligárquico. Em suma, o liberalismo é utilizado de acordo com suas necessidades e escolhas sociais, pois se ele reclamou uma espécie de Estado mínimo no que tange à política tributária e a não intervenção do

⁷² Revista *O Pirralho*, 23 de janeiro de 1915, p. 10.

Estado na economia de um lado, é certo também que a elite cafeeira utilizou-se em larga escala do próprio aparelho estatal para manter e alargar o seu poder.

Mas se a singular experiência liberal paulista antes da perda do poder político não se estendia nem à esfera das questões político-eleitorais e nem às questões dos direitos civis, como podemos explicar o fato de *O Pirralho* e também Bananére se posicionar em prol daquilo que chamamos de liberdade civil e colocar na sua agenda política a questão democrática? Talvez, os caminhos da reflexão da questão estejam na própria pergunta levantada acima. Será comum nas sátiras de Alexandre R. M. Ribeiro a existência de temáticas pela abertura do sistema, pela liberdade civil e pela lisura do voto, por exemplo. Como já vimos no primeiro capítulo, *O Pirralho* também se colocou duramente contra as tentativas de intervenção Federal em São Paulo, inclusive numa atitude separatista, sempre em termos de liberdade civil e respeito a alguns ditames constitucionais.

Em crônica de 1915 a personagem Juó Bananére se remete às eleições presidenciais que viriam para substituir Hermes da Fonseca e aponta para algumas questões bastante significativas dentro daquela conjuntura oligárquica de poder. Está em jogo nesse momento, pelo menos no horizonte do discurso, um sistema político ainda mais representativo e aberto. Olhado para São Paulo neste momento parece que as reivindicações e os gritos pela abertura do sistema soam no sentido demagogia e oratória política na busca pela retomada do poder perdido anos anteriores.

Obviamente que quando Juó se refere ao tal “p.d.” ela não está falando do Partido Democrático fundado em 1926 em São Paulo⁷³. Na sátira acima, há um ataque

⁷³ Apesar de sabermos a posteriori que Alexandre R. M. Machado filiou-se ao Partido Democrático fundado em 1926, neste momento da sátira tal Partido ainda não existia. O nome ‘p.d’ utilizado na crônica político-satírica, portanto, não faz alusão a esse Partido fundado perto da década de 30. Não temos informações históricas e biográficas de que o criador da personagem Juó Bananére tenha participado de algum movimento político na época da sátira. Esse engajamento mais formal e burocrático só veio em 1926 na fundação do P.D., onde inclusive ele chegou a participar do Conselho Deliberativo do Partido Democrático. Vide mais informações sobre o Partido Democrático em: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1944.

explícito e claro ao Partido Republicano Conservador⁷⁴, partido que aglutinou a maioria daqueles que ficaram contra São Paulo: se o PRC tem Pinheiro Machado que é um “ladrão, assassino”, o fictício Partido Democrático tem “homem honrado e trabalhador”. Descontando a ironia da narrativa cômica em Bananére, em tudo o Partido Democrático se distingue do Partido dos “vagabundimo”, inclusive na defesa dos “interesses do povo, dos oprimidos e dos operários perseguidos”. Além disso, tal Partido “protege os fracos e esculhamba com os fortes, esta é a bandeira du ‘partido dimocratio’”.

A questão do operário nas sátiras de Juó pouco aparece. No caso posto acima, a fala é demasiado genérica, não permitindo nem a identificação exata dos grupos supostamente “defendidos” e, tampouco, a estratégia e os meios pelos quais tal política se efetuaria. Em inúmeros casos, a narrativa bananeriana, além de genérica, é bastante panfletária e eleitoreira no sentido de parodiar o discurso político vigente ou no sentido mesmo de ser mesmo o próprio discurso político, ou seja, um discurso genérico, apelativo e retórico.

De qualquer modo, seu partido tem uma base política e preocupações mais nobres que o Partido Conservador. Antes de continuar problematizando o primeiro excerto dessa sátira, observemos o seu desfecho. Ainda na mesma sátira de janeiro de 1915 Bananére continua:

Aóra chi stó prossimando as época das inlençó afederela i chi tuttos partido pulittico tê gandidato, o P.D. tambê arisorvê apresentá duos inlustro gandidato chi summo io co Piedadó. [...]

⁷⁴ O Partido Republicano Conservador tinha como programa: “defender a Constituição de 1981. Assegurar o modelo federalista, defesa da autonomia dos Estados, defesa das leis que assegurem a liberdade eleitoral, defesa das indústrias nacionais e a defesa da mais perfeita organização civil”. É importante matizar que do ponto de vista estrutural, o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Paulista não tinham grandes diferenças. Plataformas como a defesa do federalismo, a autonomia dos Estados, a “defesa da mais alta organização civil” - lê-se manutenção da ordem burguesa - e a “liberdade eleitoral”, entendida por nós como a não abertura do voto a todo e qualquer cidadão, eram muito comuns aos dois partidos, igualmente oligárquicos. (CHACON, 1981: 263 – 266)

No suo prugrammo tê varas robba [várias coisas] molto impurtanta come seja a riforma du regimeo ripubligano, che cunformo o prugetto du Piedadó devi sê na seguite maniéra: o prresidenti devi aguverná até morrê i os disputados tambê. Tuttas genti, p'ra sê funzionario publico tê di sê primiére ufficiali da 'briosa', sinô non podi, ecc.ecc.ecc. eccc.....

Otro gandidato so io, chi tengo tambê moltos servizio p'ra gauza publiga. Só io o migliore barbiére di San Baolo i só io chi faccio abarba di tuttos pissoalo impurtanto come o Rodrigo Alveros [...]

Sono tambê [sou também] u primiére zanfoniste da banda du Fieramosca, i quano io vó tucá fica xiigno [cheio] di minina chi vó iscuitá. [...]

Come capo inletorela io sono un camerata gotuba. Inlençó che io tomo gonta, aposto si tê arguê gapaze di arubá migliore de io. (Apêndice 22)

Utilizando-se da ironia, isto é, uma espécie de cinismo narrativo no qual a prática daquilo que se critica é a própria denúncia da crítica, Juó explana seu programa de reforma do regime republicano. Com um texto recheado de ironia, Bananére também faz sua fictícia campanha eleitoral em cima de seus feitos anteriores e de seus méritos enquanto “barbiére” que faz a barba de muito “pissoalo impurtanto” como os medalhões da política do período. Nesse sentido, a campanha política de Bananére está baseada em critérios, atos e qualidades significativamente fúteis para o exercício do bem comum.

O fato de barbear pessoas importantes é o grande mote de crédito e do mérito necessário ao exercício da política. Relacionar-se com pessoas importantes é uma das fichas a favor da eleição de Bananére. Além de ser barbeiro, Bananére julga também ter merecimento ao ser o ilustre jornalista de *O Pirralho*, trabalho que, aliás, de tão importante, teria neutralizado as forças hermistas com relação ao perigo de intervenção federal no Estado de São Paulo em 1912. Em suma, Juó é tão bom candidato que não há ninguém melhor do que ele para roubar. A inversão de papéis e as más práticas

eleitorais e políticas é que dão ao candidato maiores chances de sucesso eleitoral, além de dar um efeito cômico via absurdo. O roubar parece estar tão tacitamente impregnado por um juízo de normalidade que rege os critérios políticos que essa atitude, ao invés de representar um obstáculo, na verdade credencia o candidato para o cargo.

Estrategicamente, o personagem utiliza-se do sistema para criticar o próprio, ou melhor, usa sábia e taticamente a ironia e a hipocrisia para denunciar o sistema numa curiosa dialética na qual a prática consciente e proposital daquilo que se critica serve paradoxalmente como ferramenta da própria crítica. Comicamente, para Bananére a reforma do regime republicano consiste em eleger um presidente com cargo eterno, vitalício. Pelo contexto político das sátiras, não temos dúvidas de que essa sugestão não passava de um trote ou uma indireta ao governo Hermes, tão atacado por ser entendido como um governo ditatorial. O presidente e os deputados deveriam ocupar os cargos até morrer, além de que todos os funcionários públicos deveriam antes fazer parte da “Briosa”, ou melhor, da Guarda Nacional, numa clara alusão à suposta militarização da política no Brasil na época de Hermes da Fonseca.

Nota-se que a crítica está às avessas, pois o que se sugere, ainda que seja do ponto de vista discursivo, é uma abertura do sistema de Hermes da Fonseca. No entanto, é nas críticas ao governo Hermes que também aparecem os limites de sua sátira política, pois as discordâncias giram apenas na órbita da *politicidade*, já que partem do pressuposto de que é na esfera política que moram as mazelas republicanas. O universo da política (os mecanismos, as formas, o desenho institucional) é o grande centro da crítica de Bananére, não passando pelo âmbito de uma nova alternativa social e tampouco econômica para a república daquele período.

Paradoxalmente, é justo na crítica bananeriana ao governo vigente que se nota não só os seus limites ideológicos como também as alternativas propostas por Juó frente ao governo Hermes. Irônico mesmo parece ser a reivindicação de Júo Bananére

pela abertura do sistema político, fator tão lembrado pelos hermistas durante a chamada Campanha Civilista. Claro que tal abertura não leva em consideração a população de um modo geral, já que ela é antes de tudo uma crítica horizontalizada no sentido da classe social. Numa espécie de ironia política cujo destino produziu, ou melhor, numa ironia histórica oriunda da nova posição de São Paulo no desenho da República pós 1910, o Estado paulista se vê reivindicando as mesmas plataformas políticas que seus opositores reivindicavam na época que ele estava no poder: se anteriormente os hermistas criticavam a estrutura de poder montada pelos paulistas, isto é, uma estrutura fechada e autoritária que não incluía outros setores, agora era a vez dos paulistas, junto com Juó Bananére, incentivar o não insulamento político republicano.

Para nós, a nova mudança de status paulista no jogo da Primeira Repùblica redimensionou tanto os papéis como os discursos políticos em voga naquele momento. Desse prisma, o humor ressentido de Bananére publicado em *O Pirralho* opera concomitantemente com um discurso político paulista que almeja e re-articula nesse momento a sua volta ao poder pós 1915. As estratégias de ataque são claras, ao passo que algumas propostas ou ideologia de governo vêm discreta e sorrateiramente: as críticas são objetivas, mas simultânea e discretamente guardam nelas mesmas os seus próprios limites no sentido de uma real superação daquilo que se aponta como maléfico, pois não atinge ou não se mexe no fulcro das relações sociais do período, ficando circunscritas a um âmbito horizontal, de classe dirigente para classe dirigente.

A ofensiva humorística bananeriana, portanto, irrompe dos referenciais críticos da oposição paulista (sendo ele também parte da própria oposição) e se dirige em absoluto a outra fração da oligarquia proprietária agora no poder. Em outras palavras, ela sai da oligarquia e se volta para oligarquia. Seu universo de crítica social tem fortes raízes nos limites políticos e ideológicos que a sua classe impõem na medida em que as suas reivindicações não ultrapassam os seus próprios quadros sociais e não têm um raio maior de alcance, ficando restritas apenas ao “escol” da sociedade.

Com efeito, no contexto do estado de convulsão social no período do governo Hermes da Fonseca temos outras críticas e intervenções sociais que buscaram uma alternativa ao estado da arte política naquele momento. Em São Paulo, palco significativo de muitos conflitos entre proprietários e classe trabalhadora, essas questões ficam ainda mais evidentes. Paralelo ao aumento dessas tensões há também um recrudescimento da repressão em cima do operariado nesse período, o que mostra que outros setores sociais tinham outras estratégias de luta, nesse sentido, um tipo de intervenção que buscava mudanças no esqueleto social numa perspectiva vertical.

De 1911 a 1914, portanto junto à administração Hermes, em função de algumas greves que ocorrem no Estado de São Paulo, a legislação repressora ao movimento operário adquire ainda mais força. Segundo Boris Fausto, foi suprimido inclusive o Decreto nº. 2741, de oito de janeiro de 1913, que subtraia “um artigo da lei vigente que impedia a expulsão de estrangeiro quando residisse no país pelo menos por dois anos contínuos ou por tempo inferior quando fosse casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro”. (FAUSTO, 1986: 133) O alargamento do olhar e da dimensão histórica observada pelo historiador nesse contexto pode nos dar o grau de mudanças a que essas diversas críticas gostariam de lograr: é na relação delas com o todo social que podemos enxergar o tamanho, a profundidade e a radicalidade política que cada uma teve.

Paradoxalmente, é nas sátiras que se remetem à crítica ao sistema político que podemos ver de modo mais claro os limites da condenação de Bananére. Já as expomos no capítulo anterior. Contudo, agora mais atentos, será possível tecer uma espécie de estudo temático em cima dessas sátiras. Isto significa dizer que se percorrermos o caminho realizado por Juó Bananére dentro das críticas nessas sátiras com relação ao sistema político eleitoral veremos que elas se restringem às mesmas críticas que as forças paulistas empreenderam quando de sua derrota política em 1910. As reclamações contra as fraudes vêm por todos os lados.

Além de *O Pirralho* e Juó Bananére, temos também, como não poderia deixar de ser, as queixas do próprio candidato perdedor. Em sua obra *Memórias Sobre as Eleições Presidenciais*, o ex-candidato Rui Barbosa faz um estudo para comprovar a suposta fraude realizada na contagem de seus votos no pleito de 1910. Oficialmente, as Comissões Apuradoras divulgaram 341.594 votos dados a Hermes contra somente 167.858 votos dados a Rui. Porém, dentro do parcial estudo realizado por Rui Barbosa e seus pares o resultado foi bem diferente. Para ele, esse estudo que foi feito “com o mais escrupuloso cuidado”, Hermes teria ganhado apenas 126.392 votos, ao passo que ele teria sido o real ganhador das eleições, com 200.359 votos.

Partindo do pressuposto que um candidato tenha recebido 200.359 e o outro 126.392, temos no total o número de 326.751 votos, o que no contexto demográfico brasileiro significava quase nada. Vale lembrar que a soma desse montante não significa necessariamente 326.751 eleitores; 326.751 pessoas. Portanto, a exclusão e o nível de discriminação eleitoral eram ainda maiores: considerando que as eleições de 1910 foram realizadas sob a égide da Lei Rosa e Silva que permitia o voto cumulativo, isto é, uma eleição que permitia que um mesmo eleitor pudesse votar mais de uma vez, esse número total (que já é bem insignificante perante a totalidade de cidadãos existentes no país nesse período) tende a ficar ainda menor. Contudo, talvez muito distante dessas discussões, o senador baiano reitera: “O Marechal Hermes não podia ser eleito, nem o foi. Não podia ser; porque é inelegível. Não o foi; porque a sua inculcada maioria se compõe de sufrágios demonstradamente nulos.” (BARBOSA, 1971: 331- 349)

A condenação de Juó Bananére ao sistema eleitoral é basicamente uma censura contra o roubo e as fraudes nas eleições contra os correligionários paulistas, ou seja, de um modo ou de outro, ela tece a crítica ao roubo e à fraude para defender a “legítima e legal” tomada de poder sem questionar a estrutura básica e excludente do sistema eleitoral. Observando o panorama geral dos alicerces que fundavam as leis e o

desenho político do país naquele momento histórico, talvez seja possível ver também que a crítica contra o roubo num sistema eleitoral que quase ninguém vota não deixa de ser uma defesa (direta ou indireta) dos direitos da própria oligarquia, colégio eleitoral que realmente tinha direto ao voto. O tema do voto surge em várias sátiras de Juó Bananére: a preocupação central é denunciar o sistema fraudulento existente naquele contexto político. É o que temos na sátira de 1915, ano do final da gestão Hermes da Fonseca⁷⁵.

As inlençó de oggi

É oggi o grande die das inlençó!

É oggi Che io co Piedadó vamos amustrá o nostro brutto prestigimo.
[prestígio]

(...) Io co Piedadó temoses tutto inleittorado do Bó Ritiro, do Bellenzinho, da Penha e da Vargea do Garmo; Morére da Sirva inveiz no! só tê o Capitó e o Dionisio. I ale do inleittorado pissoalo temoses o apóio do Partido Dimocratio chi tê maise di quindice inlettore sê cuntá cumigo e co Piedadó chi tambê vamos avutá in nois.

Io co Piedadó já organizemos um bonito servizio inleitorale p'ra oggi.

(...) O Piedadó mando butá in gada sessó inleitorale duos barrile di shopp “Germânia”, zanduixi di salami italiano i um fonogramo chi dize p'ra tuttos pissoalo chi passa: - Entra, bunitigno!

Votte tutos na xapa ufficiali Du Partido Dimocratio!

O único partido cumpretamente independenti!!⁷⁶ (Apêndice 23)

⁷⁵ Após deixar a Presidência da República em 1915, Hermes da Fonseca, novamente sob apoio de Pinheiro Machado, continua na vida pública brasileira como senador no início do mês de agosto do mesmo ano. Enquanto espera ser empossado no novo cargo, seu principal aliado político mencionado acima morre assassinado: depois desse episódio, Hermes da Fonseca renuncia ao cargo de senador. (CARONE, 1970)

⁷⁶ Revista *O Pirralho*, 30/01/1915.

Evidentemente que nessa sátira sobre as eleições de 1915 Juó Bananére constrói de forma irônica uma denúncia contra o mandonismo local e àquilo que numa linguagem contemporânea chamaríamos de tráfico de influência. Juó e Piedade têm suas áreas de mando político: Bom Retiro, Belenzinho, Penha e a Várzea do Carmo, todas elas, diga-se de passagem, na capital paulista. Aos eleitores, aliciados ou comprados, Piedade coloca em cada sessão eleitoral dois barris de chopp Germânia, sanduíche de salame italiano e um sedutor sistema de som que diz ao eleitor: “entra bonitinho”.

Há de fato uma condenação explícita contra certos tipos e formas de obtenção de voto. Não podemos desconsiderar a importância do papel crítico das sátiras de Juó Bananére em *O Pirralho*, pois através delas é possível travar conhecimento de algumas patologias sociais dentro daquele conjunto histórico, porém, isso não descarta também a nossa possibilidade de observar até onde tal crítica se impõe.

O tema do voto e todas as variantes que vem com ele é uma constante nos trabalhos de Alexandre R. M. Ribeiro. A “roubalheira”, o aliciamento político com a compra de votos (como na sátira acima) e os inúmeros mecanismos utilizados em prol da fraude, como é o caso de urnas eleitorais com fundo falso demonstrados em sátiras anteriores, mostram a importância que Alexandre R. M. Ribeiro dava a este tema dentro de seus trabalhos em *O Pirralho*. Muitas de suas intervenções críticas residem no campo político, mais precisamente na esfera do voto *ipsis litteris*. A relevância desse tema em suas sátiras, além de mostrar a importância que o humorista delegava a esses assuntos, também mostra suas opções políticas mais latentes. Desse modo, o caminho de sua crítica passa pelo crivo das estruturas já institucionalizadas dentro daquele jogo específico da Primeira República.

A crítica não é contra o sistema eleitoral em si - no sentido de pelear ideologicamente contra a Lei Rosa e Silva: a crítica é porque teoricamente não se respeita as normas já preestabelecidas dentro da própria Lei Rosa e Silva na medida

em que praticam o roubo. Além disso, o roubo e as fraudes não são praticadas pelos agentes paulistas, mas sim pelos homens hermistas. O legalismo é em virtude de uma contraposição às quebras de um decoro eleitoral constantemente burlado pelos homens no poder, ou seja, pelos aliados de Hermes da Fonseca. Em nenhum momento vimos uma contraposição às estruturas sociais que dão fundamento às leis eleitorais, demasiado excludentes. Portanto, as reivindicações políticas e suas críticas não deixam de ser uma defesa da oligarquia paulista que, ao acreditar que foi roubada por um sistema eleitoral que ela mesmo ajudou construir, buscou em todos os anos de gestão Hermes da Fonseca criticá-lo em função de seu anseio de volta ao poder.

A s sátiras de Juó apóiam uma perspectiva eleitoral e formal de poder: prega-se implicitamente o cumprimento da lei eleitoral (teoricamente inibidora das fraudes), mas não o caráter excludente do corpo jurídico construído pelas camadas dirigentes. Em outras palavras, a fala de Bananére carrega uma posição política que parece conceber a prática do voto e a burocratização racional das formas de poder como via de acesso às conquistas. Desse modo, a lisura e a moralidade do processo político-eleitoral se constituem como base, senão essencial, pelo menos estrutural do avanço do regime republicano. O alicerce político de construção ideológica está dentro dos ditames e paradigmas do republicanismo e tomado de um sistema liberal e representativo afeito aos cânones e ditames de um regime presidencialista burguês.

Pelas análises do material cômico de Alexandre R. M. Ribeiro, é possível destacar que a oposição apoiada por ele nos parece resultado de uma *posição significativamente institucional-izada* e republicana na medida em que não observamos em nenhum momento uma crítica ao regime de governo em si, mas sim à sua forma de ser naquele momento específico: para ele, um sistema eleitoral trapaceiro de um presidente supostamente alinhado com o Exército.

Considerações Finais

Estudando historicamente a eclosão da sátira política na cidade de São Paulo entre os anos de 1911 a 1915 observamos uma dada consonância das sátiras de Juó Bananére com o panorama social que entrou o Estado paulista após os desfechos das eleições que elegeram Hermes da Fonseca. Esse fundo eleitoral, além de colocar novas forças políticas no palco nacional, também remodelou parte da produção satírica no país, sobretudo em São Paulo. Apesar de ser muito observado da janela da resistência ao estado da arte da política de seu tempo, nossos estudos apontaram que as sátiras de Juó Bananére sofrem e fazem eco às reivindicações paulistas no jogo da derrota que sofreu no começo do novo decênio. Financiada pela oligarquia paulista, o semanário *O Pirralho* desempenhou uma importante função na crítica ao governo Hermes da Fonseca publicando muitos materiais que serviram de mecanismo de oposição ao governo central. Dentro desse processo, as sátiras de Alexandre R. M. Machado também são muito contrárias a Hermes: os ataques à pessoa do presidente, a construção da faceta militarista e a questão da crítica ao sistema político são pontos que constatadamente aparecem no material cômico de Juó. Além disso, esses pontos temáticos também fazem parte do escopo crítico paulista logo após a saída do Estado de dentro do Executivo nacional. De um modo ou de outro, as sátiras giram sempre na órbita das questões estritamente políticas. Neste sentido, a perspectiva do civilismo e as observações feitas com relação ao sistema eleitoral brasileiro servem de alicerces na arquitetura da produção de massa e discurso crítico contra os novos desenhos institucionais representados por Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. Quanto à questão do militarismo, vimos que determinada visão foi muito mais uma edificação discursiva para reforçar argumentativamente a posição antihermista bananeriana e paulista do que propriamente uma característica intrínseca à gerência que se iniciou em 1910. Já no que tange às censuras feitas em direção ao sistema eleitoral, os apontamentos realizados pelas sátiras não ultrapassam os limites sociais da classe dirigente brasileira, aliás, muito refratária às possibilidade de abertura do sistema político naquele momento. A despeito de seu papel de resistência, o material cômico de Juó Bananére fala em parte por São Paulo, chão e base sócio-ideológica de sua crítica:

se por um lado elas tecem o julgamento contra o governo Hermes, por outro elas não apontam para uma alternativa política distinta daquela já em marcha na Primeira República. Observando o painel histórico da época, é possível ver que algumas das convulsões sociais do período extrapolaram as questões extrimamente políticas e institucionais e dialogaram de modo mais íntimo com o âmbito social proposto – também de acordo com suas escolhas e limites históricos – alternativas diferenciadas de mudança e superação. Ao fim e ao cabo, a luta pelo “civilismo” e contra alguns episódios favorecidos pelo sistema eleitoral brasileiro detém fortes limites sociais na medida em que o civilismo satírico de Juó Bananére está circuncrito à determinada parcela da população: a crítica bananeriana se volta apenas contra o não cumprimento legal das normas já preestabelecidas pela Lei eleitoral em voga, não se remetendo, por assim dizer, às questões de fundo, tal como alargamento da participação social nos pleitos eleitorais, por exemplo. Nesses termos, ela não deixa de ser, ainda que indiretamente, apologética com relação aos direitos da própria oligarquia, classe favorecida social e juridicamente por um Estado consideravelmente conservador. Faz-se necessário deixar claro que essa nossa hipótese não tem a mínima pretensão de ser a única e verdadeira. Além disso, é mister comentar que essa nossa hipótese/observação não tem uma posição de cobrança de postura social do autor dessa dissertação com relação ao autor das sátiras políticas. Nossa visão analítica buscou apenas mapear e localizar o chão das censuras sócio-políticas de Alexandre R. M. Machado publicadas em *O Pirralho*. Ora, sabemos que, apesar da existência desses limites, a sátira de Juó Bananére significou um importante avanço no sentido do estabelecimento de um canal capaz de apontar algumas mazelas republicanas. Infelizmente, algumas dessas patologias, em que pesem as mudanças de contextos históricos, insistem em permanecer. A corrupção, a fraude, os conchavos de gabinete e o espírito político do “*toma lá da cá*” ainda perduram. Essas moléstias não têm graça nenhuma.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **O Que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BARBOSA, Rui. **Memória sobre a eleição presidencial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1971.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte - São Paulo : UFMG : Imprensa Oficial, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancia no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BOBBIO et al . Norberto. **Dicionário de Política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz editor; Edusp, 1987.

BROCA, Brito. **A Vida Literária no Brasil – 1900**. 3º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CASALECCHI, Jose Énio. **O partido republicano paulista: política e poder (1889 – 1926)**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: SENAC, 2002.

CARELLI, Mario. **Carcamanos e Comendadores: os italianos em São Paulo: da realidade à ficção (1911 – 1920)**. São Paulo: Ática, 1985.

CARMO, Mauricio Martins do. **Paulicéia Scugliambada Paulicéia Desvairada: Juó Bananére e a imagem do italiano na literatura brasileira**. Niterói: EDUFF, 1998.
Mestrado História Social Universidade Federal Fluminense.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARPEAUX, O. M. **Cancioneiro Paulistano**. Tentativa. Atibaia Publicações: vol.3, nº1, agosto, 1949, p. 1.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados da República: a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
_____. **A Construção da ordem**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASALECCHI, José Enio. “O projeto paulista”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Política da República**. Campinas: Papirus, 1990, p. 162.

CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHALMERS, V. M. “**A correspondência do Piques**” In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mario de Andrade*. São Paulo: v.46, n.1/4, p. 107 – 115, jan.-dez. 1985.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural, entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890 – 1915.** São Paulo: EDUC/FAPESP/ Imprensa Oficial, 2000.

_____. **São Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870 – 1930.** Coleção memória, documentação e pesquisa, 4. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Liberalismo e Oligarquias na República Velha: O Paiz e a campanha de Marechal Hermes da Fonseca – 1909/1910.** Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP: São Paulo, 1976.

_____. **Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1980 e 1920.** São Paulo: Companhia das letras, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder, formação do patronato político brasileiro.** 3 ºed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: DIFEL, 1986.

FAUSTO (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** 4ºed. São Paulo: Difel, 1985, p. 74 – 141.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** São Paulo: Difel, 1975, p. 154 – 187.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** 4ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 235 – 256.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** 4ºed. São Paulo: Difel, 1990, p. 51 – 76.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** 20ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 162 – 226.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano – 1989 – 1930.** 2ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 93 – 133.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro.** Brasília: 2001.

FONSECA, Cristina. **Juó Bananére: o abuso em blague**. São Paulo: Editora 34, 2001.

FREHSE, Fraya. **O Tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

GALLOTTA, Brás Ciro. **O Parafuso: humor e crítica na imprensa paulista, 1915 – 1921**. Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 1997.

_____. **São Paulo Aprender a rir - a imprensa humorística entre 1839 – 1876**. Tese de Doutorado, PUC-SP: São Paulo, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 73-151.

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 123 – 150.

HAUSER, Arnold. **História da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JANOVITCH, Ester Paula. **Preso por trocadilho**. São Paulo: Alameda, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À Sombra de Rui Barbosa**. São Paulo: Brasiliana, 1978.

LEITE, S.H.T de A. ***Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1990 – 1920)***. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1996.

LOVE, Joseph. **Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira: 1889-1937**. In: História Geral da Civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1975, p.63.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 32 – 95.

MACHADO, Alcântara. **Cavaquinho e saxofone**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

MARZOLA, Nádia. **História dos Bairros de São Paulo**: Bela Vista vol. 15. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo, 1979.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

NERY, João Dias. **Charge e Caricatura na Construção de Imagens Públicas**. Tese de Doutorado, PUC-SP: São Paulo, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Hemus, 1977.

OLIVEIRA, José Flávio de. **Liberalismo e Oligarquia na República Velha: “O Estado de São Paulo” e a Campanha Civilista (1909/1910).** Dissertação de Mestrado apresentada na FFLCH-USP, 1976.

PADILHA, Márcia. **A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 20.** São Paulo: Annablume, 2001.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910.** São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1944.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e Riso.** São Paulo: Ática, 1992.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar: São Paulo início da industrialização, geografia do poder.** Dissertação de Mestrado, FAU/USP: São Paulo, 1981.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “**Os investimentos franceses no Brasil: o caso Railway Company 1900-1930**”. In: Revista de História. FFLCH-USP: n. 119, 1985/1988, 1988, p. 23-42., p. 23-42, 1985/1988.

SANTOS, DÉLIO FREIRE DOS. **O CABRIÃO E A IMPRENSA HUMORÍSTICA PAULISTANA NO IMPÉRIO (ESBOÇO HISTÓRICO DA CARICATURA E DO JORNALISMO HUMORÍSTICO).** SÃO PAULO, S.E.,S.D.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do Marechal Hermes da Fonseca.** Tese de Doutorado, PUC-SP: São Paulo, 2006.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso - a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “**A Dimensão Cômica do Dilema Brasileiro: testemunhos da Belle Époque (1890 – 1914)**”. In: Cultura Vozes. Vozes Publicações: v.87, n.1, jan/fev, 1993, p.46-53.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Flavio da. **Humor e sátira: o Cabrião no quotidiano da cidade de São Paulo - 1866/1867.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP: São Paulo, 2004.

SILVA, Marcos A. **Caricata República – Zé Povo e o Brasil.** São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

THOMPSON, E. P. ***Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.*** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WATAGHIN (org.). **Brasil e Itália: Vanguardas.** São Paulo: Ateliê Editorial - EDUC, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ANDRADE, Oswald de. **Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe.** São Paulo: Globo, 1990.

_____. “**A sátira na poesia brasileira**”. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mario de Andrade*. São Paulo: v.7, p.39 – 58, 1945.

ANTUNES, Benedito. **Juó Bananére: As Cartas d'Abax'o Pigues.** São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

APÊNDICE

(Apêndice 01)

Recebi ontem a comunicação de seu casamento oficial com a madame Nairia de Tefe. Eu já sabia que você é trouxa, mas não acreditava que você teria coragem pra se casar. Você está velho pior que a Sé de Braga (ou seja, muito velho), é careca, tem filho morto mais velho que você. Então que encrenca foi esta de se casar com a menina?

Agora quando você sai na rua com a mulher pendurada no braço todo pessoal diz logo: que bonita filha que tem aquele desgraçado.

Do inimigo do que tem uma baita raiva de você. Juó Bananére.

(Apêndice 02)

A vida, a paixão e a morte de Hermes.

O Hermes nasceu no Bom Retiro no ano de 1840. Imagine que com dois anos de idade ele já ia roubar doce no botequinho do Xico.

Numa ocasião ele organizou um batalhão de brincadeira lá no Bom Retiro pra prender a molecada.

Nos oito anos de idade o Hermes foi mandado da escola, mas não esteve lá nem oito meses e já foi expulso por causa de ser muito burro. Em oito meses ele não foi capaz de aprender as contas e nem o nome dele.

(Apêndice 03)

No meio dos cafajestes do Exército foi que ele se encontrou no elemento dele e fez então uma brigada de carreira. De tanto lamber as botas dos oficiais ele foi subindo e com 54 anos de idade foi nomeado Marechal.

Depois ele foi nomeado ministro da guerra no governo do doutor Afonso Pena. Uma vez que estava num baita porre, o Hermes com Pinheiro Machado e o Gingoto que é dele, o Hermes lembrou a ideia de ser Presidente do Brasil. Fazendo ainda mais uma roubalheira na eleição ele finalmente se fez presidente.

(Apêndice 04)

Comunico-lhe que estou com muita vontade de ver a guerra com a intervenção. Mas quem ele pensa que é aquele desgraçado do Hermes da Fonseca! Ele pensa que nós temos medo do Exército? Mas então o Hermes é bobo pior que o Joaquim Antunes. Eu sozinho com o Nacarato somos capazes de esculhambar com o Exército inteirinho e também com a Briosa e com a República de Portugal.

Que eu só tenho medo de duas coisas: daquele _____ que quebra a cara da gente e das assombrações. Mas fora isso, quando eu boto a mão em cima do meu porrete não tenho medo nem do Coisa-Ruim. Ao invés, o Nacarato é corajoso pior que vaca brava. Madona minha, São Genaro. Vamos ver quem vai melhor em cima da guerra com a intervenção.

(Apêndice 05)

Imagine que todo mundo já estava pensando que o capitão não fizesse mais a guerra com a intervenção.

De repente se deixamos ouvir uma gritaria, depois uma porção de tiros, os soldados _____, a ambulância da polícia também _____ e então eu e os meus companheiros corremos lá por causa de ver que coisa era aquela. E minha mãe! Era o capitão que estava fazendo a guerra da intervenção junto com uma porção de soldado do Exército e com todos os pau d'água, seus correligionários. Eu que não sou trouxa e

nem nada gritei logo: viva o capitão! E fomos ao Palácio do governo pra fazer a deposição de Albuquerque Lins.

Quando chegamos lá o capitão tinha pegado logo um tiro em cima da cabeça do Lins, mas um homem pequenininho que tinha lá com a cabeça pelada que nem pinto molhado, mas que eu não conhecia, inventou que seria melhor pra _____ o Lins e ordenou para o Jota fazer o discurso. Então fizemos um círculo e botamos o Lins no meio. O Jota Jota começou e depois o Lins não foi mais capaz de escutar, se _____ em cima da janela e descambou pra fora da Várzea do Carmo. Agora me contaram que aquele homem que tinha a cabeça pelada era o Hermes da Fonseca. Eu ri uma porção de tempo.

(Apêndice 06)

O aparecimento do Rigalegio é uma consequência lógica da esculhambação política atual.

A divisão do rigalegio é Anarquia e Futurismo e tem como programa esculhambar com todo mundo sem distinção de classe. Ele não dá satisfação pra ninguém e não tem medo de ninguém.

(Apêndice 07)

Estou danado por causa que os turcos estão fazendo medo diante dos italianos. Imagine redator que eu estava fazendo um exército no Bom retiro e também no Piques. Já tinha feito os batalhões e as companhias com os comandantes e tudo. O capitão Rodolfo fazia o corneteiro. O ilustre coronel Piedade tocava tambor com a lata de querosene. O Nacarato fazia o soldado cavalo junto com o Rudge ramos e com o Pierino, meu irmão. Todos os senadores com os deputados tinham o comando dos pelotões com as companhias. O Hermes da Fonseca fazia o papel de guia do exército. Os soldados rasos eram tudo patrício que fazia o sapateiro no Brás, o engraxate na Rua 15, o _____ na Luis, o carregador, o _____, o vendedor da aranxa-pera-ro-Rio, etc. Nós íamos bonde até a Itália, mas o general italiano mandou

dizer que não precisava por causa que os turcos estão fugindo do medo dos italianos da Itália. Eu, invés, queria ir pra guerra para me fazer de herói.

Com estima e consideração. Juó Bananére.

(Apêndice 08)

Estava lá uma porção de soldado e levaram todos pra cadeia. Depois fizeram um processo para o pessoal e o Tiradentes foi condenado para ser enforcado. Os outros foram condenados à trinta anos de cadeia.

O Correa também foi mais e se enforcou na prisão. Então botaram ele na caixa do lixo. O Hermes da Fonseca que era ladrão de galinha tinha que ser preso na cadeia, mas foi perdoado e ganhou vinte e quatro mil réis.

(Apêndice 09)

Sua excelência estava em pé no Largo Antonio Prado. Quem o enxergava lá pensava que ele estava esperando sair o Diário Popular pra conseguir um emprego de cozinheiro, mas sua excelência estava esperando o bonde. Eu me aproximei com o chapéu na mão e disse:

_Bom dia, Seu Piedade.

_É o senhor Juó Bananére! Você não tem vergonha seu italiano desgraçado!

_Não ligo.

_Me escutinha todos os dias em cima do rigalegio e depois vem falar comigo outra vez?

_Não me estraga senhor Piedade. Só vim pelo motivo de dar um abraço no senhor por causa de sua eleição pra vereador.

(Apêndice 10)

_ Agora o que o senhor pretende fazer na Câmara?

_ Primeiro eu vou apresentar um baita projeto pra resolver a crise da água que é na minha opinião um dos problemas mais importante da época.

_ Mas a gente pode saber qual é este baita projeto senhor Piedade?

_ Como não! É mesmo uma coisa muito simples a resolução desta questão.

No tempo da água tem água pra burro, não é verdade?

_ É sim, senhor Piedade.

_ Bem! Agora eu vou dizer pra Câmara mandar fazer um baita buraco lá na Várzea do Carmo do tamanho da Várzea inteirinha: no tempo da água enche o buraco de água gelada pra não se estragar e quando for o tempo da seca todo mundo vai lá buscar água pra beber.

_ Sim, senhor! Nunca pensei que o senhor tinha tanto talento! O senhor é mais inteligente que o Rui Barbosa.

_ Eu tenho também um outro projeto colossal.

_ Qual é senhor vereador?

_ É para evitar o suicídio no viaduto. Pra não ter perigo de ninguém morrer mais lá e eu vou mandar fazer lá em baixo uma baita lagoa, de maneira que os desesperados da vida que se jogar de lá não morrer e nem se machucar e nem nada.

Todos os domingos também a gente vai fazer as regatas lá. Também vou apresentar um projeto para acabar com a carestia da vida.

_ Uh, que bom! Como é o projeto, hein, senhor Piedade?

_ É uma lei obrigando os negociantes a vender mais barato. Quem não vender barato vai pra cadeira.

_ E a Guarda Nacional senhor Piedade?

_ A Guarda Nacional não presta mais. Empenharam-na, a colocaram na cadeira.

(Apêndice 11)

_Então agora o senhor vai mamar só na Câmara?

_Só na Câmara.

Neste momento chegou o bonde da Alameda Glette.

Sua excelência o doutor Piedade foi-se embora pra casa e eu vim andando e pensando comigo que eu podia mamar na Câmara!

Uh, minha mãe, que bom!

(Apêndice 12)

Também a reunião ao general Pinheiro Machado esteve melhor que todas as reuniões por causa que tinha gente como formiga. Dentro da reunião tinha dez ou vinte automóvel e carro. Tinha lá a banda musical do _____, do Bom Retiro, do Brás, da Vila Mariana e também aquela d'Abaxo o Píques, onde sou eu e o primo sanfonista. Na reunião tinha mais de 50 pessoas. Uh, mas aquilo que era uma verdadeira reunião. Dentro da casa do general botaram uma chaleira por causa que os hermistas queriam pegar no bico. Ao contrário disso, senhor redator, pareciam pior que corvo em cima da carniça. Aquele desgraçado do capitão Rodolfo sozinho pegou todo o bico da chaleira. O Alberto e Souza com o Villaboinhes botaram a mão em cima da tampa. Os outros hermistas botaram o dedo em cima da chaleira, mas o coronel Piedade enfiou toda a cabeça da chaleira muito melhor que o doutor Leopoldo de Freitas. Então como eu não podia pegar em cima da chaleira, eu botei a Mao em cima da chaleiro do coronel.

(Apêndice 13)

Depois a política é uma grande porcaria. Imagine o senhor: eu era rico pra burro. Tinha mais de cinco contos no Banco Italiano. Agora só por causa de conseguir o feijão pra

comer eu tenho que fazer a barba e ser sanfonista da banda Fieramosca, pouca miséria.

Só uma urna com o fundo falso que eu mandei fazer para as eleições do capitão me custou 54 _____ (provavelmente uma moeda italiana) e mais 100 mil réis que eu paguei pro carpinteiro não contar pra ninguém. Para o Rudge Ramos eu paguei 54 mil réis por causa de fazer o serviço de policiamento dos veículos na porta da eleição. Além disso, eu comprei roupa nova para os eleitores, paguei o chopp, o automóvel, etc.

(Apêndice 14)

1912

Este ano foi o ano mais desgraçado que eu tenho visto por causa de uma porção de catástrofe que eu vou dizer agorinha mesmo. O capitão, meu compadre, foi eleito governador do estado de São Paulo e não foi reconhecido. O coronel e a minha comadre também. O Hermes da Fonseca, ladrão de galinha _____ na junta comercial, foi o governador do Brasil.

(Apêndice 15)

Manifesto pra Nação

Se eu sair presidente eu garanto que dou emprego pra todos os meus correligionários e não dou emprego nem para o Nacarato e nem para o Rugge Ramos. Mandarei fazer quatro senhos de uma vez. Vou reformar a esquadra. Eu compro para o Brasil todos navis da Itália que não presta mais.

Avante Patriotas. Votem todos em mim!!

Para presidente da república Juó Bananére, cidadão brasileiro.

(Apêndice 16)

Imagine que a gente vai dar um giro e depois do jantar quando chega na rua da Consolação tinha lá um terreno todo cheio de capim. Então a gente vai ali pra diante visitar um amigo e quando já volto olha para o terreno, mas que! Não tem mais terreno nenhum, ao invés, está feita lá uma bonita casa mais bonita que a casa do capitão.

(Apêndice 17)

Eh, nossa senhora! Se não fosse os italiano, que esperança, não teria nem uma casa chique como aquela que fez agora o coronel na Rua _____.

Também se não fosse os italianos não teria nem o Largo do Arouche, nem o Bom Retiro, nem as Companhias de ópera do Vitale e nem o Bertini que também é o melhor de todo o mundo. Também o bonde foram os italianos que descobriram. Mas quem pensa que São Paulo sempre foi tudo como é hoje? Estão tudo enganados, sim senhor! Primeiro, quando a minha avó chegou no Brasil só tinha a ladeira do Piques, o Largo do Arouche e o bairro da Liberdade.

A Vila Buarque, a Barra Funda, o Bom Retiro estavam tudo coberto com matavirgem. Também a Luz e também o Bexiga. Debaixo da ponte do viaduto era tudo capim e tinha muitos passarinhos que eu ia dar o que comer cedinho e matá-los com estilingue. Depois eu com o coronel íamos ver os negros serem enforcados na Praça da República que o coronel tinha muito medo porque uma vez uma mulher velha que se dizia feiticeira falou pra ele que também ia morrer enforcado.

(Apêndice 18)

No ano de 1584 desembarcou no porto de Santos um navio chamado Santa Maria que vinha do Pedro Álvares Cabral, aquele napolitano que inventou o Brasil, o Caramuru que os índios vinham comer pra e então dar tiros nos índios, o padre Anchieta, que tem uma rua com o nome dele lá perto do Largo do Palácio.

Venho também o meu avô, o Matarazzo, que era o cozinheiro do navio.

(Apêndice 19)

Depois todos subiram em cima do automóvel do Xiquinho e vieram aqui para estudar estes lugares por causa que o padre Anchieta vinha fazer a fundação de São Paulo.

Quando chegaram no Largo do Palácio o padre Anchieta deu três pulo de contente e disse para o Xiquinho:

_Vamos fundar São Paulo?

O Xiquinho pensou que era pra afundar na ladeira João Alfredo, que naquele tempo era um baita buraco e disse:

_Eu não! Vai esculhambar com o meu automóvel! Eu não sou trouxa não.

_Não é afundar de cair, é de organizar (fundar) uma cidade.

_Ah!!

(Apêndice 20)

Eu me levantei do meu lugar, cheguei para o Nacarato e disse:

_Doutor Nacarato, aquela mulher está esculhambando comigo! O senhor faz o favor de dizer pra ela que eu sou um viúvo honesto e um barbeiro conceituado e não quero brincadeira comigo?

_Que viúvo hoesto nem nada! Você é um desgraçado!

_Desgraçado é você doutor.

_Vou mandar te prender!

_Não pode! Foi o senhor mesmo que mexeu comigo.

_Então cala boca!

_Não calo!

_Então eu te prendo.

_Aposto.

_Está apostado.

Agora o Nacarato chamou quatro soldados e disse pra ele:

_Prenda este carcamano!

Então os soldados me pegaram e me levaram pra cadeia e eu perdi a aposta, mas não paguei!

(Apêndice 21)

O Partido Democrático é o partido político mais importante de São Paulo e o chefe dele é o ilustre coronel Piedade.

O P.D. é muito melhor que o PRC por causa que o PRC tem o Pinheiro Machado que é um _____, ladrão, assassino e o PD os chefes são eu com o Piedade que somos dois homens honrados e trabalhadores. Ninguém é capaz de provar que eu e o Piedade fizemos qualquer gatunagem. Aposto que alguém é capaz de provar! Aquele negócio de Guarda Nacional que o Piedade roubou todo o dinheiro do _____ é mentira!

O Partido Democrático tem por fim defender os interesses do povo, dos oprimidos e dos operários perseguidos de _____. Proteger os fracos e esculhambar com os fortes é a bandeira do Partido Democrático.

(Apêndice 22)

Agora que está aproximando as eleições federais e que todos os partidos têm candidato, o PD também resolveu apresentar dois ilustres candidatos que é eu e o Piedade.

No seu programa tem várias coisas muito importantes como a reforma do regime republicano que conforme o projeto do Piedade deve ser da seguinte maneira: o

presidente devia governar até a morte e os deputados também. Toda gente pra ser funcionário público tem que ser primeiro oficial da Guarda Nacional, caso contrário, não pode. Outro candidato sou eu que tenho muitos serviços para a causa pública. Eu sou o melhor barbeiro de São Paulo e sou eu que faço a barba de todo pessoal importante como o Rodrigues Álvares. Sou também o primeiro sanfonista da banda do Fieramosca e quando eu vou tocar fica cheio de menina que vai escutar. Como cabo eleitoral eu sou um bom camarada. Eleição que eu tomo conta aposto que tenha alguém que roube melhor do que eu.

(Apêndice 23)

As eleições de hoje.

É hoje o dia das eleições.

É hoje que eu e o Piedade vamos mostrar o nosso prestígio.

Eu e o Piedade temos todo eleitorado do Bom Retiro, do Belenzinho, da Penha e da Várzea do Carmo. Moreira da Silva não! Ele só tem o capitão e o Dionísio. Além do pessoal, eleitorado nosso, temos o apoio do partido Democrático que tem mais de quinze eleitor, sem contar comigo e com o Piedade que também vamos votar em nós.

Eu e o Piedade já organizamos um belo serviço eleitoral pra hoje.

O Piedade mandou botar em cada sessão eleitoral dois barris de chopp ‘Germânia’, sanduíche de salame italiano e um fonograma que diz pra todo pessoal que passa: - Entra, bonitinho!

Votem todos na xapa oficial do Partido Democrático!

O único partido completamente independente!!